

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

JOSÉ RICARDO FREITAS NUNES

**TOBIAS BARRETO E O PROJETO DE LEI Nº129/1879: UMA
PROPOSTA ACERCA DA EDUCAÇÃO FEMININA**

**ARACAJU, SE - BRASIL
Marços de 2012**

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**TOBIAS BARRETO E O PROJETO DE LEI Nº129/1879: UMA
PROPOSTA ACERCA DA EDUCAÇÃO FEMININA**

José Ricardo Freitas Nunes

Orientador: Prof. Dr. Miguel André Berger

ARACAJU, SE - BRASIL
Marços de 2012

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**TOBIAS BARRETO E O PROJETO DE LEI Nº129/1879: UMA
PROPOSTA ACERCA DA EDUCAÇÃO FEMININA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Miguel André Berger.

ARACAJU, SE - BRASIL
Março de 2012

**“TOBIAS BARRETO E O PROJETO DE LEI Nº129/1879: UMA PROPOSTA
ACERCA DA EDUCAÇÃO FEMININA”**

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM 19 DE MARÇOS DE 2012

Prof. Dr. Miguel André Berger (UNIT)
(Orientador)

Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento (UFS)
(Membro Externo da Banca)

Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UNIT)
(Membro Interno da Banca)

Prof.^a Dr.^a Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (UNIT)
(Membro Suplente da Banca)

N972t Nunes, José Ricardo Freitas
Tobias Barreto e o Projeto de Lei nº129/1879: uma proposta acerca da
educação feminina. / José Ricardo Nunes; orientador: Miguel André
Berger. – Aracaju, 2012.

104p. : il
Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Tiradentes, 2013

1.História da educação. 2. Impressos. 3. República. I. Berger, Miguel André.
(orient.) II. Universidade Tiradentes. III. Título.

CDU: 37(094.5

Pedro Freitas (in memoriam).
José e Natividade, pela educação dos filhos.
Simone e Marina, amores.

AGRADECIMENTOS

Na minha infância após as aulas no Colégio Nossa Senhora da Graças de Propriá-SE, brincava na praça em frente, a qual é chamada de Praça Tobias Barreto (nome oficial). O que me confundia na época e ainda hoje e o porquê da homenagem ao intelectual sergipano e a estátua central ser de outro personagem – Santo Antônio. Coisas da “política”, coisas da “religião”, quem sabe?!

Fato é que alcancei mais um objetivo e primeiramente agradeço a Deus por mais essa conquista. Agradeço a meus pais, José da Cruz Nunes e Maria Natividade Freitas Nunes que foram fundamentais nessa vitória, pois me proporcionaram os meios educacionais necessários para chegar até aqui, além da compreensão em relação às ausências. Muito obrigado e amo vocês!

Aos meus irmãos Carlos, Patrícia e Mônica que são referência de união e amizade, obrigado pela torcida.

A minha esposa Simone Silvestre Santos Freitas e Marina Silvestre Freitas nossa filha, pelo amor, confiança, amizade, cumplicidade e zelo. Obrigada pela paciência de ficarem ouvindo os meus devaneios tobiáticos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação stricto sensu, Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes na pessoa da Diretora de Pesquisa e Extensão professora Dr^a. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento que oferece, com qualidade, mais oportunidades para qualificação profissional.

Ao meu orientador Professor Dr. Miguel André Berger, pela paciência e educação durante as orientações, e, sobretudo por direcionar a linguagem do texto, menos filosófica e mais didática.

A banca examinadora do trabalho o professor Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, acompanhando desde o início as minhas tentativas de escrever algo significativo para a História da Educação, obrigado pelas observações e a Prof^a. Dr^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto pelas sugestões para dissertação.

Ao corpo docente do programa nas pessoas dos professores Dr^a. Ada Augusta C. Bezerra, Dr^a. Andrea Cristina Versuti, Dr^a. Dinamara Garcia Feldens, Dr^a. Fabrícia Teixeira Borges, Dr^a. Giovana Scareli, Dr. Ronaldo Nunes Linhares, Dr^a. Rosana Aparecida Fernandes e Dr^a. Simone de Lucena Ferreira.

Ao corpo discente da primeira turma do Mestrado em Educação da UNIT, Adriana Rocha Fontes, Anthony Fábio T. Santana, Cláudia Laís Costa da Silva, Danilo Lemos Batista, Dayler Antonio Neves Pinto, Evanildo Ferreira Viana, Francisco D. de S. Pereira, Kelly Araújo V. Oliveira, Lívia de Melo Barbosa, Maria Cláudia M. S. Barros, Marilene B. da C. Nascimento, Nicole Bertinatti, Pablo Boaventura de S. Paixão, Priscila Silva Mazêo, Rita de Cassia Amorim Barroso, Valéria Cristina Bonini e Valéria Pinto Freire. As alunas da disciplina isolada, Alda Valeria Santos de Melo, Cristiane de Souza Santana Lima, Michelline Roberta S. do Nascimento e Patrícia de Sousa Nunes Silva. A secretária do Mestrado, Thayse Mendes do Nascimento e ao companheiro de congressos, o matemático, Marcus Aldenison de Oliveira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, nas pessoas do Presidente Dr. Guilherme Uchoa, do setor da Assistência da Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, Cynthia Maria Freitas Barreto (Assistente-chefe) dos funcionários Simone Castro Moury e Carlos Bittencourt Leite Marques. A Fundação Joaquim Nabuco, pela funcionária Lúcia Gaspar e a Universidade Federal de Pernambuco, no setor da Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas, na pessoa de Karine Vilela (bibliotecária) agradeço a todos pela educação e ajuda.

Aos amigos, Prof. Antônio Bittencourt Júnior, Prof. Auro de Jesus Rodrigues, Prof. José Gilvan da Luz, Prof^a Maria José Freitas Monteiro, Prof. Rogério Freire Graça e a Prof^a Silvânia Santana Costa pelos diálogos, debates, desabafos, frustrações e inspirações frutíferas e sinceras, meu muito obrigado!

A todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para essa conquista.

RESUMO

A dissertação se fundamenta nos textos de Tobias Barreto, extraído das obras *Crítica Política e Social*, *Estudos Alemães e Estudos de Filosofia*, edições de 1990. O objeto da pesquisa são os discursos proferidos na Assembleia Provincial de Pernambuco em 1879 e 1880 sobre o Projeto de Lei N°129/1879 elaborado por Tobias Barreto na época em que era Deputado. O trabalho enquadra-se no campo da História da Educação dentro da perspectiva da Nova História Cultural, uma corrente historiográfica que proporciona ao historiador deslocar seu olhar para as práticas culturais. O marco temporal da pesquisa abrange 1861, ano em que Tobias Barreto chega à província do Recife para estudar Direito, à 1881, ano em que conclui um artigo intitulado “A Alma da Mulher”, no qual aborda algumas funções sociais das mulheres, além de comentar sobre o Projeto de Lei N°129/1879. Ao compreender a trajetória do intelectual Tobias Barreto, é possível problematizar sobre a sua atuação política, questionando sobre em que circunstância o Projeto de Lei N°129/1879 foi apresentado e até que ponto o profissional da educação interferiu no mandato político e vice-versa. As hipóteses elaboradas para o estudo giram em torno da concepção educacional e política. Tobias Barreto, como um dos líderes da Escola do Recife, atua na política e defende a educação feminina. Em decorrência de sua prática de leitura, ele estabelece um campo de atuação, materializada através do movimento que o projeta para as demais províncias do país. O objetivos consistem em analisar a atuação de Tobias Barreto na Assembleia Provincial de Pernambuco em defesa da formação educacional das mulheres; Compreender a contextualização nacional do século XIX no Brasil, bem como os motivos que impulsionavam o intelectual Tobias Barreto a trabalhar em prol da educação feminina e identificar os personagens e intelectuais envolvidos direta e indiretamente no debate do Projeto de Tobias Barreto. O método adotado na pesquisa foi o indiciário e o histórico por ser aplicável nas investigações de acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade, pois as instituições alcançaram sua forma, através de alterações de suas partes ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Os conceitos utilizados foram o de documento/monumento de Le Goff (1984), os de apropriação e representação elaborados por Chartier (1990), o de intelectual de Sirinelli (1998), e os de campo intelectual, capital cultural e capital social do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1980). Adotei a abordagem biográfica a qual atende à perspectiva da análise histórico-sociológica realizada a partir da complementaridade entre as fontes deixadas por Tobias Barreto em sua trajetória de vida.

Palavras - chave: Tobias Barreto, Projeto, Educação.

ABSTRACT

The dissertation is based on the writings of Tobias Barreto, extracted from the works *Critical Social and Political Studies*, *German Studies and Philosophy*, 1990 editions. The object of the research are the speeches made in the Provincial Assembly of Pernambuco in 1879 and 1880 on the Draft Law N° 129/1879 prepared by Tobias Barreto at the time was Mr. The work falls within the field of History of Education from the perspective of the New Cultural History, which provides a current historiographical shift your gaze to the historian to cultural practices. The timeframe of the research covers 1861, the year that Tobias Barreto comes to the province of Recife to study law, the 1881, which concludes an article entitled "The Soul of Woman," which addresses some social functions of women, and comment on the Draft Law N° 129/1879. By understanding the trajectory of intellectual Tobias Barreto, it is possible to question about the political activity of questioning in which event the Proposed Law N° 129/1879 was presented and the extent to which vocational education interfered with the political mandate and vice versa. The hypotheses developed for the study revolve around the concept of education and politics. Tobias Barreto, one of the leaders of the School of Recife, acts in politics and advocates female education. As a result of its practice of reading, it establishes a level playing field, embodied through movement that the designs for the other provinces. The objectives are to analyze the performance of Tobias Barreto in the Provincial Assembly of Pernambuco in defense of women's educational background; Understand the national context of the nineteenth century and in Brazil, as well as the reasons that drove the intellectual Tobias Barreto to work on education women and identify the characters and intellectuals directly and indirectly involved in the debate Project Tobias Barreto. The method adopted in the study was the historical method to be applied in investigations of events, processes and institutions of the past to check its influence in society, because the institutions have reached their shape with changes in their shares over time, influenced by particular cultural context of each era. The concepts were used to document / monument of Le Goff (1984), the ownership and representation developed by Chartier (1990), that of intellectual Sirinelli (1998), and the field of intellectual capital and cultural capital of the sociologist Frenchman Pierre Bourdieu (1980). I adopted a biographical approach which according to Davis, Freitas (2010, p. 146) "the biographical approach addresses the perspective of historical and sociological analysis performed based on the complementarity between the sources," left by Tobias Barreto in his life story.

KEYWORDS: Tobias Barreto, Project, Education.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE QUADROS

INTRODUÇÃO.....13

CAPÍTULO 1 O CONTEXTO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX.....23

1.1 O Contexto brasileiro.....23

1.2 Educação no Brasil.....27

1.3 Projetos Educacionais.....35

CAPÍTULO 2 TOBIAS BARRETO E A ESCOLA DO RECIFE.....42

2.1 Trajetória de Tobias Barreto.....42

2.2 O Movimento da Escola do Recife.....52

CAPÍTULO 3 O PROJETO DE LEI Nº129/1879.....63

3.1 O Projeto de Tobias Barreto.....63

3.2 Personagens do Projeto.....81

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....91

REFERÊNCIAS.....94

ANEXOS.....100

LISTA DE ABREVIATURAS

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.....	14
APP	Assembleia Provincial de Pernambuco.....	18
UNIT	Universidade Tiradentes.....	20
UFS	Universidade Federal de Sergipe.....	20
NPGED	Núcleo de Pós-Graduação em Educação.....	20
CDPB	Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro.....	49
INL	Instituto Nacional do Livro.....	49
LPA	Livro de Ponto da Assembleia.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação dos organizadores responsáveis pelas edições póstumas das obras de Tobias Barreto.....	50
Quadro 2. Trabalhos publicados de e sobre Tobias Barreto.....	50
Quadro 3. Trajetória de vida de Tobias Barreto (1839-1889).....	52
Quadro 4. Integrantes do movimento da Escola do Recife.....	57
Quadro 5. Personagens que apresentaram projetos de lei.....	65
Quadro 6. Participação do Deputado Tobias Barreto de Menezes nos Projetos.....	69
Quadro 7. Participação do Deputado Tobias Barreto de Menezes nas sessões.....	71-72
Quadro 8. As denominações do Projeto de Tobias Barreto.....	77
Quadro 9. Personagens do Projeto.....	84

INTRODUÇÃO

O Ensino deve ser público e obrigatório
Tobias Barreto (1991, p.52)

Esta dissertação analisou os discursos ocorridos na Assembleia Provincial de Pernambuco, na ocasião da tramitação do Projeto de Lei Nº129/1879, de autoria do intelectual Tobias Barreto de Meneses (1839-1889), visando a compreender a contribuição desse intelectual para a educação do Brasil.

O interesse em estudar as ideias de Tobias Barreto já existia há algum tempo e encontrou sentido quando das heranças deixadas pelo Sr. Pedro de Freitas Filho (meu avô materno). Elas continham um pequeno livro de bolso intitulado *O Pensamento Vivo de Tobias Barreto*,¹ elaborado pelo imortal Dr. Hermes Lima (1902-1978), em 1942, e editado um ano depois. Além de outros legados – que não vem ao caso mencionar –, esse me impressionou pelas circunstâncias dos fatos, seja pela falta de interesse para com esse tipo de leitura dos meus pais e irmãos, ou pela forma espontânea e despretensiosa com que a obra chegou a minhas mãos. Guardado na estante como mais um dos livros, “objetos” da família, esperando quem sabe um dia, ser tocado, folheado e lido. O dia chegou. Foi no mês de março de 1998 que o livro deixaria de ficar na antiga estante e passaria a ficar comigo, acompanhando algumas etapas acadêmicas.

Essas etapas contribuíram para a ampliação do meu olhar nas pesquisas, principalmente investigando sobre temas que geralmente ficam inseridos nos bastidores da História. Segundo Mingot (2002, p. 17), entre as características dos bastidores da História há alguns lugares e objetos que podem revelar indícios: “[...] guardados em sótãos e porões conservados em gavetas, fechados a chave, cobertos de poeira do tempo, arquivos pessoais são mantidos sob o cuidado de muitas famílias”. No meu caso, os bastidores foram: a família, a estante e o livro que tiveram papel fundamental para despertar o interesse por Tobias Barreto. Já o tema atual surgiu em 2009, em decorrência da seleção de mestrado em Educação da Universidade Tiradentes.

O livro, em um primeiro momento, solucionou um problema que enfrentava na elaboração de um projeto de pesquisa. Quando aluno do quinto período de Filosofia, estava por um lado angustiado pelo projeto a ser feito e frustrado por não ter ainda estudado sobre a

¹ Cf. scanner da capa do livro de LIMA, Hermes. **O Pensamento Vivo de Tobias Barreto**. São Paulo: Martins, 1943. Anexo A, p.100.

História da Filosofia Brasileira, que na grade curricular era uma disciplina do sexto período. Nessa ocasião participava das aulas do professor José Alfeu do Nascimento² (na disciplina Filosofia da História), o qual alimentava as minhas desconfianças acerca dos pensadores sergipanos, citando uma vez ou outra frases de Tobias Barreto (1839-1889), Sílvio Romero (1851-1914) e Fausto Cardoso (1864-1906).

Observava que ele falava com mais segurança e admiração sobre as ideias de Tobias Barreto. Assim, o entusiasmo do mestre e o fato de ter encontrado o livro me motivaram para elaborar o projeto intitulado *A Metafísica em Tobias Barreto*, que mantive como tema do trabalho de conclusão de curso (TCC).

Após a graduação, ingressei no campo do magistério no Ginásio Diocesano de Propriá, minha cidade natal. Mais do que nunca, as leituras de Hermes Lima (1943) sobre Tobias Barreto me inspiraram na dedicação e elaboração das aulas, visto que o próprio Tobias Barreto, era considerado um “hábil professor”³.

Em uma de suas descrições, Lima (1943, p. 7) chama atenção que:

Tobias Barreto ganha em ser conhecido muito mais pelo que escreveu do que pela imagem que dele geralmente se guarda. Os modernos, sem contacto maior com os seus escritos, acabaram conservando de sua ação intelectual mais a memória de um polemista, de um propugnador deslumbrado do evolucionismo, de um crítico inteligente, porém frequentemente iludido quanto à importância do que dizia, do que a memória de um pensador [...] Tobias Barreto não foi apenas um eco juvenilmente deslumbrado com o que lia e aprendia em livros estrangeiros, especialmente alemães. Sua sagacidade crítica no campo das idéias gerais foi excepcional. Extraordinária sua influência nos rumos da nossa cultura.

Se for um ganho conhecê-lo pelo que escreveu, estabelecendo uma reconstituição da memória de um pensador e identificando suas relações culturais, resolvi ler cuidadosamente seus escritos, suas obras, alguns dos seus comentadores e percebi que Tobias Barreto não só ficava no mundo das ideias, eles as escrevia e publicava. Por essa razão, passei a escrever sobre ele, publicando em eventos científicos locais os resultados das leituras de Hermes Lima, Omer Mont'Alegre, Miguel Reale e Antônio Paim. Ou seja, a busca de um sergipano em conhecer outro sergipano, a substituição das imagens estereotipadas para uma compreensão histórica da ação intelectual do escritor, do crítico inteligente e leitor de livros estrangeiros.

² Prof. José Alfeu do Nascimento, professor aposentado pela UFS em 1996, vinculado ao Departamento de Filosofia. Natural de Estância e atualmente leciona na Universidade Tiradentes.

³ Cf. NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1984. p. 88.

No ano de 2004, apresentei no VI Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (UFS) o trabalho: *As Bases Metafísicas do Pensamento de Tobias Barreto*, que era uma revisão mais apurada do meu TCC. Durante o ano de 2005, foram mais três trabalhos, um na 7ª Semana de Ciências Sociais – UFS, com o título *A Sociologia na Concepção de Tobias Barreto*. Houve outros como: *A Concepção de Ciência em Tobias Barreto* e *A Ciência Histórica no Pensamento de Tobias Barreto*. Este último analisava as tipologias dos significados da palavra “História”, comum na época e que mereceu atenção do intelectual. Já em 2006, foi publicado mais um artigo com o título *O Conhecimento na Obra Estudo de Filosofia de Tobias Barreto*.

Quando da realização dos cursos de Especialização, os trabalhos também contemplavam temas tobiáticos. O primeiro recebeu o título: *A Concepção de Cultura no Pensamento de Tobias Barreto*, e foi finalizado em 2007, para a obtenção do título de especialização em Didática do Ensino Superior; o outro, *A Trajetória Educativa de Tobias Barreto*, foi concluído em 2008, para a obtenção do título em Educação e Gestão, ambos pela Faculdade Pio Décimo.

A partir de 2005, comecei a atuar como docente na Universidade Tiradentes, sempre participando de cursos de formação continuada. Em 2010, dois colegas professores do curso de História incentivaram-me a participar do processo seletivo da própria instituição, o professor Antônio Bittencourt Júnior⁴ e o professor Rogério Freire Graça⁵.

As leituras do livro de Barreto (1994, p. 323) revelaram que boa parte da vida de Tobias Barreto foi dedicada à educação:

Parte da vida cinquentenária de Tobias Barreto foi dedicada à educação. Ainda em Sergipe, em Lagarto e Itabaiana, foi professor de Latim, com uma titulação passada para toda a Província. No Recife dedicou-se ao magistério particular e tentou, por três vezes, o ingresso no ensino secundário: duas vezes concorreu à cadeira de Latim, do Curso Preparatório da Faculdade de Direito, perdendo para o seu conterrâneo e parente, o padre Félix Vasconcelos Barreto, e uma vez à cadeira de Filosofia do Ginásio Pernambucano, passando em primeiro lugar, mas sendo preterido pelo Governo, que deu preferência ao professor José Soriano de Souza, que obteve o segundo lugar, pelo fato de ser casado e Tobias solteiro.

⁴ Empossado Secretário Municipal de Educação de Aracaju no dia 20 de junho de 2010. Foi coordenador do curso de História da UNIT, de 2004 a 2012.

⁵ Professor Rogério Freire Graça, natural de Estância, autor do livro: **Vamos Conhecer Estância**. 1ª ed. Aracaju: J. Andrade, 2001. Atualmente é coordenador do curso de História – UNIT.

Elaborei um projeto de pesquisa para ser submetido à seleção. Durante a digitação, lembrava sempre a frase: “a solidão anima o estudo, pelo silêncio, e tão somente pelo silêncio, que as solidões escuras não agradam ao pensador” (BARRETO, 1990, p. 89). Nesse caso, a solidão surtiu efeito e o resultado do estudo foi o projeto *Tobias Barreto: um pensar sergipano acerca da educação*.

No decorrer das etapas de seleção e aprovação, confesso que a entrevista foi a mais tensa. Vale lembrar, que as observações da professora Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento foram as mais desconcertantes e proveitosas para a pesquisa, pelo fato de me indicar novas leituras como *A Cultura Ocultada*, publicado em 1999, pelo professor Dr. Jorge Carvalho do Nascimento. O trabalho que apresenta Tobias Barreto como figura central e divulgadora da cultura alemã no Brasil oitocentista. Justamente essa obra eu não conhecia; foi por essa razão que, durante os estudos da disciplina Educação Brasileira, conduzida pela Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, assumi o compromisso pela leitura e apresentação da obra, responsabilidade dupla, pois na explanação, o autor estava presente e pude identificar que:

É possível afirmar que Tobias Barreto foi, no século XIX, o primeiro intelectual brasileiro a levantar o tema da cultura como sendo uma questão fundamental. E, mais do que isso, a dar ao problema um tratamento filosófico. O reexame dos seus textos oferece uma concepção cultural merecedora de análise, a começar pelo estudo das fontes nas quais ele se inspira. Ele valoriza o poder do homem em face da natureza, dando ao seu entendimento de cultura um caráter humanístico que é a marca de distintos estudos evolucionistas (NASCIMENTO, 1999, p. 20).

Ao apresentar o projeto para submissão ao Mestrado em Educação, inicialmente o tema pretendido era *Tobias Barreto: um pensar sergipano acerca da educação*. No entanto, com os debates durante as disciplinas, o foco de análise voltou-se para outro aspecto: a trajetória de vida de Tobias Barreto, sua atuação política, e o envolvimento com temas voltados para a educação das mulheres. Assim, o tema inicial foi substituído por *Tobias Barreto e o Projeto de Lei Nº129/1879: uma proposta acerca da educação feminina*.

O motivo para a escolha desse tema surgiu durante as atividades da disciplina Seminários de Pesquisa, em decorrência das discussões e contribuições das professoras Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento e Dra. Giovana Scareli, bem como a partir das considerações do Professor Dr. Jorge Carvalho do Nascimento e da Prof. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, no exame de qualificação. A pesquisa inicial consistia basicamente em apresentar, a partir da trajetória de vida de Tobias Barreto, sua participação

na educação local e conseqüentemente na educação do país, procurando identificar em alguns de seus textos uma definição conceitual de educação. Entretanto, o projeto inicial incorria em alguns erros de contradição. Por exemplo: as produções teóricas de Tobias Barreto estão inseridas em uma concepção nacionalista e não regionalista como pretendia. Outro exemplo do alcance das ideias de Tobias Barreto é sobre a emancipação feminina, pautando-se em Nunes (1989, p. 35):

Foi Tobias um pioneiro da emancipação feminina, numa época em que a mulher era peça da engrenagem do patriarcalismo dominante, denunciando o despotismo a que estava condenada no seio da família. Apaixonadamente, defendeu, na Assembléia Provincial de Pernambuco, o direito de a mulher cursar Medicina, quando enfrentou grande oposição dos colegas.

Em diálogo com o orientador professor Dr. Miguel André Berger, substituímos o tema de *Tobias Barreto: um pensar sergipano acerca da educação para o atual*, por entendermos que a análise das discussões sobre o projeto de lei é um tema que contempla os intelectuais da educação da segunda metade do século XIX, na mesma proporção que amplia as pesquisas na área da História da Educação Brasileira, além de ser um tema relevante.

Como as pesquisas sobre Tobias Barreto são amplas, devido a sua produção literária, restringimos o campo de atuação para melhor analisar suas ideias. Centramos nosso estudo sobre o Projeto – Lei Nº129, apresentado em 1879, quando Tobias Barreto era Deputado Provincial na cidade do Recife. O projeto defende uma educação voltada para as mulheres de forma igualitária. A delimitação da temática vem corroborar com as ideias de Eco (1983, p.10), “[...] quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha”. Nesse sentido, passam a ser o objeto da dissertação os discursos preservados dos Anais da Assembleia Provincial de Pernambuco, nas sessões em que foi debatido o Projeto de Tobias Barreto.

O trabalho em questão enquadra-se no campo da História da Educação dentro da perspectiva da Nova História Cultural, uma corrente historiográfica que proporciona ao historiador deslocar seu olhar para as práticas culturais. Na História da Educação, essa tendência historiográfica provocou o surgimento de novos objetos de pesquisa descortinando dimensões ainda pouco exploradas, seja fora da escola e/ou do processo de escolarização. Assim, surgem novos olhares diante das visões consideradas tradicionais, consistindo no esforço mais apurado sobre outros objetos de pesquisa.

O marco temporal da pesquisa abrange o período iniciado em 1861, ano em que Tobias Barreto chega à província do Recife para estudar Direito. Aconselhado pelo juiz da comarca de Lagarto, Dr. Herculano Circundes de Carvalho, nesses termos: “[...] saia desta terra, com todo sacrifício, e vá para outra província, onde possa ser aproveitado. Há de ser alguma coisa.” (MARQUES, 1930, apud LIMA, 1963, p. 5), e em 1881 encerra o período estudado, ano em que conclui o artigo intitulado *A Alma da Mulher*, no qual aborda algumas funções sociais das mulheres ao mesmo tempo em que expõe ter sido uma honra, enquanto deputado provincial, ter apresentado um projeto de lei acerca da educação feminina nesta província (BARRETO, 1991, p. 63). Essa busca, de um maior capital cultural, iria se tornar futuramente, uma marca do seu projeto de lei, o qual beneficiaria as mulheres, a província e a Assembleia de Pernambuco.

Após algumas leituras mais específicas sobre o tema, surgiram indagações que orientaram a pesquisa, tais como: Qual foi a ação pedagógica mais importante na trajetória política de Tobias Barreto? De que maneira isso ocorreu? É possível ainda aceitar a concepção de Fernando de Azevedo de que somente com o Estado Republicano é que se pode falar de uma educação diferente?

Ao compreender a trajetória do intelectual Tobias Barreto, é possível problematizar sobre a sua atuação política, questionando sobre em que circunstância o Projeto de Lei Nº129/1879 foi apresentado e até que ponto o profissional da educação interferiu no mandato político e vice-versa. As hipóteses elaboradas para o estudo giram em torno da concepção educacional e política, uma vez que se dedicava também às leituras e publicações de artigos sobre as teorias filosóficas e científicas da época, ou seja:

Tobias Barreto, como um dos líderes da Escola do Recife, atua na política e defende a educação feminina.

Em decorrência de sua prática de leitura, Tobias Barreto estabelece um campo de atuação, materializado através do movimento da Escola do Recife projetando-o para as demais províncias do país.

A partir desses questionamentos, o objetivo geral dessa investigação consiste em analisar a atuação de Tobias Barreto na Assembleia Provincial de Pernambuco (APP) em defesa da formação educacional das mulheres.

Os seguintes objetivos específicos do estudo foram delimitados:

a) Compreender o contexto nacional do século XIX e no Brasil, bem como os motivos que impulsionavam o intelectual Tobias Barreto a trabalhar em prol da educação feminina;

b) Identificar os personagens e intelectuais envolvidos direta e indiretamente no debate do Projeto de Tobias Barreto.

Os métodos utilizados na pesquisa foram o Indiciário e o Histórico. Segundo Grespan (2005, p.293) “o próprio método, portanto, passa a ser concebido como instrumento de trabalho, como ferramenta que pode ser bem ou mal utilizada”, o qual exigirá do pesquisador uma execução aguda na elaboração de seu procedimento, é o que norteia uma pesquisa. Nesse sentido, a metodologia aplicada à pesquisa foi o método indiciário elaborado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg (2007), no qual expõe que este método auxilia no desvelamento das práticas culturais e ensina o pesquisador a ficar atento aos pormenores, de modo a apreender e desembaraçar as fontes.

O método histórico foi utilizado para ajudar a compreender os acontecimentos, os processos e as instituições do passado, verificando sua influência na sociedade, uma vez que, as instituições alcançaram sua forma através de alterações das partes que a compõem, preponderadas pelo contexto cultural particular de cada época.

O pesquisador inglês Peter Burke, autor do livro *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*, atribui estatuto de objeto e de análise histórica a dimensões da vida privada. Suas pesquisas abriram uma via ao estudo da História, destacando a historiografia factual-biográfica. Ele esclarece o método histórico analisando seus fundadores, Lucien Paul Victor Febvre (1878-1956) e Marc Léopold Benjamim Bloch (1886-1944), passando ainda por Emmanuel Le Roy Ladurie, Fernand Braudel (1902-1985), Georges Duby (1919-1996) e Jacques Le Goff.

Em relação aos conceitos utilizados na pesquisa, destacamos o de documento/monumento de Le Goff (1984), o qual considera que os documentos não são neutros, mas são sempre uma tentativa dos sujeitos imporem à posteridade uma determinada imagem de si próprio. Os de apropriação e representação elaborados por Chartier (1990), de acordo com o historiador, os leitores se apropriam das mensagens a sua maneira. Os indivíduos descrevem a realidade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fossem e traduzem os seus interesses e posições sociais. Também o de intelectual de Sirinelli (1998, p. 265) pois, “o intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente”. O de campo intelectual, capital cultural e capital social do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1980), ele compreende a sociedade como um conjunto de campos, microcosmos sociais relativamente autônomos. Para ele, o campo intelectual é um espaço de lutas entre os agentes. Esses

conceitos serão fundamentais para entender e interpretar Tobias Barreto de Menezes nas suas concepções de educação, cultura e política.

Durante o curso do mestrado, as leituras exigiram um exercício reflexivo para entender a História da Educação e a História. Para Chartier (1990, p. 84) “[...] a história singulariza-se, porém, pelo facto de manter uma relação específica com a verdade, ou antes, por as suas construções narrativas pretenderem ser a reconstituição de um passado que existiu”.

Para concretização do estudo recorri a várias fontes e revisão de trabalhos sobre o intelectual Tobias Barreto e a educação. Foram empreendidas consultas nos acervos da Universidade Tiradentes (UNIT) nos seus respectivos *campi*: Aracaju, Estância, Itabaiana e Propriá, sondando os documentos, levando em consideração sua História iniciada em “1962”. Observei que, além das obras de referência (na sua maioria trabalhos bibliográficos e biográficos), deveria também me apropriar dos trabalhos de conclusão de curso os TCCs, na esperança de encontrar produções dos ex-alunos dos cursos de História, Pedagogia, Jornalismo e Direito, além de outros trabalhos. Encontrei apenas duas monografias, uma apresentada ao curso de Pedagogia intitulada: *História de Tobias Barreto*, de Kelly Jane Dantas Cardoso Vieira (2002) e a outra ao curso de Direito, *O culturalismo de Tobias Barreto no novo código civil*, de Aloísio Santos Filho (2008).

Depois consultei os acervos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), principalmente as dissertações e publicações, datadas a partir de 1995, dos alunos e docentes do programa de Mestrado e Doutorado em Educação do Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED). E de outros núcleos de Pós-Graduação. Nessa busca, os trabalhos que têm aproximação com Tobias Barreto, foram:

A Cultura Ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX, do professor Jorge Carvalho do Nascimento em 1997, traz estudos sobre Tobias Barreto; *Às Margens do Beberibe e do Capibaribe: a crítica de Tobias Barreto nos meandros da Geografia*, da professora Alexandrina Luz Conceição em 2001, no qual busca “compreender seu discurso, no que se refere ao entendimento da cultura como definidora do Estado/nação, e suas reflexões sobre a importância da valorização do indivíduo a partir das relações cultura/homem e não da questão racial” (CONCEIÇÃO, 2001, p. x).⁶ Outro estudo foi *As Leituras Pedagógicas de Sílvio Romero*, de Cristiane Vitória de Souza, 2006. Nessa dissertação a pesquisadora comenta que Sílvio Romero recebeu influência, além das práticas de leituras, “do colega Tobias Barreto” (SOUZA, 2006, p. 36). Esses trabalhos

⁶ Levou a uma reflexão sobre: Tobias Barreto também é crítico da geografia?

me ajudaram a traçar um perfil do intelectual Tobias Barreto e seu envolvimento com o conhecimento. Mas que, no entanto, não trazem de forma específica um estudo sobre o Projeto de lei de Tobias Barreto. A única exceção é a obra *A Cultura Ocultada* que traz um capítulo específico sobre Tobias Barreto em defesa da mulher e do ensino público, tecendo comentários sobre sua atuação parlamentar e o seu Projeto de Lei Nº129/1879, os quais foram informações fundamentais para o desenvolvimento dessa dissertação.

Outro autor que ajudou também na coleta das fontes foi Barreto (1991, p.14-15) ele coloca que muitos trabalhos de Tobias Barreto, na época em que viveu em Pernambuco estão “perdidos ou desaparecidos, os artigos, ensaios, poemas [...]. Parte dos jornais recifenses e escadenses a Fundação Joaquim Nabuco microfilmou. Outra parte desapareceu dos acervos da Biblioteca e do Arquivo e das coleções particulares, [...]”.

As pesquisas realizadas por Nascimento (1999, p. 203) também advertem:

A recuperação das discussões e dos textos sobre política educacional produzidos por culturalistas no Brasil do século XIX é um importante instrumento para a reconstrução do quadro das ideias e da ação pedagógica nos anos 800. Esta é uma tarefa nem sempre muito fácil de ser realizada, uma vez que a indigência dos arquivos brasileiros faz com que muitos documentos importantes se percam. Um bom exemplo é o jornal *O Escadense*, no qual Tobias Barreto publicou muitas das suas reflexões sobre educação.

Um outro exemplo são as cópias dos projetos de lei dos deputados. Essa dificuldade de encontrar documentos importantes foi experimentada em visitas à Assembleia Legislativa de Pernambuco⁷, à Fundação Joaquim Nabuco, na Universidade Federal de Pernambuco, mais especificamente na Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas, onde estão catalogados os acervos pessoais de Tobias Barreto e no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambucano, em busca de uma cópia do Projeto de Lei Nº129/1879 ou um documento que se reportasse ao Projeto do Partenogógio. Em tais instituições não encontrei o Projeto de Lei de Tobias Barreto, resultando em tentativas frustradas, confirmando as informações dos pesquisadores Luiz Antônio Barreto e Jorge Carvalho do Nascimento.

Foram consultados os documentos preservados pela atual Assembleia Legislativa de Pernambuco, como o livro de ponto, os relatórios da presidência da província para a Assembleia e os livros dos Anais, analisados como “documento/monumento” de Le Goff (1984). É verdade que os textos preservados dos Anais já foram publicados nas obras

⁷ Cf. Declaração da Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco. Anexo B, p. 101.

completas de Tobias Barreto. Por essa razão, as citações utilizadas no trabalho irão respeitar as edições mais recentes da obra para facilitar a consulta e o surgimento de novas pesquisas.

Diante dessa situação utilizamos como fonte de pesquisa volumes da edição das Obras Completas de Tobias Barreto, trabalho realizado sob a organização de Luiz Antônio Barreto. Três obras foram utilizadas como referências: *Crítica Política e Social* (1990), para compreender a visão política, social e de intelectual de Tobias Barreto; *Estudos Alemães* (1991), para identificar as influências sofridas por Tobias Barreto e as formas de apropriação dessa cultura e *Estudos de Filosofia* (1990), para estudar as definições de literatura, ciência e cultura.

Outros livros também foram consultados, como *A vida admirável de Tobias Barreto*, de autoria de Omer Mont’Alegre, de 1939 – para entender, na sua opinião os aspectos admiráveis e não admiráveis de Tobias Barreto; o *Tobias Barreto (A Época e o Homem)* de Hermes Lima, 1963, para identificar as características históricas da época e sua atuação no cenário nacional. Também as obras: *Tobias Barreto*, de Luiz Antônio Barreto, de 1994, para entender seu perfil jornalístico e a necessidade de utilizar a imprensa para divulgar suas ideias, e *A cultura ocultada*, de Jorge Carvalho do Nascimento, do ano de 1999, que estuda alguns aspectos da influência alemã na cultura brasileira, em especial na vida de Tobias Barreto (que provocou no intelectual ações efetivas em prol da coeducação).

Ao pensar na produção de um indivíduo não podemos dissociá-lo do meio que o circunda, sendo fundamental para compreender suas inserções dentro de uma determinada conjuntura histórica. Assim, a abordagem biográfica foi utilizada por favorecer o conhecimento da trajetória de vida de Tobias Barreto. Para Freitas (2010, p. 146), “a utilização da abordagem biográfica atende à perspectiva da análise histórico-sociológica realizada a partir da complementaridade entre as fontes”.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro intitulado **O Contexto Brasileiro e a Educação no Século XIX**, discorro sobre a situação educacional do Brasil, os projetos educacionais e a questão da educação da mulher. No segundo, analiso a trajetória de **Tobias Barreto e a Escola do Recife**, apresentando aspectos de sua vida, traçando um perfil de suas concepções educacionais e as representações de algumas instituições e movimentos do período, a exemplo da Escola do Recife. O terceiro capítulo analiso a tramitação do Projeto de Lei N°129/1879 formulado por Tobias Barreto, o qual foi discutido em plenário na Assembleia Provincial de Pernambuco. Busco identificar os personagens, as razões, e os objetivos para a aprovação do seu projeto em detrimento de outras propostas.

CAPÍTULO 1. O CONTEXTO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XIX

O progresso não pode ser o esquecimento do passado, porque o passado está sempre conosco, [...] no seio de nossas glórias
Tobias Barreto (1990, p. 48)

Este capítulo tem como propósito analisar o contexto do Brasil Império no período de vida de Tobias Barreto (1839-1889), destacando aspectos políticos e culturais que contribuíram para a circulação de ideias e teorias para a promoção de uma sociedade próspera e moderna direcionada para uma educação de todos os seus membros, pretensão do Projeto de Tobias Barreto.

1.1 O Contexto brasileiro no século XIX

Tobias Barreto nasceu no ano de 1839, quando estava vigente o sistema político do império (1822-1889) e a forma de governo era uma monarquia constitucional parlamentar. Esse regime político teve início em 1831, com a abdicação do trono brasileiro por D. Pedro I que deixou seu filho, que ainda era uma criança, no governo. A historiografia divide o período em duas fases: Primeiro Reinado e o Segundo Reinado, este iniciado em 23 de julho de 1840, com a declaração de maioridade e aclamação de D. Pedro II.

Segundo Nascimento (1999, p. 64):

As interpretações do moderno no Brasil do século XIX buscavam construir aqui uma cosmovisão de cultura ocidental, consolidando essa modernidade a partir de interpretações que levavam em conta a lógica cartesiana posta conforme o entendimento de Giordano Bruno, de Nicolau Copérnico, de Kepler e de Galileu interpretada nos métodos concebidos por René Descartes e Isaac Newton, da mesma maneira que se levava em consideração a ideia de evolução como leis mais importantes do universo. Até o final do século XIX a modernidade brasileira havia incorporado as ideias Kantianas, o Positivismo de Comte se fizera hegemônico e se fazia com muita paixão a discussão de ideias de Darwin e Spencer a respeito da evolução social.

A natureza da modernidade que caracterizou o Brasil durante o século XIX teve o seu primeiro esboço ainda na primeira década. Essa visão se configurou através do incentivo econômico estatal e do estímulo da iniciativa privada para a criação de fábricas, arsenais, bancos, forjas de armas, além de uma política de criação de escolas primárias e secundárias,

liceus de ofícios, academias artísticas, escolas superiores, bibliotecas, museus, instituições científicas, imprensa, centralização da administração pública, no sentido de unidade nacional.

A preocupação com projetos de espaço urbano, fez com que as primeiras medidas de D. João VI fossem a de criar o colégio das fábricas, em 1809, destinado a ensinar ofícios aos órfãos que aqui chegavam com a comitiva real e aprendiam com artífices que também vieram de Portugal. O ensino ocorria nos locais de trabalho, como: cais, hospitais, arsenais militares da marinha. Mais tarde, a marinha se dedicou a ensinar as primeiras letras a esses jovens (RIBEIRO, 2003).

O cenário político do Segundo Império sintetizava o modelo de modernidade que era buscado pelas elites brasileiras da segunda metade do século XIX. Essa modernidade vira suas primeiras atitudes lançadas no Brasil ainda sob a política pombalina. Modernidade que, ao longo do século XIX, fora várias vezes propagadas por franceses e alemães, a exemplo do que fizera a imprensa alemã, durante os anos 1870 daquele século, quando da visita de Pedro II àquele país.

A ideia de modernidade no Brasil do Segundo Império só começou a ser questionada rigorosamente por causa de novos valores que se punham cada vez mais fortemente e, em algumas situações, ultrapassavam os limites e as possibilidades das bases de sustentação sobre as quais se assentava a estabilidade da monarquia brasileira. Essas bases viam-se ameaçadas, em face da radicalização da defesa de uma democracia republicana, de uma economia liberal bem mais ampla do que aquela executada e admitida pelo Império, da consolidação de um Estado laico mais avançado do que a laicidade monárquica, entre outros temas da agenda política brasileira.

Até então, no que diz respeito à modernidade, as ações de D. João VI manifestaram-se sob a forma de rodovias, estradas de ferro, empresas de navegação costeira, serviços de telegrafia e cabo submarino para a Europa. Muitos desses novos elementos da vida social moderna, vigorante então na Europa, nos quais o Brasil buscava o espelho da sua modernidade, chocavam com os valores estabelecidos e levavam instituições ciosas do seu conservadorismo a desencadear violentas campanhas contrárias a sua incorporação.

Cabe frisar que o ensino no Brasil ficava sob a hegemonia das instituições religiosas,⁸ até a primeira metade do século XVIII.

⁸ As escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loyola, o **Ratio atque Instituto Studiorum**, chamado abreviadamente do método **Ratio Studiorum**. Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras, além do curso elementar eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica, e no curso de Filosofia

Além das escolas elementares, outra instituição de ensino importante criada no período colonial, foi o Seminário de Olinda em Pernambuco, fundado em 1798 por José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho⁹ (1742-1821). Sob a inspiração das ideias iluministas, que impregnavam as reformas pombalinas na Universidade de Coimbra, aquele colégio destacava o ensino das ciências, das línguas vivas e de literatura moderna, sem se descuidar de aplicar uma nova metodologia.

Sobre Azeredo Coutinho, em uma das Cartas Reais de 3 de Outubro de 1801, contém uma repreensão do Príncipe Regente que muito deve ter pesado a Azeredo Coutinho. Ele respondeu por carta de 12 de Janeiro de 1802, pedindo o julgamento dos seus atos por um Tribunal imparcial, mas de nada valeu. Por carta régia de 25 de Fevereiro de 1802, foi transferido da diocese de Olinda para a de Bragança e Miranda. A 12 de Julho seguinte, embarcou para Lisboa. Dedicou-se a estudar as questões econômicas sob a sua perspectiva de grande proprietário agrícola, dotado já de certo patriotismo brasileiro. Em 1794, a Academia Real de Ciências publicou o seu *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, que é a sua obra mais difundida e que teve várias traduções para francês, inglês e alemão.

Escrevera depois a sua *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África*, cuja publicação a Academia Real das Ciências recusara. Fez então com que fosse impressa em Londres e traduzida para francês em 1798.

Pela carta régia de 13 de abril de 1798, o Príncipe Regente D. João fez saber a D. Thomaz José de Melo, governador de Pernambuco, que Azeredo Coutinho, que ainda se achava em Portugal, viria estabelecer um Seminário em Olinda. Do dinheiro do subsídio literário se havia de tirar a quantia necessária para o pagamento dos respectivos professores e dos mais existentes em toda a diocese. Determinava ainda que se consultassem as Câmaras sobre a criação de uma contribuição anual de 10 ou 20 réis por habitante para sustento do

estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área da medicina.

⁹ Azeredo Coutinho nasceu em 8 de Setembro de 1742, em Campos dos Goitacazes, Capitania da Paraíba do Sul. Estudou no Rio de Janeiro Latim, gramática, retórica e filosofia. Por volta de 1772 foi estudar Cânones na Universidade de Coimbra. D. Maria I ofereceu um lugar de Deputado do Santo Ofício, lugar de prestígio, no entanto preferiu não aceitar o convite e foi estudar mais um ano em Coimbra. Passou a exercer o cargo de Deputado do Santo Ofício em 15 de Setembro do mesmo ano. A 26 de Junho de 1786, foi ordenado sacerdote. Em 12 de Setembro de 1794, foi nomeado Bispo de Pernambuco e só em 20 de Novembro de 1798 embarcou para Pernambuco, aonde chegou 36 dias depois para ocupar o lugar de Bispo, que acumulou com os de Governador interino da Capitania de Pernambuco e de Diretor-Geral dos Estudos. Além de criar o Seminário, exerceu altos cargos de poder, enfrentando vários problemas e desavenças (ALVES, 2003).

Seminário. O imposto chamado do subsídio literário havia sido criado por Lei de 10 de novembro de 1772. Para Nascimento (1999, p. 35):

As evidências históricas não só apontam a existência de projetos de educação e cultura ao longo do século XIX como também revelam estarem tais políticas contextualizadas no espectro de uma influência cultural que se coloca com clareza desde os últimos anos do século XVIII. Vale à pena observar que em 1798 foi fundado o Seminário de Olinda – sob a liderança do bispo Azeredo Coutinho – que incorporou todo o espírito da orientação escolar da reforma pombalina.

A filosofia corrente em suas cadeiras era o cartesianismo, uns dos pontos fortes do Seminário, que se convertia no ninho de ideias liberais e adotava como evangelho político a doutrina dos filósofos do século XVIII. Mais do que as ciências eclesiásticas, eram divulgados os episódios da Revolução Francesa, partindo daquele núcleo intelectual o gosto pelas ideias renovadoras, à época consideradas subversivas. Por isso, os adeptos passaram a organizar academias “secretas”.

De acordo com Alves (2003):

[...] deve ser esclarecido, por fim, que o pensamento de Azeredo Coutinho jamais poderia ser taxado de original. As idéias por ele defendidas são, sistematicamente, hauridas das obras de outros pensadores. Seus escritos também estão marcados pelo *eclétismo* [...] do século XVIII. Sua proximidade com o empirismo revela-se em diversos de seus escritos e não somente a influência de Bacon é sensível, sob esse aspecto. Por intermédio de Luís António Verney, inspirador maior dos empreendimentos educacionais que se seguiram à expulsão dos jesuítas, incorpora, igualmente, idéias de Locke. Também se flagra, entre as suas formulações, um divisor importante entre os domínios da Teologia e da Filosofia. A esse dualismo, tipificado de Descartes, de Galileu Galilei e de tantos outros humanistas católicos, deve ser acrescentado o apelo sistemático ao método cartesiano (ALVES, 2003, p. 66).

O Seminário de Olinda foi uma das manifestações das reformas pombalinas de instrução no Brasil e exerceu poderosa influência na formação intelectual no norte. Era o curso secundário mais completo do país. Acolhia alunos, não só os que se destinavam ao sacerdócio, como ainda todos quantos não podiam ir a Coimbra fazer os seus estudos.

Portanto, o Seminário de Olinda foi um início da escola secundária brasileira. Sua influência está nas raízes da Revolução Pernambucana de 1817, devido à difusão das ideias liberais. As mudanças culturais, no entanto, não atingiram de imediato as mulheres, estas

continuavam sem ter acesso à educação. Esse quadro desfavorável despertou no intelectual sergipano, Tobias Barreto, o interesse pelo tema.

1.2 A Educação brasileira no século XIX

No final do século XVIII, a exemplo de movimentos como a Revolução Industrial, Revolução Francesa, a ideologia nacionalista e a Filosofia do Romantismo foram fatores que impulsionaram os avanços científicos e tecnológicos, ocasionando alterações no cenário mundial. Mas apenas no século seguinte ocorreriam os efeitos dessas mudanças.

Mudanças tecnológicas com a exportação de máquinas modificaram as relações de produção, o desenvolvimento do sistema fabril em grande escala e a divisão do trabalho. Ações aplicáveis na agricultura, com a introdução de novas técnicas e novos conhecimentos científicos aumentaram a produtividade. Deu-se também uma revolução nos transportes, com a invenção do navio a vapor, a construção de rodovias e ferrovias, muitos desses projetos efetivados pelos ingleses aqui no Brasil.

[...] um Brasil onde as primeiras fundições modernas, o primeiro cabo submarino, as primeiras estradas de ferro, os primeiros telégrafos, os primeiros bondes, as primeiras moendas de engenho moderno de açúcar, a primeira iluminação a gás, os primeiros barcos a vapor, as primeiras redes de esgotos foram, quase todas, obras de inglês (FREYRE, 2000, p. 62).

Acentuou-se o processo de deslocamento da população do campo para as cidades, que passaram a concentrar grande massa trabalhadora. O aumento da produção alterou o capitalismo liberal, que substituiu a livre concorrência pelo moderno capitalismo, com a formação do campo empresarial e o forte monopólio dos bancos.

Na segunda metade do século XIX, ultrapassada a crise econômica decorrente da queda da produção de açúcar e de algodão, o cultivo do café expandiu-se, reativando o comércio. Além disso, os Estados Unidos consumiam mais da metade da exportação cafeeira. Dessa maneira, ao lado do modelo agrário-exportador dependente, teve início a consolidação do modelo agrário-comercial-exportador dependente.

[...] toda a prosperidade da economia cafeeira não foi capaz de modificar os padrões do ensino superior, a não ser parcial e indiretamente, pela construção de estradas de ferro, que demandavam engenheiros. As modificações mais notáveis daí decorrentes foram à criação da Escola

Politécnica, em 1874, no Rio de Janeiro, e da Escola de Minas, em Ouro Preto, um ano depois. A primeira nasceu da Escola Militar e a outra, da determinação do imperador, ambas num período em que, cessada a guerra contra o Paraguai (1864-1870), construiu-se estradas, portos, serviços públicos de iluminação a gás, e foram instaladas fábricas de tecido, de produtos alimentícios e de produtos químicos (CUNHA, 2003, p. 155).

A atuação de personagens em instituições como Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), conhecido como o Barão de Mauá, imprimiu surto industrial com a construção de navios a vapor e estradas de ferro, instalação de telégrafo e abertura de bancos. As cidades cresceram e a sociedade tornou-se mais complexa com o aumento dos quadros da pequena burguesia urbana.

Na época destacaram-se importantes iniciativas leigas, como é o caso da Sociedade Culto à Ciência, de Campinas, e a de São Paulo, fundada por maçons. Com pressupostos de inspiração positivista, oferecia o estudo de ciências, menosprezado pela tradição humanística. Uma leitura atenta sobre a participação dos maçons, de Tobias Barreto e o movimento da Escola do Recife ajuda a entender melhor o cenário brasileiro em torno da educação. Visto que,

O esclarecimento de todos esses problemas é o ponto de partida que possibilita o entendimento [...] E assim, com a clareza de que o debate em torno da cultura brasileira a partir da Escola do Recife não tem recebido a devida atenção por parte da historiografia é necessário reler o material que trata da polêmica (...). Tobias Barreto acompanhou juntamente com os maçons a difusão do pensamento liberal no Brasil do século XIX, atraindo um grande número de admiradores e desafetos à medida que aprofundava nas suas posições. Era comum nos debates promovidos pelos maçons a discussão de temas como a política escravista, ocasião em que se alforriavam escravos (NASCIMENTO, 1999, p. 9).

Enquanto o Estado se esforçava para oferecer a escola gratuita para as camadas populares, os ricos ainda procuravam as escolas tradicionais religiosas. De fato, a urbanização e a industrialização criaram o fenômeno das crianças na rua, e havia a necessidade de “controle do corpo infantil”, a fim de evitar os problemas sociais que daí poderiam derivar.

No Brasil, havia a preocupação com a educação que serviria para diminuir as mazelas sociais, apesar das críticas dos religiosos à educação laica. Em outros países, lentamente os governos conseguiam intervir inclusive nas escolas particulares, mediante legislação que buscava uniformizar o calendário escolar, o controle do tempo, o currículo, os procedimentos, criando os sistemas educativos nacionais.

Deu-se uma expansão da rede escolar, não só em número de escolas, mas na ampliação da escola elementar, da rede secundária e superior, além da novidade da pré-escola. Na reorganização da rede secundária, mantinha-se a dicotomia que destinava à elite burguesa a formação clássica e propedêutica, enquanto para o trabalhador diferenciado da indústria e do comércio era reservada a instrução técnica. No ensino universitário, ampliado e reformulado, foram criadas as escolas politécnicas para atender às necessidades decorrentes do avanço da tecnologia. Dessa forma:

O novo ensino superior nasceu, assim, sob o signo do Estado Nacional, dentro ainda dos marcos da dependência econômica e cultural, aos quais Portugal estava preso, respectivamente, à Inglaterra e à França. Além disso, o ensino superior incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica quanto os da reação alemã à invasão francesa, esta depois daquela (CUNHA, 2003, p. 153).

Ao lado da expansão da rede escolar, outro objetivo dos educadores no século XIX era formar a consciência nacional e patriótica do cidadão. Até então, a educação tivera um caráter geral e universal, mas agora se dava maior ênfase à formação cívica, certamente em razão das tendências nacionalistas da época.

A reformulação da escola elementar sofreu a influência do educador suíço-alemão Pestalozzi, enquanto a secundária manteve o caráter nitidamente humanista e erudito. O coroamento do processo completou-se com a criação da Universidade de Berlim, em 1810, símbolo da nova cultura germânica.

Em relação a realidade brasileira, os colégios leigos da época eram os mais progressistas e renovadores. Acrescentando-se a estes os já referidos colégios religiosos, percebe-se que grande parte da elite se dirigia às escolas particulares. Além disso, os poucos liceus provinciais fundados pela iniciativa pública enfrentavam dificuldades diversas, decorrentes da falta de organização e de recursos, corpo docente mal-habilitado e até de insuficiente número de alunos, motivos que levaram muitos a fecharem as portas.

Para frequentar os cursos superiores, muitos jovens brasileiros abastados deveriam se dirigir às instituições europeias, sobretudo Coimbra e Évora, em Portugal. Aqui no Brasil, os cursos superiores eram ofertados nos seminários, mas destinados à formação de padres. Com a Independência, foram criados os dois cursos jurídicos: um em São Paulo no Largo de São Francisco e o outro em Recife. Fundados em 1827, passaram a faculdades em 1854.

Os cursos superiores, mesmo quando transformados em faculdades, permaneceram como institutos isolados, sem que houvesse interesse na formação de

universidades (que só surgiriam no século XX). De qualquer forma, a atenção especial dada ao ensino superior reforçava o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira, que privilegiava o acesso aos nobres, aos proprietários de terras e a uma camada intermediária, surgida da ampliação dos quadros administrativos e burocráticos.

No Brasil, ao invés de criarem universidades criaram-se cátedras isoladas de Ensino Superior para a formação de profissionais: de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808. No Rio de Janeiro, dois anos depois, surge a de Engenharia, embutida na Academia Militar.

Essas cátedras isoladas eram unidades de ensino superior que possuíam uma direção especializada, programas sistematizados e organizados conforme uma seriação preestabelecida, funcionários não docentes, meios de ensino e locais próprios.

Os cursos jurídicos, ofertados na Faculdade de Direito de Recife e do Rio de Janeiro, eram os que mais atraíam os jovens na segunda metade do século XIX. A camada intermediária procurava esses cursos, não só para seguir a atividade jurídica, mas para ocupar funções administrativas e políticas ou dedicar-se ao jornalismo, como foi o caso de Tobias Barreto, como será discutido no próximo capítulo. Além disso, o diploma exercia uma função de enobrecimento.

Como as instituições de ensino superior não tinham o propósito de formar professores, para essa atribuição, foram fundadas as escolas normais¹⁰. A primeira delas foi a Escola Normal de Niterói (1835), capital da província do Rio de Janeiro. Funcionava precariamente com um só professor e poucos alunos. Fechou em 1849, por falta de alunos, para retornar mais tarde às atividades. Em seguida, surgiram várias outras escolas normais nas diversas províncias, tais como em Minas Gerais (1836, instalada em 1840), Bahia (1836, instalada em 1841) e São Paulo (1846). Por volta das décadas de 1860, 1870 e 1880 outras tantas foram criadas. No entanto, tinham duração instável, fechando e retornando às atividades. Segundo Freitas (2003),

As Escolas Normais começaram a ser criadas no Brasil, a partir de 1830, nas províncias de [...] Ceará (1845), [...] Pará (1839), Sergipe (1870) e Goiás (1882), e só aceitavam inicialmente alunos do sexo masculino.

Aos poucos foram sendo instituídas Escolas Normais femininas, como aconteceu em Sergipe em 1877, em Minas Gerais em 1906. Outras foram de acesso para as jovens que desejavam fazer o curso normal, era através de vagas abertas em escolas normais já existentes, como o caso de São Paulo. Também as outras escolas normais, no final do século XIX, começaram a receber alunas (FREITAS, 2003, p. 29).

¹⁰ O Ato Adicional de 1834 estabeleceu as diretrizes para a instrução primária.

Os primeiros decretos de criação de escolas normais no Brasil remontam às décadas de 1830 e 1840 do século XIX, como consequência das reformas previstas pelo Ato Adicional de 1834. A proposta de formação de professores contida na Lei Geral do Ensino de 1827 não tivera desdobramentos concretos. No entanto, a partir desse novo instrumento legal, cada província deveria se responsabilizar pela organização e administração de seus sistemas de ensino primário e secundário. Nesse contexto, a intenção de formar professores encontra conjuntura mais favorável.

A experiência com as escolas normais nascia, assim, num momento em que a educação, em várias províncias, se caracterizava pela busca de uma uniformidade por meio da instrução. O movimento de criação das escolas normais inseria-se, segundo alguns dirigentes provinciais, numa espécie de cruzada pelo bem comum da sociedade. Elas formariam aqueles homens a quem caberia, por missão, elevar o nível intelectual e moral da população, unificando padrões culturais e de convivência social.

Geralmente as escolas normais ofereciam cursos de dois a três anos, muitas vezes de nível inferior ao secundário. Para ingressar, bastava saber ler e escrever, ser brasileiro, ter 18 anos de idade e bons costumes. De início, atendiam apenas rapazes: a primeira escola normal de São Paulo, só trinta anos depois de fundada, passou a oferecer uma seção para mulheres. Com o tempo, a clientela tornou-se predominantemente feminina, isso ocorreu devido a pouca procura dos homens para o curso normal, sendo a baixa remuneração o motivo para o afastamento masculino.

Essa feminização deveu-se, em parte, à lenta entrada da mulher na esfera pública, e porque a profissão do magistério era uma das poucas que permitiam conciliar com as obrigações domésticas. Além disso, constituía uma atividade socialmente aceita, por se pensar que estava ligada à experiência maternal das mulheres, também, tratava-se de um ofício cuja baixa remuneração era aceita mais resignadamente por elas.

A maioria das mulheres no Império vivia em situação de dependência e inferioridade, com pequena possibilidade de instrução. Em algumas famílias mais abastadas, às vezes elas recebiam noções de leitura, mas se dedicavam principalmente às prendas domésticas, à aprendizagem de boas maneiras e à formação moral e religiosa. O objetivo era sempre prepará-las para o casamento e, quando muito, procurava-se dar um verniz para o convívio social, daí o empenho em lhes ensinar piano e línguas estrangeiras.

Com a criação da seção feminina na Escola Normal da Província de São Paulo em 1875, as moças poderiam se profissionalizar na carreira do magistério. Mas, dada a precariedade desses cursos, o resultado era insatisfatório, pois não havia uma certeza quanto à permanência e funcionamento.

Devido à falta de ensino público secundário para as moças, quando elas tinham posses, frequentavam as aulas em escolas particulares confessionais protestantes ou católicas. É importante frisar que de qualquer forma as mulheres estavam excluídas da possibilidade de acesso aos cursos superiores, mesmo que se preparassem adequadamente em escolas particulares ou com preceptores. Isso porque para tal não se exigiam diplomas, mas era necessário fazer os exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, destinados exclusivamente ao público masculino.

Nesse período, o fato mais interessante é a criação de um curso especial para mulheres (que estudariam em dias alternados aos dos homens), no qual as normalistas aprenderiam todas as matérias do curso masculino, com exceção da álgebra, e a geometria se limitaria às noções mais elementares. Por outro lado, seu currículo incluiria os “trabalhos de agulha” e “prendas do exercício doméstico”. Curioso é que por causa da entrada das alunas criou-se uma cadeira de “prendas”, que, ao tentar a aprovação na Assembléia, tornar-se-ia alvo de pilhérias por parte dos deputados. A cadeira acaba sendo denominada de “prática”, [...]. A nova escola, assim organizada, só começaria a funcionar realmente em 1862 (VILLELA, 2003, p. 111).

O descaso pelo preparo dos professores fazia sentido em uma sociedade não comprometida em priorizar a educação elementar. Além disso, prevalecia a tradição pragmática de acolher professores sem formação, a partir do pressuposto de que não havia necessidade de nenhum método pedagógico específico¹¹. Essa tendência, embora começasse a ser criticada pelo governo, iria predominar ainda por muito tempo, em decorrência da concepção artesanal da formação do professor. Vicentini elucida sobre o método Lancasteriano, afirmando que

O primeiro modelo predominou no Brasil durante praticamente todo o Período Imperial, supõe-se que por sua maior proximidade com os modos tradicionais de formação para os ofícios (e por seu menor custo), uma vez que correspondia a um modelo artesanal, com o futuro professor aprendendo as técnicas e os usos do trabalho acompanhando a prática de um professor experiente. Este sistema de formação docente constituía na nomeação como professores adjuntos dos melhores alunos das escolas públicas de primeiras

¹¹ Percebemos que essa visão pedagógica foi inserida gradativamente, como foi o caso da Escola Normal de Niterói, fundada para que os mestres aprendessem a aplicar o método lancasteriano do ensino mútuo (VICENTINI, 2009).

letras (a partir dos 12 ou 13 anos de idade), os quais recebiam um pequeno pagamento para acompanhar o professor em exercício (VICENTINI, 2009, p. 31).

O fracasso na implantação do método monitorial lancasteriano, na primeira metade do século XIX, proporcionou discussões pedagógicas na segunda metade desse mesmo século em torno do método intuitivo e lições de coisas. Essas ideias surgiram na Alemanha e logo se expandiu para outros países, sobretudo pela divulgação do pensamento dos franceses Célestin Hippeau (1808-1883) e Ferdinand Buisson (1841-1932). Tal método já era aplicado nas escolas norte-americanas pautando-se nas ideias de Comenius e Pestalozzi.

Ao participar da Exposição de Paris, em 1878, Buisson se referia aos antecessores desse método: os empiristas Locke e Condilac; a defesa da "razão sensitiva" de Rousseau; a valorização da educação popular por Pestalozzi, que defendia o desenvolvimento espontâneo do aluno, baseando-se na intuição psicológica; o equipamento lúdico para o desenvolvimento sensório-motor, das crianças na primeira infância inventadas por Froebel. Mas Buisson reconhece em Marie Pape-Carpentier a popularização mais recente do método e a criação de material didático, como a Caixa de Lição de Coisas e a Lanterna Mágica, aparelho para projetar figuras com forte apelo visual.

A ênfase do método estava no reconhecimento de que os sentidos são a porta para todo conhecimento. Ao contrário da Pedagogia jesuítica, que valorizava o ensino discursivo, que atuava por raciocínio lógico e, portanto, era abstrato. Buscava-se começar a instrução primária educando a sensibilidade, utilizando os sentidos, pela qual percebemos cores, formas, sons, luz, etc. Era esta que preparava e antecipava a intuição intelectual, quando então percebemos as relações de igualdade e causalidade, entre as coisas. Ou seja, rejeitando a educação livresca, a criança deveria aprender a ler o mundo visível, pela observação e percepção das relações entre os fenômenos.

Embora a expressão lição de coisas servisse para indicar o método intuitivo aplicado em todas as disciplinas, com frequência ela designava o ensino elementar das ciências da natureza, isto é, restringia-se a uma das disciplinas do currículo. Buisson mesmo reconheceu essas duas possibilidades, mas ressaltava ser importante compreender "lição de coisas" como método constituinte de todo programa de ensino. Rui Barbosa considerava importante a divulgação do método intuitivo entre os professores e, para tanto, traduziu "Primeiras lições de Coisas", do norte-americano Norman Calkins.

O que se propunha era preparar o professor para saber se portar, saber o que ensinar e saber como ensinar. Por exemplo, após sua reativação, a Escola Normal de Niterói teve como diretor, no período de 1868 a 1876, o bacharel e jornalista Alambary Luz, que trabalhou com a intenção de tornar aquela instituição uma escola-modelo. Nesse período, o currículo foi ampliado e enriquecido, e a aprendizagem da metodologia pedagógica modernizou-se, acatando as novidades da Europa e dos Estados Unidos, que enfatizavam o ensino intuitivo. Ainda com esse propósito, Alambary Luz importou material didático próprio para a aplicação do método intuitivo.

O trabalho individual e eficiente tornava-se a base da construção do conhecimento infantil. Devia a escola, assim, oferecer situações em que o aluno, a partir da visão da observação, mas também da ação e experimentação, pudesse elaborar seu próprio saber.

Percebemos portanto que, desde os tempos coloniais até meados do Período Imperial, a formação docente não teve especificidade. O concurso de nomeação para as aulas régias exigia apenas a apresentação de provas de moralidade fornecidas pelo padre da paróquia e pelo juiz de paz da localidade de origem do candidato à licença docente. Exigia-se, também, que o futuro professor conhecesse aquilo que deveria ensinar. Para tanto, ele era avaliado por uma dissertação apresentada à banca de seleção nomeada pelo Diretor-Geral dos Estudos.

No caso dos mestres de primeiras letras das aulas oficiais, mantidas pelo Estado, estes deveriam provar saber ler, escrever, contar e ter conhecimentos para proporcionar ensino da religião aos seus alunos. É preciso lembrar que o ensino constituía um universo variado, em que as aulas oficiais conviviam com variadas formas de educação nas letras, tais como aquelas fornecidas por religiosos; estrangeiros que atuavam como preceptores em casas de famílias abastadas; associações beneficentes e escolas particulares.

Os exames, por não terem a devida publicidade, eram pouco disputados, o candidato deveria mostrar ler correntemente, saber escrever com maior ou menor apuro caligráfico, efetuar as quatro operações fundamentais da aritmética, às vezes com dificuldade e alguns erros. A parte teórica não era devidamente aprofundada. Em Religião, decorava as orações principais da Igreja e recitava, respondia a uma ou outra pergunta, sem, contudo dar provas de que compreendia os princípios da doutrina.

A partir das décadas de 1860, quando o interesse pela educação cresceu nos debates da sociedade, a formação de professores adquiriu maior relevo, ao lado de inúmeras outras providências para melhorar o ensino. Além de formação profissional, essas escolas expressavam um cunho assistencialista que não se desvinculava do interesse em disciplinar os

segmentos populares, devido ao temor que a elite sentia com o exemplo dos movimentos de oposição à ordem política, frequentes na Europa de então.

1.3 Projetos Educacionais

No Brasil oitocentista, já se falava em projetos educacionais, mas ainda prematuramente e eles eram planejados para resolver os problemas mais urgentes. Negar a existência de projetos educacionais aplicados ao desenvolvimento cultural no século XIX é negar os próprios fatos históricos na participação de autoridades empenhadas nesse fim, conforme Nascimento (1999, p. 34):

Não admitir a existência de projetos de educação e cultura no século XIX é negar que nas duas primeiras décadas daquele século D. João VI criou as escolas superiores necessárias à formação da elite administrativa (civil e militar) [...] em 1812, ter criado o primeiro curso de agricultura da Bahia; é da mesma maneira negar que em 1817 ele criou cadeira de 'Química de Salvador e que em 1820 chamou ao Brasil a missão de artistas franceses e fundou a Escola de Belas Artes, depois de ter criado, em 1818, a Escola Pública de Música da Bahia.

As organizações da sociedade civil estimulavam a aprendizagem de ofícios, geralmente com apoio do governo para tais empreendimentos. Foi o caso da fundação dos Liceus de Artes e Ofícios: o primeiro deles surgiu em 1858 no Rio de Janeiro, depois vieram o de Salvador (1872) e o de São Paulo (1882). De acordo com Santos (2003, p. 211),

Os Liceus de Artes e Ofícios eram instituições não-estatais que, dentre várias outras que existiam no Brasil, tinham como atividade principal proporcionar à população a formação de mão-de-obra para atuar no mercado de trabalho, no contexto do período imperial. Para atingir aos seus objetivos, utilizava-se, [...] dos recursos do Estado para a sua manutenção, fato que permaneceu durante o regime republicano.

Essas iniciativas estavam de acordo com o movimento iluminista que já amadurecera na Europa. Transformações culturais a exemplo da Imprensa Régia em 1808. Até então as publicações eram proibidas, surgidas sob proteção oficial. Merecem destaque: A Gazeta do Rio de Janeiro e, da Bahia. O Correio Brasiliense, impresso em Londres, jornal de oposição à política de D. João VI. A Academia Real da Marinha em 1808 e Academia Real Militar (1810), que depois de alguns anos foram anexadas, compondo uma instituição de

engenharia militar, naval e civil. Tais realizações revelaram a visão objetiva e pragmática de formar oficiais do exército e da marinha para a defesa, além de engenheiros, médicos, advogados para as futuras metrópoles, ou seja, identidade nacional aos moldes europeus.

O Museu Real, em 1818 (depois Museu Nacional) começou com material fornecido pelo rei, depois recebeu a coleção mineralógica de José Bonifácio e várias coleções de zoologia doadas por naturalistas estrangeiros em viagem pelo Brasil.

A Escola Politécnica, em 1874, possuía a missão de preparar futuros engenheiros civil. Cursos médicos-cirúrgicos, a partir de 1808, na Bahia e no Rio de Janeiro, visavam também à formação de médicos para a marinha e o exército. Diversos outros cursos avulsos de Economia, Química e Agricultura, também na Bahia e no Rio de Janeiro e as faculdades propriamente ditas, tais como as de ensino jurídico, foram criadas no período do Brasil Império.

Ao examinar os níveis de ensino elementar, secundário e superior, nos períodos do Primeiro e do Segundo Império, notam-se as dificuldades de sistematizar os dois primeiros níveis, por conta dos interesses da monarquia, que não demonstrava interesse com a educação da maioria da população, ainda predominantemente rural.

O ensino secundário também foi conturbado, na medida em que se configurava propedêutico, portanto atrelado ao ingresso nos cursos superiores. Em cada um dos níveis (elementar, secundário e superior), as medidas do Decreto Imperial de 1827, a descentralização de 1834 e as décadas após 1870, cuja fermentação de ideias gestava não só os ideais abolicionistas, mas também novos horizontes para a educação. Para Faria Filho (2003),

O Estado Imperial brasileiro e as províncias do Império, sobretudo a partir do ato Adicional de 1834, foram pródigos em estabelecer leis referentes à instrução pública. No que se refere ao estado imperial, à lei de 1827 sucederam-se várias outras com o intuito de normatizar a instrução pública no município da Corte. Tais leis acabavam, no entanto, por servir, dentro de certos limites, de referência para as províncias. No que concerne a estas últimas, a partir de 1835 e ao longo de todo o Império, as Assembléias Provinciais e os presidentes das províncias fizeram publicar um número significativo de textos legais, levando-nos a acreditar que a normatização legal constituiu-se numa das principais formas de intervenção do Estado no serviço da instrução (FARIA FILHO, 2003, p. 137).

O ensino técnico no período do Império era bastante incipiente. O governo se desinteressava da educação popular e também da formação técnica, privilegiando as profissões liberais destinadas à minoria. Da mesma forma, até pouco tempo a historiografia voltava às atenções para a formação das elites políticas e intelectuais, e menos para esse

segmento da educação.

Embora o modelo econômico brasileiro, predominantemente agrário, tivesse sofrido algumas alterações na segunda metade do século XIX em razão do incremento do comércio e, mais para o final, devido ao surto de industrialização, esse modelo não favorecia a demanda da educação, apesar da grande população rural analfabeta, composta, sobretudo, de escravos, que não era vista como meta prioritária.

Dada a necessidade de ampliar a alfabetização, visto que a sociedade se encontrava em pleno crescimento industrial, surgiram várias propostas. Dentre elas o sistema monitorial, em que o professor não ensinava tudo aos alunos, mas preparava apenas os melhores, que por sua vez atendiam grupo de colegas. Segundo Lancaster, era necessário um só professor para mil alunos.

Este sistema consistia em reunir um grande número de alunos em um galpão. Lancaster chegou a reunir mil e agrupá-los de acordo com o seu adiantamento em leitura, ortografia e aritmética. Antes das aulas, o professor ensinava os mais adiantados, que seriam os monitores e deviam se incumbir dos diversos grupos de acordo com o seu nível de conhecimento. À medida que cumpriam uma etapa, eram transferidos para o grupo de grau mais elevado e assim por diante. As "classes" não eram as mesmas para leitura e aritmética, porque um aluno podia estar mais adiantado em uma delas e não na outra.

Para que o sistema funcionasse, havia rígida disciplina. A entrada era em fila organizada, após o toque do sino, e um apito chamava a atenção dos indisciplinados. Falava-se baixo, havia cartazes e quadros bem como cartões de sinalização, para indicar a sequência dos trabalhos, que todos da mesma classe deveriam cumprir ao mesmo tempo. O único professor, do alto de um estrado, supervisionava o andamento das aulas e interferia quando necessário. Esse processo barateava os custos e conseguia impor rígida disciplina, mas os resultados não eram dos melhores, como se pode imaginar, já que os monitores eram escolhidos entre os alunos. Assim:

O sistema do método mútuo aparecia aos seus defensores como uma poderosa arma na luta para fazer com que a escola atingisse um número maior de pessoas. Isso porque, segundo diziam, “o novo método de educação que nos propusemos a explicar tem em vista três grandes vantagens: 1) abreviar o tempo necessário para a educação das crianças; 2) diminuir as despesas das escolas; 3) generalizar a instrução necessária às classes inferiores da sociedade (FARIA FILHO, 2003 p. 141).

As críticas formuladas ao método monitorial/mútuo centraram nas habilidades dos monitores, na maioria das vezes limitados em fornecer explicações complementares, ou de adaptar-se ao nível de compreensão de seus colegas. No sistema empírico e prático, baseado em procedimentos mecânicos, portanto, desprovido de valor educativo. Na incursão de fórmulas e receitas e na transmissão de conhecimentos superficiais e sem valor, que não levava os alunos à reflexão e não desenvolvia a inteligência, ou seja, deixava a desejar em relação à formação moral.

Nesse caso, os alunos eram submetidos a um modelo mecânico do ensino monitorial/mútuo. Estava preso a um verdadeiro sistema militar, que o levava a agir somente mediante uma ordem e a submeter-se a um condicionamento destinado a torná-lo um cidadão dócil e obediente. Em todo caso, a ideia entusiasmou muita gente por algum tempo, também fora da Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e inclusive no Brasil, onde várias leis de diversos estados estimularam a adoção do método, durante o período monárquico.

No Brasil, surgiram algumas tentativas de aplicação do método mútuo e na continuidade dos debates, nos quais geralmente eram exaltadas suas vantagens, o método foi adotado por decreto em 1827, prolongando-se até 1854, e, mesmo depois, ainda era aplicado em alguns lugares, na sua forma original ou geralmente mesclada a outros métodos.

Não se pode negar, portanto, que nas últimas três décadas do século XIX tenha sido fomentado o debate sobre questões propriamente metodológicas. Esse processo começou com a reforma Couto Ferraz, em 1854, que visava regulamentar a instrução primária e secundária do Município da Corte. Além dos métodos possíveis, eram discutidos assuntos diversos, tais como higiene escolar, castigos corporais, atuação do Estado na educação, formação de professores, escola popular, etc. Pode-se perceber que:

A reforma de Couto Ferraz, levantando a possibilidade de prover as cadeiras do magistério com os adjuntos, valorizando mais os concursos do que a formação anterior do professor e deixando a cargo dos inspetores a formação em serviço pela obediência às normas estabelecidas, na verdade vai refrear o impulso inicial de organização das escolas normais (VILLELA, 2003 p. 126).

Os efeitos dessas ações podem ser percebidos nas décadas seguintes e não é por acaso que muitas escolas normais se extinguiriam ou viriam de forma precária a partir de então. As reclamações dos diretores dessas escolas se referiam, constantemente, às dificuldades que encontraram para manter um curso que a todo o momento era desprestigiado. Pessoas despreparadas ascendiam ao magistério por concursos que não faziam maiores

exigências e, muitas vezes, já tinham seus candidatos “esperados, ficando rotulado como concursos de palácio” (VILLELA, 2003 p.126).

A necessidade de salas bem amplas para abrigar grande número de alunos certamente não foi contemplada, porque os prédios usados, sempre de improviso, não eram apropriados. Faltava ainda material adequado, tais como bancos, quadros, fichas, sinetas, compêndios, etc. Apesar de terem sido criadas escolas normais em vários estados para a instrução do método mútuo, os professores, além de descontentes com a remuneração, nem sempre estavam preparados.

O texto da nossa primeira lei sobre instrução pública, criada em 15 de outubro de 1827, estabelecia que, para as escolas os edifícios deveriam possuir lugares suficientes, como também utensílios necessários, tudo isso às custas da Fazenda Pública. Já os professores que não tivessem a necessária instrução desse ensino iriam instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.

Esse método se ancorava na atividade de monitores, os próprios colegas de dez ou doze anos, incumbidos de repassar o aprendido aos demais e pela reforma de 1834. O ensino elementar, o secundário e o de formação de professores foram descentralizados, passando para a iniciativa e responsabilidade das províncias. Só o curso superior ficaria a cargo do poder central.

Não podemos esquecer que de forma jurídica, com a emenda constitucional, o Ato Adicional, elaborado em 1834, descentralizou o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto às províncias, foram destinados a escola elementar e a secundária. Desse modo, a educação superior ficou a cargo do poder central e os outros níveis de ensino, confiados às províncias.

Com Leôncio de Carvalho e sua proposta de ensino mais audacioso e radical do período do Império, estabeleceram-se normas para o ensino primário, secundário e superior na reforma de 1879. Essa lei defendia a liberdade de ensino (inclusive sem a fiscalização do governo), de frequência, de credo religioso. Os não católicos ficavam desobrigados de assistirem às aulas de religião, a criação de escolas normais e o fim da proibição de matrícula de escravos. “[...] em 1879 a Reforma Leôncio de Carvalho (Decreto 7.247), que entre outros assuntos modificava o ensino primário no município da Corte, previa jardins-de-infância nos distritos do município” (KUHLMANN JÚNIOR, 2003 p. 475).

Estimulou ainda a organização de colégios com propostas divergentes, como, por exemplo, os de tendência positivista, que, valorizando as ciências, pudessem superar o ensino acadêmico e humanista da tradição colonial. Houve a iniciativa de sugerir a adoção do método intuitivo ou de lições de coisas. Mas nem todas essas propostas se efetivaram.

A reforma de Leôncio de Carvalho esteve em vigor por pouco tempo, mas a discussão sobre a interferência ou não do Estado continuou. Rui Barbosa atribuía ao Estado a obrigação de tomar para si os cuidados com a educação. Nota-se de acordo com Faria Filho, 2003, p. 139) que:

[...] as preocupações daqueles que, como Rui Barbosa, propunha reformar, no final do século XIX, todo o *sistema* de instrução no Brasil e não mais apenas um ou outro nível, uma ou outra instituição de ensino, dando-lhe uma coerência e organicidade, a partir de variadas visões políticas, que tinham em comum a crença no progresso da nação por meio do progresso das letras. Para isso, diziam, não bastavam escolas ou instituições isoladas, seria preciso, inclusive de acordo com as nações mais desenvolvidas, reformar o ensino dando-lhe um caráter moderno e nacional.

Em sua proposta de reforma do ensino secundário e superior, Rui Barbosa avaliava o ensino do seu tempo como atividade de perceber os fenômenos, discernir relações, comparar as analogias e as dessemelhanças, classificar as realidades e induzir as leis. O alvo da educação seria despertar na inteligência nascente as faculdades cujo concurso se requeria nesses processos de descobrir e assimilar a verdade. Era o que deviam proporcionar os programas e os métodos de ensino.

Outro ponto a ser analisado foi a existência das conferências pedagógicas, com a intenção de difundir as ideias novas para professores, bem como para o público interessado. No entanto, as conferências foram realizadas a partir de 1873. Até 1886, apenas na Corte organizaram-se nove delas, mas diversas outras províncias também apresentaram as conferências a um público ávido das novidades dos países adiantados (VICENTINI, 2009).

As conferências populares, públicas, literárias, pedagógicas ou de professores foram reconhecidas como fator relevante para o progresso e melhoramento da instrução primária. Tinham caráter educativo e modernizante de vulgarização do conhecimento, além de uma perspectiva de atualização, de continuação dos estudos depois da formação, o aperfeiçoamento dos métodos de ensino das diferentes matérias, Língua Francesa, Cálculo, Métodos de leitura e escrita, Métodos de Geografia e História.

Nessa efervescência de discussões, no contexto da historiografia da Educação até o final do século XIX, percebemos que os estudos sobre o sexismo demonstram que os interesses dos intelectuais e políticos passaram a exigir a educação de ambos os sexos. É notória a participação de intelectuais das diversas áreas do saber: antropólogos, sociólogos, psicólogos, filósofos, historiadores, políticos e professores, bem como de políticos no desenvolvimento de uma educação melhor e na promoção de um ensino voltado para as mulheres. Os projetos educacionais foram, portanto, pilares para a promoção e discussão sobre a temática, oriundos de políticos e intelectuais como Tobias Barreto de Menezes. A trajetória e atuação desse intelectual será objeto de discussão no segundo capítulo desta dissertação

CAPÍTULO 2 – TOBIAS BARRETO E A ESCOLA DO RECIFE

A minha questão não é que este ou aquele indivíduo me aplauda; não gosto disso. O meu fim é andar às claras comigo mesmo
Tobias Barreto (1990, p.178)

A dedicação ao magistério acompanhou de forma singular a vida de Tobias Barreto, sendo essa a primeira e a última profissão do intelectual sergipano. É significativo apresentá-lo, abordando um pouco sobre a sua trajetória de vida, o envolvimento com o magistério e suas contribuições para a história da educação brasileira, a exemplo dos debates em torno de uma educação de qualidade por meio das instituições escolares, contemplando a educação feminina.

2.1 Trajetória de Tobias Barreto

Na região agreste de Sergipe nasceu Tobias Barreto de Meneses, a 7 de junho de 1839, filho de Pedro Barreto de Meneses e Emerenciana Maria de Meneses. Seu pai era um mestiço extrovertido e exercia a profissão de escrivão do cartório de órfãos e ausentes, cujo trabalho rendia apenas para sustentar a família. Adjetivado de homem vivo, inteligente, rebelde, mas religioso, assíduo leitor das Sagradas Escrituras.

As práticas religiosas na Província de Sergipe, como em tantas outras, eram comuns. O ensino do catecismo, os hábitos, e as pregações assim como as aulas de latim e música era responsabilidade dos padres, os quais reforçavam e delimitavam seu espaço. Também era comum que os religiosos católicos atendessem aos seus fiéis, desde o nascimento até a morte, princípios básicos de qualquer atividade missionária católica. No que se refere ao nascimento batismal, muitos católicos atrelavam nomes bíblicos aos seus filhos, no caso de Tobias Barreto foi atribuído por seu pai, baseando-se em um dos livros sagrados – O livro de Tobias. Ainda sobre o pai de Tobias Barreto, Mont’Alegre (1939, p. 18) revela:

Pedro Barreto de Meneses era pobre; não lhe atormentava, porém, o fato de ser pobre; possuidor de algumas letras punha-as a serviço de uma inteligência viva; satírico, de gênio inventivo, criava anedotas que facilmente se divulgavam caindo em domínio público; esteve sempre investido nas lutas políticas locais; franco, irrequieto, não sabia se curvar ante a vontade dos poderosos do momento, entregando-se continuamente à luta contra as facções, vivendo vida agitada onde abundavam as perseguições; insubmisso ao que não fosse direito era um lutador infatigável.

Há poucas informações sobre sua mãe, Dona Emerenciana Maria de Meneses, que aparece como Emerenciana Maria de Jesus (nome de solteira). Segundo os comentadores, era uma mulher de índole delicada e de gênio suave e doce. Hermes Lima, em seu livro *Tobias Barreto*, parafraseando Sílvio Romero: “[...] mas a mãe de Tobias – meiga, de gênio suave e doce, temperamento melancólico e cheio de resignação, passaria por fidalgamente branca em qualquer parte do Brasil” (LIMA, 1963, p.03).

Tobias Barreto teve como primeiro professor seu pai, que lhe ensinou as primeiras letras, até os seis anos. Com poucas condições econômicas da família e incentivo do pai, se dedicou cedo ao magistério, encontrando aí uma forma de ascensão social. Sobre o ingresso de Tobias Barreto, no campo do magistério Miguel Reale (1949, p.23) explica:

Nascido na antiga Vila de Campos do Rio Real, que hoje ostenta orgulhosamente o seu nome, Tobias Barreto, filho de um pobre escrivão de órfãos, estava fadado ao magistério, que exerceu, desde os dezesseis anos, ensinando Latim e Francês, para acudir às suas necessidades vitais, até a culminância de mestre da Faculdade de Direito do Recife, a qual, juntamente com a de São Paulo, constituiu, durante bem mais de um século, um dos pólos da cultura humanística brasileira, ultrapassando sua originária destinação jurídica e política.

Para Silveira (1989, p. 44), Tobias Barreto possuía “[...] uma vocação inata para o magistério. O mestiço desengonçado, que na aparência física lembrava um vaqueiro dos seus campos do Rio Real, ou um robusto pastor de bodes nos extensos tabuleiros que cercam a Vila de Campos, parecia, pelo menos em certos instantes, andar encourado” e acrescenta:

A sua típica desconfiança é que lhe dava, por certo, a agressividade. Lembrava, à primeira vista e para muitos, durante a vida inteira, um "fruto agreste, um tanto azedo e áspero. Era a sua auto-defesa de gente modesta, sofrida e sozinha. De outro ângulo, afetuoso e sincero, leal e franco, evoluído e aberto, competente e progressista o veriam os alunos. E os jovens, sem preconceito e sem perfídias, formando a vanguarda, ansiosos de renovação, entusiasmados com os gestos de audácia, como a eles aconteceu com relação a Tobias. A juventude não gosta de estagnação, da rotina, do marasmo, do conformismo. E o pensador sergipano não era acomodado nem acomodaticioso, mas irrequieto, trepidante, entusiasta das idéias novas. Apto, portanto, pelo conhecimento sempre renovado e ampliado, a conviver com os estudantes.

Depois de concluídos os estudos primários, seguiu para Estância, matriculando-se no curso de Latim; dedicou-se de tal maneira que, em breve, iria ensinar a matéria em

Itabaiana. Nesta época também inicia os estudos de música, sendo cantor e flautista da Filarmônica Nossa Senhora da Conceição.

Para Miguel Reale:

Para custear seus estudos começa a trabalhar aos 15 anos como professores de Latim em diversas Vilas do interior da Província. No mesmo mês e ano, presta exames de Gramática Latina, em decorrência da morte de Manoel Felipe de Carvalho na cidade de Maruim, para torna-se professor substituto dessa cadeira em Lagarto, para sua surpresa, recebe diante do seu exame, do inspetor de aulas - Dr. Guilherme Rabelo, o título geral de substituto em qualquer das cadeiras de língua latina da província. No entanto, não foi nomeado para Maruim (1949, p. 25).

Com o alastramento do cólera-morbo em Sergipe, volta a residir com a família, onde permanece o resto desse ano e o seguinte. Já em 1º de novembro de 1856, participa de novo concurso para a cadeira de Latim de Itabaiana (SE), sendo aprovado e nomeado no dia seguinte. No início de 1857, fixa residência, iniciando-se no magistério público, até dezembro de 1859.

Trabalha para adquirir uma licença na Assembleia Provincial¹² com o objetivo de fazer o curso jurídico fora do estado, conseguindo dois anos depois. A estrada estava aberta, somente ele poderia alargar. De posse da licença de seis anos para estudar fora da província, passa todo esse ano em Campos, com os familiares, embarcando, em março de 1861, para Salvador (BA).

Durante sua estadia em Salvador, participava das aulas de filosofia (matéria preparatória) cuja corrente vigente – o Espiritualismo Eclético – eram ministradas pelo Frei Itaparica. Essa matéria despertou em Tobias Barreto o gosto pelo rigor filosófico. Para sobreviver leciona algumas matérias em aulas particulares, atividade já exercida em Sergipe.

Para Hermes Lima (1963, p. 6), Frei Itaparica era considerado um dos melhores professores locais, inclusive de filosofia. Entretanto, nem o frade impressionava Tobias Barreto. Preferia a Biblioteca Pública aos professores. Ali passava o melhor do seu tempo, lendo os românticos, deslumbrando-se com Victor Hugo, que é a sua descoberta na Bahia. Pela voz do poeta, o rapaz humilde e sonhador do sertão de Sergipe entra para participar do drama do mundo dos seus anseios, da sua inquietação.

¹² Cf. NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1984. p. 88.

Hermes Lima e Sílvia Romero entram em detalhes sobre sua estadia baiana:

Um dia, porém, viu com tristeza que o dinheiro acabara e que de Sergipe não lhe podiam mandar mais nada. Ficou desesperado. "Foi em tal transe, contou Sílvia Romero, ao travor dêsse acabrunhamento, que se deu o passo a mim referido com lágrimas nos olhos: deitado em sua rêde, lia a coleção de trechos de prosadores e poetas de Charles André; a alma estava enegrecida pelo desmoronar de todos os planos; num momento de impaciência, atirou pelos ares o livro, que foi cair esparramado a um canto da pequena sala. Levantou, apanhou-o: estava aberto numa página onde se liam uns versos, entre os quais se achava êste: *On perd son avenir par trop d'impatience...* Os temperamentos poéticos, quando atribulados, vêem presságios em qualquer coisa. Aquelas palavras foi um bálsamo para êsse espírito acabrunhado" (LIMA, 1963, p.7).

Por dificuldades financeiras, Tobias Barreto retorna a Campos (SE) – atual Tobias Barreto – e somente no final de 1862 empreende viagem para Pernambuco, para cursar Direito na Faculdade do Recife. Nessa mesma viagem, passa em Maceió (AL) e apresenta-se à imprensa alagoana como bolsista do Governo da Província Sergipana, professor de Latim, indo estudar Direito no Recife. Numa intuição histórica, Tobias Barreto pede para publicar no Diário do Comércio o longo poema com quinze estrofes *Veni de Libano, Sponsa Mea*. (BARRETO. L, 1994, p. 317).

Ao chegar no Recife, matriculou-se na Faculdade de Direito, onde foi uma dos personagens mais importantes do movimento intelectual conhecido como a Escola do Recife. Durante o seu período na Faculdade colaborou com os jornais "O Acadêmico" (1865); "A Luta" (1867); "A Regeneração" (1868); "O Vesúvio" (1869); "Correio Pernambucano" (1869), onde foram publicados artigos de filosofia. O "Diario de Pernambuco" também publicou várias de suas poesias e o Jornal do Recife, "A Província" e "Correio do Norte", artigos sobre temas diversos.

Com um discurso otimista, a poesia do sergipano flui a convocação patriótica, que recebe do povo mais que o aplauso nas ruas, nos teatros, pelos locais públicos, a consagração literária. Nesse período, escreve poemas influenciados pela poesia condoreira do escritor francês Victor Hugo (1802-1885).

Na oratória, Tobias Barreto se revelava apto em qualquer tema escolhido para debate. O estudo da filosofia também o empolgava tanto que, nos jornais da faculdade, publicou *Tomás de Aquino, Teologia e Teodicéia não são ciências, Jules Simon*, entre outros artigos.

Em 1869, no Engenho Riqueza, do seu sogro João Félix dos Santos, Tobias Barreto casa-se com D. Grata Mafalda dos Santos (nome de solteira), com quem teve nove filhos. O casamento que favorece seu “capital social” (BOURDIEU, 1980). No mesmo ano, no Recife, termina o curso de Direito, destacando-se como orador e polemista antimonarquista e abolicionista.

Casado e bacharel em Direito, com nome feito de poeta, orador do povo e crítico de religião e de filosofia, enfrenta a realidade da vida e continua a dar aulas particulares. Funda, em 1870, seu colégio, onde dá aulas de Francês, Latim, História, Retórica, Filosofia e Matemática Elementar. Passa a estudar alemão por conta própria e a substituir suas influências francesas pelo Naturalismo Europeu, especialmente pelo prisma de autores alemães como o médico e pensador Ernest Haeckel (1834-1919), divulgador do darwinismo e do cientificismo positivista.

Em artigos publicados em “A Regeneração”, “O Vesúvio”, “Correio Pernambucano” e “Jornal do Recife”, mostra sua evolução religiosa e filosófica, mantendo contato com autores alemães, protestantes, divulgando-os, pela primeira vez, nos jornais recifenses. Nos jornais “O Liberal” e “O Americano” faz sua profissão de fé política, defendendo os princípios do liberalismo que abraça, filiando-se ao Partido Liberal, que passa, com seus artigos, a defender, na luta disputada com os adeptos do Partido Conservador, então no poder.

Deixa o Recife em 1871, indo para Escada, pequena cidade da mata sul-pernambucana, cercada por 120 engenhos de açúcar, um deles pertencentes à família de sua esposa. Em Escada, faz parte da comarca de Vitória do Santo Antão, como advogado, por convite do Juiz dos Órfãos. Assume o lugar de Curador Geral dos órfãos, sendo, mais tarde, Juiz Municipal Substituto. No fórum de Escada, as audiências são também consagradas, despertando a curiosidade de várias pessoas, que comparecem nas sessões no intuito de ouvi-lo discursar.

Lá também é redator e editor de um jornal em alemão e mantém uma tipografia para imprimir seus artigos, livretos e jornais como: “Um Signal dos Tempos”, *Der Deutscher Kaempfer* – O Campeão Alemão, “periódico literário e político, destinado à expansão do germanismo no norte do País”, os autores alemães são estudados e revelados aos seus leitores. Para Nascimento (1999, p.112),

Com esse jornal Tobias pensava ajudar à nossa pátria entrar na grande e livre corrente do movimento intelectual alemão, como anunciava no prospecto que precedeu, em 1 de julho de 1875, o lançamento do jornal. Tanto o livro quanto o jornal criaram dificuldades para Tobias, já marcado pelas suas idéias avançadas em matéria de religião, de filosofia e de direito.

A imprensa constitui a principal forma de divulgação de suas ideias. Essas ideias são fundamentadas no materialismo antropológico¹³, na defesa do pensamento laico e no monismo¹⁴ alemão. Torna-se membro do Partido Liberal e publica o primeiro livro, *Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica*, reunindo artigos publicados na imprensa do Recife. No mesmo ano, convida os escadenses à organização de uma Sociedade, fundando o Clube Popular Escadense, no qual pronuncia discurso intitulado: “Um Discurso em Mangas de Camisa” em setembro de 1877. Um discurso entusiasmado, onde apresenta um diagnóstico da vida política, econômica e social de Escada.

Segundo o discurso de Barreto (1990, p. 131),

A instrução é quase nula, à medida que também é nulo o gosto de instruir-se; e temos em casa o exemplo. [...] Segundo a opinião de competentes, a proporção regular entre o número de habitantes de um lugar e o das pessoas que devem freqüentar a escola é de 12 a 15 por cento, se esse lugar quer ter o título de adiantado. Ora, dos três mil espíritos, que dissemos haver aqui dentro, quatro por cento e alguns quebrados é que se encontra realmente de freqüência em cinco casas de instrução que existem, sendo somente sete por cento o número dos matriculados!... Vê-se, pois, que ainda entre nós há uma certa má suspeita contra a arte *diabólica* de ler e escrever, para servir-me de irônica expressão do italiano Aristides Gabelli.

Tobias Barreto descreve nesse discurso a realidade educacional, política e econômica da cidade de Escada. Consequentemente um cenário comum em vários municípios de Pernambuco, como sabemos pelos estudos realizados pela História da Educação. O tema da educação se configurou na plataforma de resistência cívica e de organização da sociedade. Para Tobias Barreto, esse cenário de baixas matrículas escolares e o medo de aprender a ler e escrever será transformado com o maior repasse das verbas do Estado para a instrução pública, com o objetivo de obter o título de lugar “adiantado”.

¹³ Materialismo antropológico é uma corrente filosófica que tenta explicar a natureza humana, a parte de seus componentes físicos e fisiológicos do ser humano (ABBAGNANO, 2007).

¹⁴ Monismo é uma doutrina filosófica segundo a qual o conjunto das coisas pode ser reduzido à unidade, quer do ponto de vista da sua substância, quer do ponto de vista das leis lógicas ou físicas (ABBAGNANO, 2007).

Através de sua atuação como jornalista, associada aos seus discursos, é eleito deputado em 1878, para a Assembleia Provincial, representando Escada e o Partido Liberal. Sua inserção na política é decorrente de seu capital cultural e do dom da oratória. Esse capital cultural é resultado da vasta leitura de livros estrangeiros, principalmente de autores alemães.

Representante e orador do povo, fazendo com que o jornal conservador “O Tempo” compare a Assembleia a um teatro, Tobias Barreto era o artista e o povo das galerias aos frequentadores encantados pela arte (BARRETO. L., 1994).

Ao concluir o mandato, em 1879, Tobias Barreto não consegue reeleição, mas aceita novo mandato popular, desta vez como vereador da Câmara de Escada. Não exerce o mandato, pois fora nomeado, em abril de 1880, Juiz Municipal Substituto. Permanece em Escada, editando seus jornais (a revista Estudos Alemães) e ampliando os contatos intelectuais com figuras brasileiras e alemãs, publicando artigos, ensaios e correspondências em diversos jornais da Alemanha e de língua alemã editados no Brasil, como o “Germânia”, de São Paulo, a “*Koseritz Deutsche Zeitung*”, de Porto Alegre.

Tobias Barreto vê-se envolvido com questões de justiça, como herdeiro do espólio do seu sogro, alforria escravos e tem sua casa cercada, num episódio que quase lhe custa a vida, em detrimento da reação da família de sua esposa. Reage, protesta, registra na imprensa as agressões, mas termina cedendo aos poderosos de Escada. A residência em Escada durou cerca de dez anos.

Em agosto de 1881, retorna ao Recife e publica *Dias e Noites*, livro de poesias, consolidando sua obra poética. Dando aulas particulares, publicando artigos em jornais, Tobias Barreto espera a oportunidade de se estabelecer economicamente via concurso, o que ocorre em 1882. Sobre esse assunto comenta Luiz Antônio Barreto:

[...] em 1882 surge a sua grande chance, concorrendo a uma cadeira de Lente Substituto da Faculdade de Direito do Recife. O concurso, acontecimento memorável na vida daquela Faculdade, repercutiu em todo o País. Nomeado, Tobias é mentor intelectual da mocidade acadêmica, renovando conceitos filosóficos e jurídicos, a partir da cultura e da ciência alemã, coroando o seu persistente e consciente germanismo, como ferramenta revolucionária (1994, p. 203).

O professor Tobias Barreto passa a ser membro de um grupo que ficou conhecido como Escola do Recife, cujo principal amigo é o crítico e historiador Sílvio Romero (1851-1914)¹⁵. Em 1883, publica a primeira série dos Estudos Alemães e no discurso de paraninfo, acaba despertando imediata reação dos padres do jornal *Civilização*, do Maranhão. É uma polêmica, na qual Tobias Barreto enfrenta a Igreja e a sua administração, ao tempo em que recebe todas as críticas e insultos, pessoais e intelectuais.

Atendendo a convite do editor da Livraria Francesa, faz o prólogo e as notas da Gramática Latina, do Padre Félix Barreto de Vasconcelos, revelando os dotes de latinista, com a mesma maestria com que, em 1883, ampliara a Gramática Portuguesa de Castro Nunes. Ainda em 1889, edita a segunda edição ampliada dos *Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica*. Ao publicar os livros *Menores e Loucos*, em 1884, *Discursos* (1887) e *Questões Vigentes de Filosofia e Direito* (1888), além de outros pequenos trabalhos e das duas monografias em alemão, de circulação restrita, Tobias Barreto ampliava não só sua bibliografia, como também sua biblioteca. Nesse sentido ele deixou livros que, mais tarde, foram adquiridos pelo Governo de Pernambuco e incorporados à Faculdade de Direito do Recife, da qual consta cerca de cento e quatorze títulos só em alemão.

Tobias Barreto, já com a saúde debilitada em 1889, tinha uma preocupação sobre o que poderia acontecer com suas publicações e a memória que deixaria para a posteridade. Nesse sentido, pede ajuda ao seu amigo Sílvio Romero (1851-1914) como escreve Lima (1963, p. 34):

Doente, pobre, abandonado dos poderosos, dos importantes, a reação dos adversários soa-lhe como o assalto final da inveja à glória do seu nome. Confidencia a Sílvio Romero: "Quero, pois, fazer-lhe um pedido: dada minha morte, salve a minha memória da garra dos infames. Não consinta que os Higino, Vieira & Companhia se banqueteiem no meu cadáver".

Foi Sílvio Romero o primeiro sergipano a organizar as edições póstumas de Tobias Barreto. No Quadro 1, relacionamos os nomes de outros sergipanos, como Manuel dos Passos Oliveira Teles, Luiz Antônio Barreto e tantos outros que procuraram difundir suas ideias. Reeditando suas obras e os principais apoios que receberam para elaboração das onze edições póstumas de Tobias Barreto.

¹⁵ Conferir SOUZA, Cristiane Vitorio de. **As Leituras Pedagógicas de Sílvio Romero**. Orientadora prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento. São Cristóvão. NPGED, UFS. 2006 (Dissertação de mestrado).

Quadro 1: Relação dos organizadores responsáveis pelas edições póstumas das obras de Tobias Barreto

Edições	Ano	Organização/Direção-Geral	Apoio/Colaborações
1	1892	Silvio Romero (1851-1914)	Instituto Nacional do Livro Paulo, Pongetti & C.
2	1900	Silvio Romero (1851-1914)	INL/Paulo, Pongetti & C.
3	1901	Silvio Romero (1851-1914)	INL/Paulo, Pongetti & C.
4	1926	Manuel dos Passos Oliveira Teles (1859-?)	Graccho Cardoso, João Barreto de Meneses, Paulo, Pongetti & C.
5	1962	Hermes Lima (1902-1978)	Paulo Mercadante, Antônio Paim
6	1962	Hermes Lima (1902-1978)	Paulo Mercadante, Antônio Paim
7	1966	Paulo Mercadante e Antônio Paim	INL/MEC
8	1977	Hildon Rocha	INL/MEC
9	1977	Josué Montello	INL/MEC
10	1978	Everaldo Aragão Prado	José Rollemberg Leite/INL
11	1990	Luiz Antônio Barreto	Paulo Mercadante, Antônio Paim, Jackson da Silva Lima e Outros

Quadro elaborado pelo autor a partir das fontes: Barreto, (1990), Barreto. L., (1994) e Lima, (1963).

A obra *Crítica Política e Social*, edição de 1990, possui uma lista dos trabalhos já publicados de (e sobre) Tobias Barreto. Um projeto significativo da Fundação Joaquim Nabuco, fundada em 1949, em parceria com o Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), fundado em 1982, e o Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1937. Com a colaboração de Jackson da Silva Lima, traz a seguinte organização:

Quadro 2: Trabalhos publicados de e sobre Tobias Barreto

Nº	Descrição	Quantidade
1	Obras de Tobias Barreto – Livros	13
2	Edições Póstumas	10
3	Obras sobre Tobias Barreto – Livros	157
4	Revistas	40
5	Discursos	15
6	Obras de Referência	17
7	Publicações Especiais	17
8	Artigos de Jornais	93
9	Outros	7

Quadro elaborado pelo autor a partir da fonte: Barreto (1990. p. 14-34)

Algumas versões sobre o leito de morte de Tobias Barreto nos dão uma ideia sobre a sua visão de morte. Em carta ao seu amigo Sílvio Romero (BARRETO, 1991, p. 250)

Recife, 19 de junho de 1889.

Amigo Sr. Sílvio.

Acabo de receber a Sua carta e vejo o que me diz a respeito do 7 de junho. É engano seu: eu não me restabeleço mais; a moléstia tem sido rebelde; o único remédio é morrer.

Como estou reduzido a proporções de pensionista da caridade pública, e me fala nisto em sua carta, peço-lhe que dê pressa às entradas das contribuições de sua lista, visto como os meus últimos recursos estão se esgotando.

Faço votos pelo seu restabelecimento e adeus; quem assina por mim é o meu Pedro.

Do amigo velho

TOBIAS

No dia 26 de junho, às 21 horas, expirava na casa de Abelardo Lôbo. Condoído de sua situação, trouxe-o para a própria casa. Dizem que antes de morrer, ponderou: “Tudo tem sua lógica, até a morte.” Esta frase está gravada no monumento erguido em sua homenagem, pela emancipação política de Sergipe. O livro de Omer Mont’Alegre registra esse episódio:

João Barreto de Meneses, dos seus filhos aquele que melhor herdou os seus característicos, completa a informação sobre os seus últimos momentos declarando: “Momentos antes de expirar, achando-se deitado e profundamente combalido pelo mal que minava seu forte organismo, foi a seguinte a expressão do grande pensador e jurista:

“Sentem-me. Quero morrer como um soldado prussiano.”

Ao ser efetivamente sentado, pois não tinha forças para fazê-lo por si mesmo, notou a família – talvez lembrada que momentos antes o dr. Raimundo Bandeira lhe declarara que Tobias não chegaria às 10 horas da noite, – haver chegado à derradeira hora [...] (MONT’ALEGRE, 1939, p. 295-296)

Essa preocupação lúcida com a imagem que poderia deixar para a posteridade revela, grosso modo, um intelectual convicto de suas crenças e ideologias. Falece no dia 26 de julho de 1889, com cinquenta anos de idade. Seus ossos foram transportados para a cidade de Aracaju, Sergipe, e colocados em uma urna de bronze, embaixo de uma estátua na praça que traz seu nome.

Para a conclusão desse tópico, apresentamos no quadro 3, uma síntese da trajetória de vida de Tobias Barreto de Meneses.

Quadro 3: Trajetória de vida de Tobias Barreto (1839-1889)

Ano	Idade	Fatos
1839	0	Nascimento de Tobias Barreto de Meneses na Vila de Campos do Rio Real O primeiro professor seu pai que o ensinou as primeiras letras, até os seis anos.
1846	7	Ingressa na escola primária do professor Manuel Joaquim de Oliveira Campos.
1851 1853	12 14	Matricula-se no curso de Latim, do Padre Domingos Quirino de Souza (1813-1863) depois 2º Bispo de Goiás.
1853 1854	14 15	Completa o curso de Latim em Lagarto, com o Padre José Alves Pitangueira. Toma lições de Português com o Capitão Miguel Teotônio de Castro. Na ausência do Padre Pintangueira, foi professor de primeiras letras de José Dantas da Silveira, Joaquina de São José, Maria Joaquina da Silveira Ramos e Nilo Ramos Romero. Participa de concurso para professor substituto da cadeira de Latim em Maruim.
1855	16	Em setembro, com o alastramento do cólera-morbo em Sergipe, volta para junto da família, onde permanece o resto desse ano e o seguinte.
1856 1859	17 20	Concurso para a cadeira de Latim de Itabaiana (SE); Iniciando-se no magistério público, até dezembro; Licença na Assembleia Provincial.
1861	21	Embarca, em março, para Salvador (BA).
1861	21	Sem condições de sobrevivência, retorna a Campos.
1862	22	Viaja, passa em Maceió no dia 28 de novembro.
1863	23	É acometido de varíola.
1864	24	Ingressa na Faculdade de Direito de Recife
1865	25	Busca novamente o magistério, à cadeira pública de Latim do Curso Preparatório
1866	26	Por faltas, perde o terceiro ano do curso jurídico, sendo obrigado a repeti-lo.
1867	28	Presta concurso para a cadeira de Filosofia do Ginásio Pernambucano
1869	30	Ocorre o casamento de Tobias com Grata Mafalda dos Santos e o término do curso de Direito.
1870	31	Funda um colégio particular, onde dá aulas de: Francês, Latim, História, Retórica, Filosofia e Matemática elementar, tendo como aluna D. Maria Amélia Florentino Cavalcante de Albuquerque
1871	32	Mora em Escada – Advogado, por convite do Juiz dos Órfãos
1874	35	Cria seu primeiro jornal – <i>Um Signal dos Tempos</i> – editado em tipografia própria;
1875	36	Publica o primeiro livro: <i>Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica</i> é redator e editor de um jornal em alemão
1877	38	Funda o Clube Popular Escadense
1878	39	Torna-se deputado à Assembléia Provincial, representando Escada e o Partido Liberal.
1879	40	Defende uma emenda ao Projeto de Lei Nº61 do Barão de Nazaré. Autor do Projeto de Lei Nº129 – Vereador da Câmara de Escada.
1880	41	Juiz Municipal Substituto
1881	42	Publica <i>Dias e Noites</i> , livro de poesias, consolidando sua obra poética
1882	43	Ocupa a cadeira de Professor Substituto da Faculdade de Direito do Recife.
1883	44	Publica a primeira série dos Estudos Alemães. Amplia a Gramática Portuguesa de Castro Nunes.
1884	45	Publica <i>Menores e Loucos</i> .
1887	48	Publica o livro <i>Discursos</i> .
1888	49	Publica <i>Questões Vigentes de Filosofia e Direito</i> .
1889	50	Morreu no Recife, no dia 26 de julho de 1889.

Quadro elaborado pelo autor a partir das fontes: Barreto (1990), Barreto. L. (1994) e Pessoa (1985).

2.2 O Movimento da Escola do Recife

A Escola do Recife foi um movimento que ocorreu na segunda metade do século XIX, na Província de Pernambuco, em torno da Faculdade de Direito do Recife e que teve na sua base ideológica a análise, a circulação de ideias filosóficas e culturais, sejam dos modelos europeus ou norte-americanos. Eram difundidas outras correntes filosóficas como o racionalismo, o materialismo e o evolucionismo. É interessante notar o cenário dessa proposta que se confrontava com a mentalidade tradicional de intelectuais religiosos e positivistas, criando uma resistência em aceitar uma reforma educacional voltada para as mulheres.

O movimento da Escola do Recife não foi uma atividade isolada no Nordeste do país. Ele se relacionava com os movimentos da Escola Tropicalista Baiana (1860-1889), organizada em torno da Faculdade de Medicina da Bahia e o movimento da “Padaria de Ideias – que se organizou no Ceará em face da influência de alguns intelectuais que se formaram sob a orientação intelectual do grupo da Escola do Recife” (NASCIMENTO, 1999, p. 8).

Embora tenha recebido esta denominação, a Escola do Recife, (assim como os outros movimentos já mencionados), não se constituiu como uma instituição de ensino formal, mas como um grupo. A Escola Tropicalista Baiana, por exemplo, foi um grupo de médicos estrangeiros que se estabeleceram na Bahia, dedicando-se à prática de uma medicina voltada para a pesquisa da etiologia das doenças tropicais que atingiam as populações pobres do país, principalmente os negros escravos.

Segundo Coni, (1952) a história da medicina baiana estaria dividida em três fases: A empírica (1500-1808), em que predominou a medicina de origem indígena, africana e jesuítica; a pré-científica (1808-1866), em que houve a influência dos sistemas especulativos europeus, baseados em teorias médico-filosóficas, nascidos durante o século XVIII de autoria de François Joseph Broussais (1772-1838), e Paul Joseph Barthez (1734-1806); e a científica (1866 -1889), fase em que os trabalhos de Otto Edward Henry Wucherer (1820-1875), John Ligertwood Paterson (1820-1882) e José Francisco da Silva Lima (1826-1910), fundadores do movimento, foram publicados na “Gazeta Médica da Bahia”, demonstrando o espírito de observação empregado em suas teorias.

Segundo Santos, (2008, p. 11)

[...] à chamada “Escola Tropicalista Baiana”, criada por um grupo de médicos facultativos e opositores da medicina oficial na segunda metade do século XIX na Província da Bahia. [...] a “Escola Tropicalista Baiana” desponta como uma comunidade científica, que traz idéias inovadoras para a época, voltadas para a realidade local, com novos métodos de pesquisas e ensino que ajudam a identificar doenças desconhecidas e encontrar novos meios de curas das enfermidades que acometem os homens livres e os escravos.

Para estudarem sobre essas enfermidades, reuniam-se na residência de John Ligertwood Paterson à noite. Posteriormente, as sessões se efetuaram alternadamente na casa de cada um dos três componentes. Inicialmente além desses médicos, o movimento contou com o apoio do cirurgião Manuel Maria Pires Caldas, o clínico Ludgero Ferreira e os professores da Faculdade de Medicina da Bahia Antônio José Alves (pai do poeta Castro Alves e professor de cirurgia) e Antônio Januário de Faria (professor de clínica médica).

Participavam ainda do grupo, dois médicos estrangeiros: Thomas Wright Hall, que trabalhava com a comunidade britânica, e Alexander Ligertwood Paterson, irmão de John Ligertwood Paterson. Nessas reuniões, as discussões científicas eram baseadas na anatomia patológica e no uso pioneiro de microscópio no Brasil. Mais tarde, alguns estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia como Antônio Pacífico Pereira (1846-1922); seu irmão, Manuel Victorino Pereira (1853-1902) e Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) integraram a Escola Tropicalista Baiana, atraídos pela crítica à medicina ocidental tradicional e pelas pesquisas originais desenvolvidas pelo grupo.

O movimento contribuiu para a reformulação do modelo até então aceito da classificação de doenças, questionando os conhecimentos europeus sobre os problemas de saúde pública. Para entender as doenças no Brasil, eles rejeitaram o determinismo racial e climatológico. Em contrapartida, defendiam a ideia de que a maioria das doenças era universal, e que a umidade e o calor as exacerbam. Os intelectuais do movimento costumavam associar as doenças nos trópicos à pobreza, má nutrição, falta de saneamento, e às más condições de vida dos escravos.

No território cearense, ocorreu o movimento da Padaria de Ideias (1892-1898) ou Padaria Espiritual do Ceará como também ficou conhecido. Era uma agremiação literária de Fortaleza, fundada por Leonardo Mota. Por ocasião das reuniões da Padaria do senhor Manuel Pereira dos Santos. Nestes encontros, transparecia a insatisfação geral quanto ao marasmo literário em que a cidade se encontrava, resultando na criação da Padaria Espiritual.

A diversão dos fortalezenses em fins do século XIX era o Passeio Público. A crescente circulação de pessoas e negócios na cidade estimulou o aparecimento de estabelecimentos de cafés na Praça do Ferreira, logo se tornando uma nova alternativa da sociedade. Nas mesas do Café Java, o primeiro a funcionar, de propriedade de Manuel Pereira, o popular Manuel Côco, se encontravam os chamados "bacharéis" – intelectuais de formação universitária – para longos debates sobre letras. Foi Antônio Sales que escreveu o Programa de Instalação, que acabou sendo transcrito em um jornal do Rio de Janeiro, o que deu grande status ao movimento. Seu lema era "alimentar com pão o espírito dos sócios e da população em geral".

A linha de pensamento adotada pelos integrantes do movimento da Escola do Recife (pelos sergipanos Tobias Barreto e Sílvio Romero) se irradiava por todo o país, principalmente pelo fato de ser na Faculdade de Direito do Recife o local de encontro dos estudantes nordestinos. A geração de abolicionistas, de republicanos, de democratas, de socialistas, de agnósticos e materialistas, formados pelo movimento, favoreceu a difusão dessas ideias. Quando formados, retornavam às suas províncias, esses profissionais voltavam motivados pelas ideias de Tobias Barreto, a exemplo do discurso na cerimônia de colação de grau em direito: “É preciso também pensar por nossa conta” (BARRETO, 1990). O pensar por conta própria seria um dos pilares da Escola do Recife. Esse nome surgiu em 22 de fevereiro de 1880, quando Tobias Barreto assumiu o movimento. Segundo Nascimento (1999, p. 157-158) esse nome foi utilizado de forma pejorativa por Visconde de Taunay, com o intuito de ironizar o grupo de intelectuais.

O próprio Tobias Barreto admitira a resistência e os preconceitos que havia no Brasil devido ao conjunto de novas ideias, tendo comentado o problema na introdução da obra *Estudos Alemães*, particularmente no que diz respeito aos comentários do Visconde de Taunay em consonância com a imprensa do Rio de Janeiro acerca da Escola do Recife:

A escola, se de escola merece o nome, que aprouve a literatos fluminenses designar pelo título de *teuto-sergipana*, com claro intuito de produzir impressão cômica, pela associação da idéia da Alemanha à da província natal de dois infatigáveis promotores do germanismo nas letras brasileiras, mas sem saber que desta arte lhes conferem, bem como à sua terra, uma honra imensa, cujo valor exato só ao futuro é dado conhecer e aquilatar, uma tal escola ainda tem a lutar com dificuldades e embaraços, que anos de combate não têm podido arredar (BARRETO, 1991, p.45).

Segundo Paim (1966), a Escola do Recife atravessou quatro fases perfeitamente caracterizadas: Na primeira, verifica-se que seus fundadores são apenas participantes do movimento geral denominado por Sílvio Romero (1851/1914) de “surto de ideias novas” que planeja renovar o terreno do pensamento. Da mesma forma uma grande parte da intelectualidade da época, os que a agregaram nesse período rejeitam o ecletismo espiritualista. Para combatê-lo, sustentaram-se tanto no Positivismo como no darwinismo e até mesmo no materialismo. “[...] da Escola do Recife é possível afirmar que tanto Tobias Barreto e Sílvio Romero quanto os demais nomes do movimento mantiveram uma posição de defesa de ideias materialistas. [...]” (NASCIMENTO, 1999, p. 155).

As ações referentes aos estudos mais rígidos, só teriam início após a declaração de Sílvio Romero na Faculdade de Direito do Recife, que defendia a morte da teoria metafísica e Tobias Barreto começava a avaliar o problema e a escrever o estudo que nos chegou incompleto **Deve a Metafísica Ser Considerada Morta?** Artigo de 1875 contido na obra *Estudos de Filosofia*.

O livro de Sílvio Romero *A Filosofia no Brasil* (1878) indica a passagem entre a primeira e a segunda fase. Nesta, é que apresentaria o rompimento radical com o Positivismo e a procura de uma doutrina nova. Compreende cerca de dez anos. Tobias Barreto foi então, o personagem central da Escola. Nesta fase possuía um cargo de professor na Faculdade de Direito do Recife, uma vez que esta já era reconhecida por suas grandes atividades, ampliada pela imprensa do Rio de Janeiro, por Sílvio Romero.

É Tobias Barreto que tem o encargo de ater as linhas gerais de uma posição autônoma no debate entre as correntes disseminadas no país. Formaram-se centros nas mais importantes províncias nordestinas. Esta segunda fase, quando já se pode falar com propriedade em Escola do Recife, desdobra-se de 1875 a 1878.

A terceira fase inclui os meados da década de 1880 aos começos do século XX. O movimento já formado, que se propunha enfrentar simultaneamente o Positivismo e o espiritualismo, conseguindo uma posição de predomínio nos meios intelectuais do nordeste, mantendo alguns centros de influência no sul do país. Nesse período, em 1889, ocorre a morte de Tobias Barreto.

No Quadro 4, temos a relação de alguns simpatizantes do movimento da Escola do Recife, onde se percebe que foi um movimento eclético reunindo a juventude intelectual de várias províncias.

Quadro 4: Integrantes do movimento da Escola do Recife

Nº	Nome	Atuação
1	Artur Orlando da Silva (PE) (1858-1916)	Bacharel em Direito, advogado, jornalista, político, jurista, crítico literário e ensaísta.
2	Antônio Frederico de Castro Alves (BA) (1847-1871)	Poeta
3	Carlos Hipólito de Santa Helena Magno (Pará) (1848-1882)	Bacharel em Direito, poeta e professor.
4	Celso Tertuliano da Cunha Magalhães (MA) (1849-1879)	Bacharel em Direito, escritor e o pioneiro dos estudos floclóricos brasileiro.
5	Clóvis Beviláqua (CE) (1859-1944)	Bacharel em Direito, jurista, legislador, filósofo, político e historiador.
6	Domingos Olímpio Braga Cavalcanti (CE) (1851-1906)	Bacharel em Direito, jornalista e romancista.
7	Fausto de Aguiar Cardoso (SE) (1864-1906)	Advogado e político.
8	Francisco Carneiro Nobre de Lacerda (SE) (1869-1935)	Bacharel em ciências jurídicas e sociais, Advogado.
9	Gumercindo de Araújo Bessa (SE) (1859-1913)	Bacharel em Direito, jornalista, advogado político, promotor, juiz, desembargador, deputado estadual e federal.
10	Herculano Marcos Inglês de Sousa (RJ) (1853-1918)	Bacharel em Direito, professor, advogado, político, jornalista e escritor.
11	João Capistrano Honório de Abreu (CE) (1853-1927)	Historiador e professor e jornalista.
12	João Franklin da Silveira Távora (CE) (1842-1888)	Advogado, jornalista, político, deputado, romancista e teatrólogo brasileiro.
13	Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (PE) (1849-1910)	Político, diplomata, historiador, jurista e jornalista.
14	Joaquim Maria Carneiro Vilela (PE) (1846-1913)	Romancista, comediógrafo, poeta e jornalista.
15	Joaquim do Prado Sampaio Leite (SE) (1865-1918)	Advogado, político, professor e jornalista
16	José Isidoro Martins Júnior (PE) (1860-1904)	Advogado, jurista, jornalista, político, professor e poeta.
17	José Pereira da Graça Aranha (MA) (1868-1931)	Bacharel em Direito, professor, escritor e diplomata.
18	Luís Caetano Pereira Guimarães Júnior (RJ) (1845-1898)	Bacharel em Direito, jornalista, poeta, escritor e diplomata.
19	Manuel dos Passos Oliveira Teles (SE) (1859 -?)	Advogado, professor, promotor, juiz.
20	Plínio Augusto Xavier de Lima (BA) (1845-1873)	Bacharel em ciências jurídicas e sociais e poeta.

Quadro elaborado pelo autor, a partir das fontes: Guaraná (1925) e Paim (1966).

Esses integrantes se filiavam basicamente ao Romantismo da terceira geração, desenvolvendo atividades ao lado de Tobias Barreto.

Segundo Freyre (2009, p. 44) tivemos influências de outras culturas:

Nas belas-letas é que se prolongaria até quase nossos dias a superioridade da influência francesa sobre qualquer outra, no Brasil. E em filosofia do direito nunca houve, entre nós, um movimento de inspiração inglesa semelhante ao germanismo animado no Recife por Tobias Barreto, cujos “teuto-sergipanos” foram, neste particular, uma espécie dos “ingleses do Sr. Dantas” na literatura ou no jornalismo político.

O movimento, além de sofrer as influências das alterações políticas e sociais, pode ser estudado, a partir do estágio em que se encontravam naquele momento as teorias filosóficas e o conhecimento científico, bem como da Revolução Cultural caracterizada pelos ideais românticos e pelo racionalismo iluminista.

Enquanto na ilustração a razão é tudo, para os românticos ela é apenas um dos aspectos da força espiritual humana, que se compõe também da imaginação, da incerteza, do contraditório. Nascido na Alemanha (1797), o Romantismo espalhou-se depois pela Europa, exaltando os sentimentos, a individualidade, a espiritualidade, a vida nos seus aspectos de paixão, tragédia, heroísmo e mistério. Influenciou igualmente a exploração de temas relacionados ao povo, a história, a nação, ou seja, o conjunto de indivíduos unidos pela mesma língua e por laços, origens, crenças e tradições.

Na Filosofia, por exemplo, o Romantismo alemão alargou o significado de formação, conceito complexo que representa mais do que o simples significado literal. Formação pode corresponder à ampla visão de um desenvolvimento espiritual por meio da cultura.

Reflexões essas suscitadas pelo filósofo Immanuel Kant (1724-1808) na Alemanha e estudadas por Tobias Barreto no Brasil o qual escrevia artigos a respeito das possibilidades e limites da razão para conhecer a realidade. Ideias que repercutiram na definição de seu projeto educacional voltado para a construção de um agir e pensar autônomos. A propósito das ideias de Immanuel Kant, escreve Tobias Barreto:

Ainda hoje é exato, o que disse Kant – que a metafísica é aceitável, se não como uma ciência, ao menos como uma disposição natural; e nada existe, portanto, demais ridículo do que a falsa pretensão de certos espíritos, que querem abolir, uma vez por todas essas mesmas disposições, inerente à alma humana (BARRETO, 1990, p. 216).

Não podemos esquecer que os filósofos interpretaram de muitas formas o pensamento kantiano. Seja em uma tendência positivista com Augusto Comte (1798-1857), o qual levava às últimas consequências as críticas kantianas à metafísica, afirmando que não cabe ao filósofo teorizar sobre ideias sem conteúdo ou reduzindo o trabalho da Filosofia à

mera síntese das diversas ciências particulares. Seja numa tendência idealista de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Esse destaca a capacidade de Immanuel Kant em atribuir à razão de impor formas a priori ao conteúdo dado pela experiência. E até mesmo a corrente materialista que influenciou de certa forma, a vertente socialista representada por Karl Marx (1818-1883). O Positivismo do francês Augusto Comte, iniciador dessa corrente, partia do pressuposto de que a humanidade e o próprio indivíduo na sua trajetória pessoal passam por diversos estágios até alcançar o estado positivo, que se caracteriza pelo nível científico do ser humano.

O termo positivo designava o real, em oposição às formas teológicas ou metafísicas de explicação do mundo, que predominavam na filosofia. Para Augusto Comte, todos os bons espíritos repetem, desde Francis Bacon (1561-1626), que somente são reais os conhecimentos que repousam sobre fatos observados. Isso significa que, por meio da observação e do raciocínio, o indivíduo é capaz de descobrir as relações invariáveis entre os fenômenos, ou seja, suas leis efetivas.

O Positivismo exprime a exaltação provocada no século XIX pelo avanço da ciência moderna, capaz de revolucionar o mundo com uma tecnologia cada vez mais eficaz: Saber é poder. Esse entusiasmo desembocou no cientificismo, visão reducionista segundo a qual a ciência seria o único conhecimento válido. Desse modo, o método das ciências da natureza baseado na observação, na experimentação e matematização, deveria ser estendido a todos os campos de indagação e a todas as atividades humanas.

Se o Positivismo considerava os princípios da experimentação e da matematização inerentes ao conceito de ciência, era de esperar que esses princípios também se aplicassem às ciências humanas, caso estas quisessem ser reconhecidas como ciências. Ou seja, a Sociologia, a Psicologia, a Economia deveriam usar um método semelhante ao das ciências da natureza, a fim de alcançar rigor e objetividade.

Da perspectiva positivista, Comte define a Sociologia como uma Física Social, aplicando a ela os modelos da Biologia para explicar a sociedade como um organismo coletivo. Submetido à consciência coletiva, resta ao indivíduo pequena possibilidade de intervenção nos fatos sociais. Na mesma linha, ao desenvolver o método sociológico, Émile Durkheim (1858-1917) recomenda que os fatos sociais sejam observados como coisas.

Igual intenção orientou o método da Psicologia, ainda que o próprio Augusto Comte admitisse ser impossível contornar o seu caráter subjetivo. Apesar disso, a Psicologia Experimental surgiu no final do século XIX. Os primeiros psicólogos abandonaram as especulações de caráter filosófico – sobre a origem, o destino ou a natureza da alma ou do

conhecimento, por exemplo – e, seguindo a tendência naturalista do Positivismo, aplicaram o método experimental voltando-se para os aspectos do comportamento que podiam ser verificados exteriormente.

Tobias Barreto também enveredou, mesmo que parcialmente nas ideias do Positivismo nos anos de 1868 a 1874. Mas, isso não nos leva a afirmar que fosse um defensor dessa corrente. Ao contrário, provam os seus escritos que transitou em níveis bem mais distintos do pensamento positivista. Há de se entender que Tobias Barreto faz uso da filosofia de Auguste Comte, mediando-a por vários elementos conceituais, almejando criticar o ecletismo espiritualista, corrente filosófica muito difundida na época. Essa posição assumida por Tobias Barreto é que justifica o termo parcial.

Todavia, essa parcialidade foi quebrada quando também critica a corrente positivista a partir de 1875. O que o faz despertar para tal? Além de perceber que o Positivismo não poderia, por muito tempo, corresponder a suas expectativas. O dado determinante que o faz despertar para as limitações do Positivismo é a afirmativa lançada pela corrente filosófica do Positivismo, dando conta de que a metafísica estava morta. No entanto, o nosso autor não concorda com esta afirmativa. Isto é explícito quando afirma: “[...] já eu nutria minhas dúvidas a respeito da defunta, que o Positivismo tinha dado realmente como morta, porém que ainda sentia-se palpitar” (BARRETO, 1990, p. 219).

O Positivismo, por ser uma doutrina filosófica pregadora de que só seria fecundo o método utilizado pelas ciências positivas para a produção de conhecimento, considerando que só estas ciências fornecem o único critério de verdade e conhecimento possíveis, acabava por eliminar outras possibilidades de conhecimento. Com efeito, esta prática reforça o cientificismo de forma exacerbada e radical. Procedendo segundo essa concepção positivista, chega-se a conclusão inevitável de que se deve excluir toda a pesquisa acerca de outras vias de conhecimento, pois conforme advogam os positivistas ela passaria a ter simplesmente uma relação de oposição com a natureza.

Nessa fase que se editaram os livros *Doutrina contra Doutrina* (1894), *Ensaios de Filosofia do Direito* (1895) e *Ensaios de Sociologia e Literatura* (1899), de Sílvio Romero; que Clóvis Beviláqua (1859-1944) divulga vários trabalhos de cunho filosófico reunidos posteriormente no livro *Esboços e Fragmentos* (1889); Artur Orlando (1858-1916) elabora os ensaios constantes de sua obra *Ensaios de Crítica* (1904); Fausto Cardoso (1864-1906) publica os dois primeiros volumes do *Cosmos do Direito e da Moral* (1894-1898) e Sílvio Romero organiza a reedição das obras de Tobias Barreto (1892-1903).

No período republicano, além de contribuírem para a edição normal da Revista Acadêmica, os componentes da Escola do Recife contribuem na imprensa diária e organizam publicações de vida efêmera, a mais importante das quais é representada pela revista Cultura Acadêmica (1904-1906).

Em que pese a manutenção do debate filosófico e da crítica multilateral ao Positivismo, a Escola do Recife não conseguiu, em seu período de apogeu, firmar uma investigação filosófica e manteve-se envolta com o cientificismo. Pode-se dizer, portanto, que, no período em questão, não prosperou de modo completo de distinguir-se radicalmente do Positivismo. Isso aconteceu, pelo fato de que o núcleo filosófico herdado por Tobias Barreto não foi, desenvolvido pelos discípulos em atividades futuras.

Esse núcleo filosófico culturalista consistia, de um lado, no conceito de cultura, isto é, no ensinamento de que o humano constitui objeto privilegiado da reflexão filosófica, sendo ele mesmo apto a superar, de uma vez por todas, o Positivismo e o cientificismo em geral.

O estudo da Escola do Recife permite visualizar como a constituição de um pensamento brasileiro se consolida à medida que se aprofunda, no interior daquele movimento, a discussão a respeito de cultura. O culturalismo é, sob tal perspectiva, possivelmente a única corrente filosófica que possibilita, no Brasil do século XIX, a constituição de um corpus filosófico que leva em consideração as questões nacionais (NASCIMENTO, 1999, p.193).

A outra parcela das reflexões filosóficas de Tobias Barreto era representada pela adoção do conceito neokantiano de que a Filosofia consiste num tipo de saber que estuda o conhecimento (filosofia como epistemologia). Uma atividade racional que estuda os fundamentos e os pressupostos da ciência.

A quarta e última fase se caracteriza pelo abandono da atividade filosófica, praticada nos anos anteriores pela publicação sistemática de obras e estudos. A partir de 1906, escasseiam os trabalhos de cunho filosófico. Este é o ano da morte de Fausto Cardoso.

Deixa de circular a Revista “Cultura Acadêmica”. Sendo que, Clóvis Beviláqua ocupa-se da defesa do Código Civil que elaborara, dedicando-se, sobretudo à ciência jurídica. Artur Orlando, nos últimos dez anos de sua vida, tem uma atividade intelectual dispersa descurando-se da Filosofia. Sílvio Romero procura na Escola de Le Play uma explicação para a sociedade brasileira. Com a sua morte, em 1914, chega ao fim a Escola do Recife. A partir de então, seus adeptos serão apenas remanescentes.

Embora a hipótese de que a cultura devesse ser estudada através do ângulo sociológico, na obra de Sílvio Romero, desde a *História da Literatura Brasileira* (1888), a fase de declínio é o período em que se lançam as bases do culturalismo sociológico.

Os estudos sobre a ciência, abandonada na fase última, seria retornada por Otto de Alencar (1874-1912) e Amoroso Costa (1885-1928), da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, já marcando o rompimento frontal com o Positivismo a que aspirara a Escola do Recife, sem o ter alcançado.

[...] é possível afirmar que a Escola do Recife, da qual emergiram os chamados culturalistas brasileiros, inaugurou o debate livre de ideias no Brasil, de forma sistemática e aberta a todas as correntes filosóficas. O desenho da escola está marcado basicamente pelas formas de pensar de suas duas maiores expressões: Tobias Barreto, seu fundador, e Sílvio Romero (NASCIMENTO, 1999, p.155)

Nos início de seu surgimento, aqueles integrantes, (quadro 4), que vieram a constituir o movimento que passaria à história com o nome de Escola do Recife aspiravam uma reforma na ideologia dominante, que através de críticas desejavam substituir o ecletismo e as velhas doutrinas das escolas jurídicas. Sonhavam também com a reforma dos costumes políticos e educacionais, como também pleiteava Tobias Barreto, que como Deputado, apresentou o Projeto de Lei N°129/1879 para criação de uma escola pública, utilizando a instituição política – Assembleia Provincial de Pernambuco, um local propício para as reformas necessárias à instrução feminina.

CAPÍTULO 3 – O PROJETO DE LEI Nº129/1879

Um dia virá em que a escola dar-nos-á mães e esposas republicanas e reanimará o vigor dos costumes, sem o quais não pode existir um povo verdadeiramente grande
Tobias Barreto (1991, p. 113)

Este capítulo pretende analisar as discussões sobre o Projeto de Lei Nº129 elaborado por Tobias Barreto, o qual foi discutido em plenário na Assembleia Provincial de Pernambuco em duas sessões, a primeira no dia 2 de maio de 1879 e a segunda no dia 5 de março de 1880, buscando identificar as razões e objetivos para a aprovação ou esquecimento do mesmo, levando em consideração as atividades parlamentares daquele período.

3.1 O Projeto de Tobias Barreto

Tobias Barreto interpretava a atuação política como atividade voltada para as discussões e soluções dos problemas atuais como justiça, cultura e sociedade. Ao apresentar e defender seu Projeto de Lei Nº129/1879, ele proporcionou uma situação em que os Deputados se posicionassem sobre a educação pública, criação de escolas, coeducação¹⁶ e a orientação para o ensino universitário feminino, que foram ideias abordadas no projeto.

Segundo Nascimento, (1999, p. 206) “Tobias Barreto insiste sempre no tema da co-educação dos sexos, ao lado de outro que também assumia apaixonadamente: o da defesa do ensino obrigatório, em sua opinião mais do que uma necessidade do indivíduo, uma necessidade da nação”.

Tobias Barreto, ao defender o seu Projeto de Lei Nº129/1879, trabalha para mostrar que as necessidades educacionais brasileira estão na ordem de investimentos na educação das jovens estudantes, para ele seu projeto de uma escola pública secundária, seria a realização de uma novidade para a sociedade pernambucana.

O clima de disputa agrada Tobias Barreto, uma vez que deseja evidenciar a Assembleia Provincial de Pernambuco, ou melhor, promover Recife no cenário nacional nos debates de temas sobre a educação. Como expõe Bourdieu (1980), a sociedade é um conjunto de campos, ou seja, “microcosmos sociais relativamente autônomos”, e nesse contexto, o

¹⁶ A coeducação é entendida como o oferecimento por parte do Estado das mesmas condições educacionais a ambos os sexos (BARRETO, 1991).

campo intelectual em que Tobias Barreto estava inserido seria um espaço de lutas entre seus pares.

Ao estudar sobre a participação dos intelectuais nordestinos nos anos oitocentistas, Nascimento (1999, p. 255) defende que:

As interpretações que o grupo da Escola do Recife fez da realidade brasileira constituíram uma rejeição dos padrões até então aceitos como válidos para explicar a formação desta sociedade. As observações feitas em torno da cultura, as novas idéias foram se constituindo também num modo distinto de inserção na vida política [...]. A segunda metade do século XIX foi [...], um momento singular da história do Brasil, no qual a intelectualidade liderada por Tobias Barreto assistia inquieta a clara transferência da hegemonia econômica e política da elite açucareira nordestina transferir-se para o Rio de Janeiro e para São Paulo. Inquietação que se aclara em diversas oportunidades, nos textos do próprio Tobias Barreto [...] observações a respeito da presença de São Paulo na vida nacional [...]

A participação política de Tobias Barreto não poderia ser em vão, tendo em vista que a realidade brasileira favorecia àqueles que se encontravam no eixo econômico e político do país. Seu estilo de vida e suas convicções não iriam passar despercebidos, diante da chance de debater as atribuições das instituições públicas, de forma particular em decorrência da defesa do projeto. Ele advertiu os deputados e a sociedade como um todo: “Já é tempo, meus senhores, de irmos compreendendo que o belo sexo em Pernambuco, bem como no Brasil inteiro, tem direito a maior soma de instrução do que lhe tem sido até hoje fornecida pelos poderes públicos” (BARRETO, 1990, p. 192).

Os discursos de Tobias Barreto sobre a educação pública é uma descrição do que, nas décadas finais do período Imperial, estavam em destaque. As discussões sobre a escola pública já eram consideradas para alguns intelectuais e políticos como instrumento importante para o crescimento da sociedade brasileira. Valdemarin (2000, p. 62) identifica que em 1877 o número de escolas primárias era 70% inferior ao minimamente desejável. O ensino secundário restringia-se a aulas avulsas, com exceção de poucas escolas, e de poucos cursos superiores que, mal aparelhados, atendiam à pequena parcela da população que estava à procura do título de bacharel, o qual assegurava uma profissão e possibilitava privilégios como cargos públicos, comumente indicados por “padrinhos”, o que não ocorreu com Tobias Barreto.

As problemáticas apontadas em documentos oficiais indicam a insuficiência da quantidade e qualidade das instituições educativas em oferecer educação à população. Ainda segundo Valdemarin (2000, p. 62), os dados apontam que o ensino não alcançava satisfatoriamente as camadas populares, sendo altos os índices de analfabetismo no país. Para

se ter uma ideia, os relatórios oficiais apontavam que de uma população livre de 6.858.594 habitantes; os que sabiam ler e escrever eram apenas 1.563.078, representando 22,80% da população.

Tobias Barreto já demonstrava saber sobre o assunto, quando toma como exemplo os investimentos em educação da cidade de Escada onde viveu por dez anos. Ele indica que 10% do orçamento eram aplicados na instrução pública, 15% na justiça, 20% eram gastos com a polícia e 2% representavam os gastos com religião, ressaltando que os gastos feitos com as escolas eram inferiores ao que se fazia com a polícia. E se essa era a realidade de Escada, ele deduzia a situação do Brasil.

De posse dessas informações, que eram enviadas por relatórios pelas comissões de instrução pública às Assembleias Legislativas das Províncias, alguns políticos intensificavam a pressão de intervenção do Estado em caráter de urgência devido à gravidade numérica, não seguindo a mesma proporção o envio de projetos que apontassem as dificuldades e apresentassem as possíveis soluções.

No Quadro 5, temos uma noção da representatividade política parlamentar de alguns personagens que elaboraram projetos de lei entre o período de 1870 a 1886. Vale lembrar que era uma prática comum no país e não apenas nas Províncias de São Paulo ou Rio de Janeiro, muito menos de pessoas relacionadas diretamente com a educação. O fato é que isso demonstra que nas pautas de discussões das Assembleias do Brasil a educação era vista por alguns políticos como um tema importante concebendo-a como fundamental para a sociedade brasileira.

Quadro 5: Personagens que apresentaram projetos de lei.

Nº	Nome	Província	Ano
1	Paulino José Soares de Souza (1807-1866)	RJ	1870
2	Antônio Cândido da Cunha Leitão (? - ?)	SE	1873
3	João Alfredo Correa de Oliveira (1835-1915)	RJ	1874
4	Barão de Nazaré (1834-1903)	PE	1879
5	Tobias Barreto de Meneses (1839-1889)	PE	1879
6	Carlos Leôncio da Silva Carvalho (1847-1912)	SP	1878/1879
7	Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923)	BA	1882/1883
8	Antônio Almeida de Oliveira (1843-1887)	MA	1882
9	Barão de Mamoré (1825-1898)	PR	1886

Quadro elaborado pelo autor a partir das fontes: Barreto (1990), Nascimento (1999), Faria Filho, Lopes e Veiga (2003).

Dos nove projetos que constam nesse quadro, apenas dois foram aprovados: o do Silvino Guilherme de Barros, conhecido como o Barão de Nazaré na província do Recife (PE) e o de Leôncio de Carvalho, em São Paulo. Mesmo considerando a distância geográfica entre

Leôncio de Carvalho e Tobias Barreto, eles compartilhavam ideias sobre a educação brasileira, defendiam que a educação deveria ser pública, obrigatória, estruturada adequadamente para o ensino e de formação universitária para as mulheres, ou seja, trabalhavam por uma reforma educacional.

A educação já era considerada como elemento vital para a sociedade moderna e também uma condição da evolução material e moral do ser humano. Todas as demais instituições sociais se complementariam, pelo jogo regular de seu mecanismo, sobretudo aquelas que estão ligadas, de um modo imediato, à vida política de um país. Com o pressuposto de que, à medida que o conhecimento científico se expande, as civilizações descobrem novos caminhos e se desenvolvem seguramente em busca de seu ideal de aperfeiçoamento. Os educadores e educandos atuam no presente, se preparam para o futuro e melhora cada vez mais suas condições de existência. Cabe ao poder público administrar esse mecanismo.

Percebemos a ideia de uma educação como fator indispensável à formação do cidadão nacional, bem como ao desenvolvimento e modernização da sociedade, ao lado da defesa da ampliação das condições de acesso à educação e à qualidade do ensino. Condição precária em São Paulo como generaliza Souza (1998, p. 34):

Eram precárias as condições de ensino público na Província de São Paulo e em todo o Império durante o século XIX. Havia poucas escolas providas funcionando em salas impróprias com insuficiente mobiliário e materiais didáticos; a maior parte dos professores eram leigos e recebiam poucos salários. O desinteresse do Poder Público pela educação elementar era desolador o que explica o florescimento das escolas particulares em todos os níveis de ensino.

As escolas que existiam funcionavam, na maioria das vezes, nas casas dos professores ou nas fazendas, onde adotavam o método individual de ensino. Esse método consistia em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, acabava por ensinar a cada um deles individualmente. O método também era conhecido como instrução doméstica.

Já a escola compreendida como a classificação homogênea dos alunos, com várias salas de aula e vários professores, é uma invenção recente na história da educação brasileira. Esse modelo de escola graduada é copiado de escolas protestantes existentes em São Paulo, que passou a ser adotada por outros Estados, recebendo a denominação de grupo escolar e implantadas pela primeira vez em 1893, representando uma “inovação educacional” ocorrida no final do século XIX. Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais

racionalizado e padronizado, com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular (SOUZA, 1998).

Com a universalização do ensino primário que foi considerado um fenômeno e foi consolidado em muitos países europeus como Alemanha, França e Estados Unidos, também se fez presente no Brasil onde o método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo. A escola doméstica foi substituída pela escola de várias classes e professores, e as mulheres se tornaram professoras profissionais.

A presença efetiva das mulheres recebendo formação escolar igual aos dos homens são ideias que já existiam nos textos de Tobias Barreto, principalmente no discurso que fez em defesa do projeto. Com erudição e poesia ele defende a co-educação dos sexos quando diz:

Como se vê, a questão central no presente assunto já não é a de saber de quantas asas se compõe a psique de Eva, ou se ela é realmente apta para os grandes vôos, mas somente a de fazê-la entrar com o homem na partilha dos mais altos gozos da vida, que são os gozos da inteligência (BARRETO, 1991, p. 62-63).

Os prazeres da inteligência, para Tobias Barreto, além de uma faculdade natural da categoria humana, deveriam ser aplicados a ambos os sexos, e não apenas aos homens como ocorria. A ideia da mulher frágil, que o imaginário social veiculava, possuía raízes antigas, herdadas dos velhos tempos coloniais e dos padrões comportamentais adotados na Metrópole e tinha no clero seus principais defensores. Continuar com um padrão de mulher como ser frágil e abnegada, comportamento pregado inicialmente às moças de boa família, passou a ser adotado por outras mulheres. Essa norma comportamental exaltava a virgindade, as virtudes familiares e o esforço comportamental discreto como normas a serem seguidas para adequar-se aos padrões de uma sociedade masculina e religiosa.

O discurso normatizador que impregnava a mentalidade popular brasileira tem raízes europeias ao longo dos séculos, infiltrados no país desde a Colônia, deixando suas marcas. O período do Império introduziu modificações nas expectativas sociais acerca do sexo feminino. A respeito do espaço urbano, que já vinha se expandindo, cresceu ainda mais com a chegada dos reis portugueses, uma vez que houve uma transferência de boa parcela da população rural para a nova sede da Corte que, conseqüentemente, exigia das mulheres outro tipo de comportamento derivado da convivência social civilizada.

Com a participação dos intelectuais e com o surto das “ideias novas”, através do movimento da Escola do Recife e tantos outros espalhados no país, há uma elevação nos

debates sobre as alterações na posição social feminina, no entanto, na prática os homens continuavam determinando a ordem social e política do país.

Apesar dos espaços abertos na nova sociedade urbanizada que emergia no cenário nacional, mais notadamente nos grandes centros, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará, o espaço da mulher era a casa, que continuava sendo seu local por excelência. Alçada à categoria de “rainha do lar” graças aos positivistas e higienistas, a mulher que deveria se dedicar integralmente à família e aos cuidados domésticos. O trabalho para àquelas que faziam parte das classes média e hegemônica, era permitido e aceito somente em casos excepcionais e necessidade extrema, como viuvez ou falência financeira (CAMBI, 1999).

Para o contingente feminino, o primeiro passo para a conquista de maiores direitos revelou-se a partir da apropriação de conhecimentos que transcendiam o privado mundo masculino. Enquanto os homens disputavam poderes no espaço público, mantinham as mulheres na vida doméstica e domesticadora, confinadas num espaço restrito que lhes tolhia a liberdade e a expansão de sua inteligência e de seu talento. Distantes dos olhares vigilantes da cidade e resguardadas pelo recato e pela própria “ignorância”, elas constituíam uma parcela do mundo social urbano que, apesar de visível na esfera familiar e reprodutiva dos segmentos sociais, se mantinham ausentes na vida pública e no campo científico brasileiro.

A submissão através da doutrinação religiosa era representada principalmente pela Igreja Católica. A figura da Virgem Maria era tomada como exemplo e instalou o mito da mulher-mãe-redentora, isenta de qualquer pecado porque a ela caberia a reprodução da raça, derivando desse fato biológico uma ideia de superioridade moral que, no entanto, não seria suficiente para proporcionar maiores oportunidades ao sexo feminino.

Sobre a oportunidade para as mulheres que desejavam ingressar na universidade, Tobias Barreto explica em defesa de sua emenda¹⁷ ao projeto nº 61/1879 do Barão de Nazaré:

É o que se dá, pouco mais ou menos, quanto ao modo de julgar a mulher: porque ela não tem tido, no correr dos tempos, uma educação suficiente e dessa mesma falta de educação tem resultado para o sexo um tal ou qual acanhamento, chegou-se também ao ponto de supor que ela não é suscetível de cultivar-se e ilustrar-se da mesma forma que o homem. Mas aí é que está o erro, e nós devemos reconhecê-lo. A mulher tem as mesmas disposições naturais para os estudos superiores; o que há mister é cultura, trabalho e esforço; o que há mister é que se lhe franqueie o templo da ciência. Dizia há pouco uma escritora alemã, a Sra. Hedwig Dohm, em um livro intitulado *A Emancipação Científica da Mulher*: "Nós, não queremos bater à porta dos

¹⁷ Emenda termo usado na linguagem parlamentar, que tem por objetivo permitir modificações pontuais em determinados projetos em votação.

parlamentos, queremos bater à porta da ciência, à porta das universidades; é esta somente que nós pedimos que se nos abra" (BARRETO, 1990, p. 1)

O modo dos homens julgarem as mulheres como incapazes de adquirir cultura e ilustrar-se da mesma forma que eles, não era uma ideia compartilhada por Tobias Barreto. Para ele as mulheres possuíam as mesmas disposições naturais que os homens e o que faltava ao Brasil era proporcionar as mesmas condições para o exercício da cultura. Reivindicações assumidas na civilização alemã através da escritora Mariane Adelaide Hedwig Dohm (1831-1919), em que Tobias Barreto se apropria para representar uma ideia prática “não queremos bater à porta dos parlamentos, queremos bater à porta da ciência, à porta das universidades”; isso na Alemanha, porque no Brasil o caminho que autorizava o ensino universitário para as mulheres era via parlamento, do qual Tobias Barreto fazia parte.

Quando de sua atuação política, Tobias Barreto participa dos debates de sete projetos apresentados na Assembleia Provincial de Pernambuco como demonstra o quadro 6. Não foi possível identificar todos os autores, signatários e temas principais dos projetos, no entanto para essa pesquisa o quadro se justifica como uma ilustração da participação de Tobias Barreto naquela instituição, principalmente pelo fato do envolvimento direto em dois projetos o de nº 61/1879 de Silvino Guilherme de Barros (1834-1903), também conhecido como Barão de Nazaré e o Projeto de Nº129/1879 de sua autoria.

Quadro 6: Participação do Deputado Tobias Barreto de Meneses nos Projetos

Nº	Projetos	Autor	Signatário ¹⁸	Tema
1	Projeto de Lei nº 46 de 1879	?	?	Território do Catende (PE)
2	Projeto de Lei nº 61 de 1879	Barão de Nazaré (1834-1903)	1º Barão de Nazaré	Bolsa mensal para estudantes Beneficiados: 1-Josefa Agueda Felisbela de Oliveira; 2- Amélia Florentina Cavalcante de Albuquerque (emenda de T.Barreto) ; 3-Nicolau Tolentino Cavalcanti Guimarães; 4- Adolfo Gomes da Silva
3	Projeto de Lei nº 117 de 1879	?	?	Catende-PE
4	Projeto de Lei Nº 129 de 1879	Tobias Barreto	1º Tobias Barreto 2º Barão de Nazaré 3º Cunha Melo	Escola Pública
5	Projeto de Lei nº 160 de 1879	?	?	Orçamento Municipal
6	Projeto de Lei nº 174 de 1879	?	?	?
7	Projeto de Lei nº 196 de 1879	?	?	?

Quadro elaborado pelo autor a partir da fonte: Anais da Assembleia Provincial de Pernambuco de 1879. As interrogações significam que não foi possível identificar as informações.

Segundo Lima (1963) e Barreto (1994) os projetos expostos no quadro 6, que de fato abordam a educação, de forma particular a educação feminina, são os Projetos de Lei Nº61, de autoria do Barão de Nazaré, que defendia na Assembleia Provincial de Pernambuco

¹⁸ Signatário é um termo usado nas Assembleias para formalizar apoio a um determinado projeto, ou seja, o deputado apoia o projeto e formaliza através de assinaturas.

uma concessão de ajuda mensal de cem mil réis à jovem Josefa Agueda Felisbela de Oliveira e o Projeto de Lei Nº129 de autoria do próprio Tobias Barreto, pleiteando uma Escola Pública secundária específica para as mulheres.

O Projeto do Barão de Nazaré teve maior repercussão e foi objeto de debate pela quantidade de informações preservadas nos Anais e pelo fato de Tobias Barreto e outros Deputados como Lourenço de Sá e J. Tavares, terem apresentado emendas a esse projeto estendendo a ajuda da província para outros estudantes como D. Amélia Florentina Cavalcante de Albuquerque (emenda de Tobias Barreto), Nicolau Tolentino Cavalcanti Guimarães (emenda de Lourenço de Sá) e Adolfo Gomes da Silva (emenda de J. Tavares). Ao que tudo indica apenas a emenda de Tobias Barreto foi aprovada.

Vale a pena lembrar as palavras proferidas na terceira discussão do projeto Nº61/1879, no dia 22 de março de 1879 na Assembleia Provincial de Pernambuco pelo Barão de Nazaré:

O Sr. BARÃO DE NAZARÉ: – Sr. Presidente, é esta a sexta vez que me levanto nesta tribuna, em prol do projeto que se acha em discussão.

Não tem sido pequeno o meu esforço para ter conseguido que até hoje tenha ele merecido aprovação desta casa.

Compreende esta assembléia que fraco, como é o autor do projeto, muito lhe deve ter custado a conseguir o resultado que tem obtido; e essa fraqueza, compreende a casa, do humilde autor do projeto sobe de ponto, desde que contra si uma voz poderosa, um talento reconhecido, uma ilustração provada.

O Sr. EPAMINONDAS DE BARROS: – V. Ex^a. já me convenceu.

O Sr. BARÃO DE NAZARÉ: – Mas, Sr. Presidente, nem por isso tenho desanimado, nem recuei diante das dificuldades, porque estou nesta tribuna pugnando por uma causa simpática, por uma causa que deve merecer os aplausos desta assembléia (BARROS, 1879, apud BARRETO, 1990, p.158-159).

De acordo com o pronunciamento do Deputado Silvino Guilherme de Barros, que de fato foi o primeiro a defender naquela ocasião um projeto que beneficiaria os estudos universitários de uma pernambucana, revela em vários trechos do discurso, que mesmo de posse do capital social que é o título de Barão de Nazaré, entendido como as relações sociais que aos agentes são capazes de mobilizar, não se comparam com o capital cultural do Dr. Malaquias médico ou do Dr. Tobias Barreto, Bacharel em Direito, uma vez que nenhuma dessas titulações o Barão possuía e em vários momentos do discurso ele demonstra essa inferioridade perante os demais Deputados.

No mais, o Barão de Nazaré recorre a argumentos sobre a situação financeira e ao sobrenome da moça como motivo de tão demorado protocolo em se aprovar um projeto de ajuda. Argumentando de quem seria beneficiada e relembrando o desejo de uma pernambucana patriótica:

De que se trata, senhores?

De uma pernambucana pobre; mas pobre de dinheiro e rica de talento, que veio dizer a esta assembléia: "Quero aproveitar minha inteligência, quero estudar uma ciência com a qual pretendo ser útil a esta terra em que nasci; mas apesar dessa minha boa vontade, não poderei satisfazer meus desejos, porque não tenho dinheiro; dai-me uma subvenção."

Sabe a casa que a comissão de petições, isto é, a sua ilustre maioria divergiu comigo na decisão ou na resposta ao pedido desta menina; tive de dar um parecer em separado, concluindo por um projeto que só tem a minha assinatura.

Daqui resulta que grande tem sido a minha dificuldade, não só porque me vejo abandonado pelos meus companheiros de comissão, mas também por que tem sido a minha voz violada em defesa do projeto neste recinto (BARROS, 1879, apud BARRETO, 1990, p.158-159).

Aqui cabe um destaque, se levarmos em consideração a atuação parlamentar de Tobias Barreto, o Barão de Nazaré comunica que o seu projeto só tem o apoio ou assinatura dele mesmo, na linguagem parlamentar seria o primeiro signatário do projeto, faltaria outros signatários, que endossariam a proposta. Mas para isso, sem revelar os motivos Omer Mont'Alegre (1939, p. 200) conta que após a sessão do dia 8 de fevereiro 1879 em que Tobias Barreto fica em franca oposição ao Presidente da Província que é ao mesmo tempo Presidente do Partido Liberal, o Sr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda (1834 -1905). "Passaria a seguir um mês ausente da Assembléia. Voltaria ali, para, em duas sessões, debater um assunto que ficou memorável no seu tempo: a educação da mulher." Seguindo essa ordem, a primeira sessão ocorreu no dia 22 de março de 1879, em ocasião da emenda ao projeto nº61/1879 do Barão de Nazaré e a segunda, no dia 2 de maio do mesmo ano em ocasião da apresentação das utilidades do seu Projeto Lei Nº 129/1879.

No quadro 7, a partir das fontes consultadas, foi possível montar um cronograma de atividades do mandato bienal de 1878/1879 de Tobias Barreto de Meneses na Assembleia.

Quadro 7: Participação do Deputado Dr. Tobias Barreto de Meneses nas sessões

Nº	Sessões	Atividades
1	Sessão de 10.12.1878	- Tobias Barreto discursa sobre a Verificação dos Poderes
2	Sessão de 12. ? .1878	- 2ª Sessão Preparatória (Livro de Ponto da Assembleia)
3	Sessão de 14. ? .1878	- 3ª Sessão Preparatória (LPA)
4	Sessão de 17. ? .1878	- 5ª Sessão ? (LPA)
5	Sessão de 18.10.1878	- 6ª Sessão Preparatória (LPA)
6	Sessão de 17.12.1878	- Preparatória, (Est. Alemães. p.228) - Intervenção de T. Barreto, a pedido do orador o Barão de Nazaré
7	Sessão de 08.01.1879	- ? (LPA)
8	Sessão de 09.01.1879	- ? – 16ª Sessão (LPA)
9	Sessão de 11.01.1879	- ? – 18ª Sessão (LPA)
10	Sessão de 31.01.1879	- ? – 32ª Sessão (LPA)
11	Sessão de 01.02.1879	- Discurso sobre a Reforma do Regimento
12	Sessão de 05.02.1879	- ? - 36ª Sessão - (LPA)
13	Sessão de 07.02.1879	- Discurso sobre a “Oposição ao Sr. Adolfo de Barros” - 40ª Sessão (LPA)
14	Sessão de 08.02.1879	- Aparteia sobre “Oposição ao Sr. Adolfo de Barros”
15	Sessão de 22.02.1879	- ? - 42ª Sessão (LPA)
16	Sessão de 03.03.1879	- Integrante de comissão da Assembleia – C. Redação das Leis
17	Sessão de 22.03.1879	- Apresenta emenda ao Projeto de Lei nº 61 do Barão de Nazaré
18	Sessão de 28.03.1879	- Apresentação e leitura do Projeto de Lei Nº129/1879
19	Sessão de 04.04.1879	- Aparteia e apresenta emenda ao estado da Colônia Santa Isabel
20	Sessão de 15.04.1879	- Assina emenda ao projeto nº 117
21	Sessão de 21.04.1879	- Cf. Obra Est. Alemães. P. 229 (carta para Ilmo. Sr. Carvalho Lima Júnior Escada, em Pernambuco, 13 de setembro de 1880)
22	Sessão de 22.04.1879	- Apresenta emenda ao projeto nº160 - Orçamento Municipal
23	Sessão de 23.04.1879	- Explica os motivos que deixou a comissão de Santa Isabel
24	Sessão de 25.04.1879	- Apresenta emendas
25	Sessão de 28.04.1879	- Discurso sobre "Privilégio dos carros Fúnebres"
26	Sessão de 29.04.1879	- Assina emendas ao projeto nº 196
27	Sessão de 02.05.1879	- Defende o seu Projeto de Lei Nº129
28	Sessão de 08.05.1879	- Aparteia
29	Sessão de 24.05.1879	- Assina emendas
30	Sessão de 05.03.1880	- Entra em segunda discussão o Projeto de Lei Nº129/1879 do ex-deputado Tobias Barreto. - Quem defende são os signatários do projeto o Sr. Barão de Nazaré e o Sr. Cunha Melo.

Quadro elaborado pelo autor a partir das fontes: LPA de (1878, 1879 e 1880); Anais da APP de (1878, 1879 e 1880); Barreto (1990); Barreto (1991); Barreto. L. (1994).

Sobre o desfecho do Projeto Nº61 do Barão de Nazaré, Tobias Barreto pede a palavra, defende e declara o seu voto a favor do projeto. Logo em seguida apresenta uma emenda, e dessa forma a sessão que era conduzida de forma objetiva para conceder ou não a bolsa de estudos, toma proporções fisiológicas, sobre a emancipação das mulheres, enveredando-as nos conhecimentos filosóficos, históricos, políticos, civis e sociais. Tobias Barreto é “uma enciclopédia de conhecimentos” nas palavras de Mont’Alegre (1939, p. 200). No entanto, os três últimos conceitos são distintos, explica Barreto (1991, p. 170).

Mas essa mesma questão da *emancipação da mulher* não é uma coisa extravagante; é o nome dado a um dos mais sérios assuntos da época, em toda a sua complexidade. Ela oferece três pontos de vistas distintos: o ponto de vista *político, o civil e o social*. Quanto ao primeiro, à emancipação política da mulher, confesso que ainda não a julgo precisa, eu não a quero por ora.

Sou relativista: atento muito às condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao menos no nosso estado atual, de fazer *deputadas* ou *presidentas* de província. [...]

Pelo que toca, porém, ao ponto de vista *civil*, não há dúvidas de que se faz necessário emancipar a mulher do jugo de velhos prejuízos, legalmente consagrados. Entre nós, nas relações da família, ainda prevalece o princípio bíblico da sujeição feminina. A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como devera ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se, como escrava, à soberana vontade marital. Essas relações, digo eu, deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mais adequado à civilização. [...]

Mas vamos ao lado *social* da questão. Aí é que está compreendida a emancipação científica e literária da mulher, emancipação que consiste em abrir ao seu espírito os mesmos caminhos que se abrem ao espírito do homem; e a este lado é que se prende o nosso assunto.

O debate ficou praticamente polarizado entre Tobias Barreto (Advogado) e Dr. Malaquias Gonçalves (Médico), principal debatedor contra as ideias novas e contra a emancipação das mulheres e uns dos poucos que enfrentava Tobias Barreto. Nesse episódio, o Barão de Nazaré conseguiu a aprovação do projeto e Tobias Barreto a aprovação de sua emenda.

Tobias Barreto tinha três motivos para apoiar e defender o projeto do Barão de Nazaré. O primeiro vinha de uma representação acerca da mulher advinda de leituras do livro *A Emancipação Científica da Mulher*, da escritora alemã Marianne Adelaide Hedwig Dohm (1831-1919). O segundo, sua experiência como professor de escola particular lecionando para ambos os sexos e por fim um pedido de uma ex-aluna D. Maria Amélia Florentino Cavalcante de Albuquerque, beneficiada pelo projeto graças à emenda apresentada por Tobias Barreto.

Em ocasião da tramitação da emenda ao projeto nº 61 do Barão de Nazaré, Tobias Barreto apresenta aos parlamentares D. Amélia Florentina e a defende:

Votando, portanto, como desde já empenho o meu voto em favor do projeto, eu ousou adicionar-lhe uma emenda, em prol de um outro espírito esperançoso e prometedor, de quem tive, por algum tempo, a honra de ser mestre e mestre que muitas vezes teve de possuir-se de uns certos receios diante do talento de sua discípula. Refiro-me a Sra D. Maria Amélia Florentino, filha do Sr. João Florentino Cavalcanti. Esta moça estudiosa, aproveitando a ocasião que mais azada se lhe

oferece, dirige, assim, por meu intermédio, à representação da sua província, um pedido que já há algum tempo projetara dirigir-lhe, para ver se consegue levar a efeito o seu mais íntimo desejo, que é o desejo de ilustrar o seu espírito, o desejo de instruir-se (BARRETO, 1990, p. 175).

No que se refere ao Projeto de N°129/1879 de Tobias Barreto, vale ressaltar que, segundo Barreto (1994, p. 324), o projeto entra na pauta da Assembleia Provincial de Pernambuco (APP) em três momentos: o primeiro momento é feito a leitura na sessão de 28 de março de 1879, o segundo no dia 2 de maio do mesmo ano e o terceiro em 5 março de 1880. Nesse terceiro momento Tobias Barreto já não era deputado, a defesa coube ao Barão de Nazaré, também signatário do Projeto. Barreto (1994) comenta ainda, que são vários os artigos em que Tobias Barreto defende o estudo a favor das mulheres, onde muitos já foram catalogados e publicados nas obras completas e outros, infelizmente, estão desaparecidos.

Para Chartier (1990, p. 84), “[...] a história singulariza-se, porém, pelo facto de manter uma relação específica com a verdade, ou antes, por suas construções narrativas pretenderem ser a reconstituição de um passado que existiu”. Baseando-se nas obras, tento reconstituir o discurso de Tobias Barreto na sessão do dia 2 de maio de 1879, a favor do seu projeto escolar e buscar elementos consubstanciais para entender seus argumentos e posteriormente, as estratégias políticas utilizadas para o seu arquivamento.

Tobias Barreto vinha com uma atuação parlamentar invejável, como demonstra o Quadro 7. Era um político ativo que discursava, apresentava emendas, concedia e permitia aparte, compunha comissões, questionava e acrescentava, seguindo os trâmites parlamentares. A imprensa local comparava o púlpito da Assembleia Provincial ao palco teatral, como é possível verificar no jornal conservador *O Tempo* comparava o orador Tobias Barreto a um artista, e a tribuna ao teatro. É a disputa do campo intelectual estudado por Pierre Bourdieu (1980). Segundo os trabalhos de Barreto. L. (1994) e Nascimento (1999), por ser um sergipano afrodescendente, advogado, com fama de poeta, Tobias Barreto desperta intrigas e disputas.

Em seus discursos, Tobias Barreto, faz uso de dois recursos que domina a oratória, provinda das aulas de retórica (herança da educação jesuítica) e a ciência Histórica, estudada por ele. Sabendo manejar estratégias, às vezes, chegava a humilhar seus oponentes. Mas no dia de defender seu projeto algo está “estranho”. Sua preleção inicial está diferente, se comparada às demais em que faz parte. Nesse sentido, fazendo uso da palavra, com o seu jeito

único e irônico de ser, diz ao Presidente da (APP), o Sr. Augusto de Souza Leão, conhecido como o Barão de Caiar, estendendo os cumprimentos como é de praxe:

Sustentando a utilidade de minha proposta, eu disse, entre outras coisas, o seguinte: “Não sei, Sr. Presidente, se a dissimulação é uma boa qualidade política; mas eu não posso dissimular; o projeto que apresentei e que se discute é um daqueles que parecem de antemão condenados à morte prematura, porque ele tem por fim a realização de uma novidade, e nós não estamos muito habituados a aceitar de bom grado, sobretudo nos domínios da vida pública, os tentâmenes de caráter novo, que envolvem sempre uma ousadia, que importam sempre uma invasão arriscada no terreno do desconhecido. (BARRETO, 1991, p. 63)

Dissimulação política, projeto condenado à morte prematura, são expressões, de certa forma, agressivas para quem deseja defender um projeto diante dos seus pares. É uma descrição consciente, na pior das hipóteses, que essa briga não seria muito fácil, já que se trata de uma novidade e de uma invasão arriscada no terreno do desconhecido e que envolve o poder público. Por mencionar pares, ao contrário do que ocorreu com o projeto do Barão de Nazaré de não ter signatário, o projeto de Tobias Barreto tem dois, além do autor. O segundo signatário é o Barão de Nazaré e o terceiro o Dr. Tavares da Cunha e Mello. Esses dois vão defender o projeto de Tobias Barreto na segunda sessão de discussão do projeto, só ocorrido no dia 5 de março de 1880.

No discurso citado acima, Tobias Barreto prossegue argumentando que o projeto tem a finalidade, simplesmente, de “abrir caminho, entre nós, à solução lenta e gradual de uma das mais graves questões da atualidade: a elevação do nível intelectual da mulher ou, se assim posso dizer, a purificação, pela luz, da atmosfera em que ela gira” (BARRETO, 1990, p. 191). Elevar o nível intelectual da mulher exigia o envolvimento de todos os Deputados que representavam, não só suas cidades, mas principalmente a Província de Pernambuco. Nesta causa argumenta Tobias Barreto:

Eis o que é incontestável, e possuído de tal verdade é que eu ousou confiar que o projeto não parecerá indigno da atenção desta casa. Trata-se nele da criação de um estabelecimento de instrução pública superior feminina; poderá ela influir para denegar-se a medida proposta? É doce esperar que não; e assim o espero (BARRETO, 1990, p. 191).

Tobias Barreto tentar atrair o apoio dos Deputados, acreditando que eles conseguiriam compreender, como ele, a finalidade a que se propunha o Projeto nº 129/1879, uma escola pública para as mulheres. Um discurso consciente, porém não presunçoso, uma vez que reconhece falhas no projeto. Discursa Tobias Barreto e acrescenta:

Não hesito, pois, em assegurar que, fazendo-se abstração da forma, lacunosa e imperfeita, o projeto encerra no seu fundo a satisfação de uma das mais urgentes necessidades da província, qual é, sem dúvida, a necessidade de instrução, em geral e particularmente, feminina, instrução em mais alto grau e melhores meios, do que presentemente existe (BARRETO, 1990, p. 191).

Não foi possível materializar na íntegra as imperfeições do Projeto de Tobias Barreto como bem sinaliza o autor, em face das dificuldades em encontrar, nos arquivos da Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco, uma cópia do projeto, já que se trata de um documento raro. O que chama atenção é o fato de os Deputados terem tido uma oportunidade de melhorar o projeto, em vez de deixá-lo no esquecimento histórico, na omissão política ou na briga das vaidades, visto que as pretensões contidas no Projeto de Tobias Barreto eram bem “simples e modestas: [...] uma séria atenção prestada ao bem comum, ao interesse geral, ao progresso e desenvolvimento da sociedade em que vivemos” segundo suas palavras (BARRETO, 1990, p. 191).

As leituras pedagógicas de Tobias Barreto demonstram que ele defendia uma proposta clara e objetiva de educação através dos meios adequados para a sua concretização, os “[...] estabelecimentos da ordem do que se acha indicado no projeto não passam de apêndices ou excrescências inúteis, quando eles são, pelo contrário, complementos indispensáveis da educação total de um povo civilizado ou mesmo civilizável” (BARRETO, 1990, p. 192). Os “estabelecimentos” como ele chama, são escolas bem estruturadas e equipadas para os alunos, que diante de um bom ambiente facilitaria a aprendizagem e o conhecimento, ou seja, as escolas são complementos indispensáveis para a educação e formação de um povo civilizado.

Tobias Barreto, nesse sentido, em 1878, já defendia a criação de escolas em seu artigo “A Cidade de Escada e seus Edifícios Públicos” antes mesmo do seu mandato político:

É princípio geralmente consagrado que só por meio dá conveniente educação podem os povos atingir ao desejável grau de prosperidade moral, e social, e que sem esta poderosa alavanca do progresso debalde procurarão eles aventurar sequer um passo adiante por entre a obscuridade da ignorância.[...] A primeira necessidade, como muito criteriosa, e acertadamente se disse em um artigo transcrito do *Jornal do Comércio* para o *Diário de Pernambuco* de 23 de janeiro último sob a epígrafe – “A Escola” – é a de edifícios escolares, que segundo está verificado, tanto facilitam, e auxiliam a educação (BARRETO, 1990, p. 287-238).

Em se tratando de edifícios escolares, o Projeto de Lei de Tobias Barreto também ficou conhecido por outros nomes, conforme se constata no Quadro 8.

Quadro 8: As denominações do Projeto de Tobias Barreto

Nº	Nome	Autor
1	Casa de educação para mulheres	Sr. Barão de Nazaré
2	Edifício especial	Sr. Ermírio Coutinho
3	Estabelecimento de instrução pública superior feminina	Tobias Barreto
4	Liceu para o sexo feminino	Anais da Assembleia
5	Partenogógio do Recife	Tobias Barreto
6	Projeto de Lei Nº 129/1879	Protocolo da Assembleia Provincial de Pernambuco
7	Projeto de um Partenogógio	Anais da Assembleia
8	Templo da Ciência	Tobias Barreto

Quadro elaborado pelo autor, a partir da fonte: Barreto, 1990.

A nomenclatura mais estranha para o nosso vocabulário é o “Partenogógio do Recife”. Esse era o nome utilizado por Tobias Barreto para chamar a Escola. Essa informação é publicada em seu artigo no ano de 1881, intitulado *A Alma da Mulher* que retoma a polêmica sobre o seu Projeto de Lei. Segundo Barreto (1991, p. 63),

Este projeto, que teve apenas o *succés d’ estime* de passar em primeira discussão, continha a ideia da criação de um estabelecimento público de cultura literária e profissional para as moças, sob a denominação de *Partenogógio do Recife*, [...]. Não preciso dizer que a minha idéia pareceu então um sonho de poeta.

A razão para essa escolha vem de uma junção de símbolos históricos e de uma homenagem à cidade do Recife que estaria representando toda a Província de Pernambuco, caso o projeto fosse aprovado, mesmo porque sua pretensão era atender as mulheres da província. O Partenogógio do Recife é uma analogia ao Partenon de Atenas, um edifício arquitetônico dedicado à deusa Atenas, que por sua vez, representa a sabedoria, o conhecimento, além de ser do sexo feminino. O Partenon foi historicamente um ícone da cidade de Atenas, um orgulho para o seu povo, relembra Tobias Barreto:

Já os antigos sentiam essa verdade; os atenienses, por exemplo, quando por ocasião de completar-se a grande obra do Partenon e havendo contraditores que achavam muito crescidas as despesas do edifício, Péricles declarou-lhes que agüentaria com todas elas, mas também, em compensação, escreveria o seu nome no frontispício do templo. A assembléia popular aprovou as despesas e ao povo ateniense ficou a glória de ser o construtor daquele esplêndido trabalho (BARRETO, 1990, p. 188)

Quando Tobias Barreto idealizou uma escola não pensou em mais uma escola para a província, ele refletiu sobre os significados dessa obra e o que ela poderia representar para a Província de Pernambuco, para a cidade do Recife e para as pessoas a serem beneficiadas pelo projeto, que seriam as mulheres. Tobias Barreto tinha razões para enviar a Assembleia um projeto significativo, uma vez que seu mandato de Deputado estava chegando ao fim e não poderia ter se passado dois anos sem ter apresentado um único projeto.

Outro diferencial do Partenogógio de Tobias Barreto era a preparação das mulheres para aquilo que ele chama de cultura literária e profissional. Para compreender o que significa cultura literária, precisamos entender o significado de literatura. Essa concepção tobiática fica clara no artigo publicado em 1872 com o título *O atraso da filosofia entre nós* contido na obra *Estudo de Filosofia*, que nos diz:

Para certa gente, [...] só é literatura verso e romance, [...] julga-se que poeta e literato são sinônimos. Não há maior despropósito.

Literatura, no sentido amplo, no sentido atual, é sinônimo de vida espiritual: é uma estatística aprofundada de todas as produções intelectuais de um país, em uma época dada, ciência, filosofia, poesia, teatro, romance e até música e pintura.

Assim se compreende na Alemanha, onde os livros ou tratados de literatura nos dão, a conhecer não só Goethe e Schiller, como Kant e Hegel, não só Freytag e Stifter, como Strauss e Baur, não só Beethoven e Mozart, como é Cornelius (pintor) etc., etc.

Vê-se, pois, como é vastíssimo o quadro literário. No Brasil, ao contrário, ser literato é fazer versos, romances ou dramas, qualquer quilate que eles sejam [...] (BARRETO, 1990, p. 179)

Para compreensão de cultura profissional, respaldo nas colocações de Nascimento (1999, p. 211). Segundo ele, Tobias Barreto:

Defendia que o aprimoramento das técnicas industriais e a formação dos profissionais não deveria ficar unicamente sob a responsabilidade dos indivíduos, mas sim receber o tratamento de política de Estado. A escola deveria formar profissionais para que estes pudessem desenvolver habilidades em práticas, como marcenaria, vidraria, cerâmica, fundição e tecelagem, principalmente. Apontava que não era possível ao Brasil continuar a viver um passado europeu no qual os discípulos buscavam o ensino em casa de um mestre, auxiliando-o mais tarde como sócio na execução de determinadas obras.

Para Tobias Barreto a cultura chamada de técnica ou profissional, era na verdade científica. As demais atividades industriais deveriam conter disciplinas como: matemática, física e química, as quais, a escola deveria ensinar, de forma que todos pudessem ter acesso (NASCIMENTO, 1999).

As disciplinas que eram lecionadas, por exemplo, na Escola Normal no Recife, instalada em 1865, mais tarde, em 1872, chamada de Escola Normal Pinto Júnior, como trabalho de agulhas, catecismo, caligrafia, elementos de moral e civilidade, história sagrada e outras. Segundo Barreto (1994, p. 324), a Escola Normal no ano da discussão do Projeto de Tobias Barreto, atendia a aproximadamente 42 alunas. O que Tobias Barreto questionava era a qualidade dessa e de outras escolas oferecidas pelos poderes públicos e o excesso de disciplinas infrutíferas, argumentando na defesa do seu projeto que a instrução elementar local era escassa, a “chamada secundária, que é dada nos colégios particulares, com raríssimas exceções, está abaixo de qualquer crítica” e a universitária são inexistentes para as mulheres brasileiras (BARRETO, 1990, p. 192).

Se fosse possível comparar a grade curricular das escolas secundárias públicas ou particulares da província de Pernambuco, com a grade curricular pretendida por Tobias Barreto em sua proposta de Escola Pública Feminina, entenderíamos melhor as razões dele chamar filosoficamente sua Escola de “estabelecimento de instrução superior feminino”. O que diferencia da compreensão de Ensino Superior, pois a superioridade empregada por Tobias Barreto, está na ordem qualitativa. Ele exemplifica a qualidade da educação feminina das escolas provinciais afirmando que:

Mais de uma discípula que aproveita de tais *colégios* não sabe nem sequer conjugar o verbo *saber*. “V. Ex^a. Far-me-á o obséquio de tocar ao piano um *noturno de Chopin? Não sei*” – é a resposta comum. Bem poucos seriam, na verdade, os que não quisessem fazer dos próprios lábios *catechu*, para apagar na boca da bela aquela letrinha de mais ... Porém o *seio* em vez de *sei* faz mal aos nervos (BARRETO, 1991, p. 65).

É possível ainda identificar na leitura dos Anais da segunda sessão, em que se discute o projeto do Partenogógio proposto por Tobias Barreto, depois de praticamente um ano sem entrar na pauta de discussão da Assembleia, outros elementos pretendidos em seu projeto. Um deles refere-se a Escola no regime de internato para as alunas de outras cidades e semi-internato para as que residissem no Recife, uma vez que o turno da Escola Normal era de duas a três horas. Uma escola que atendessem as “moças e velhas” de forma facultativa, como também as estratégias articuladas entre os Deputados Malaquias Gonçalves, Ermírio Coutinho e Ayres Gama, apresentando requerimento para que o projeto fosse apreciado pela Comissão de Instrução Pública. Esta atitude foi criticada pelos signatários do projeto de Tobias Barreto, os Deputados Cunha Melo e o Barão de Nazaré dizendo:

É possível que nas disposições do projeto se encontre alguma que mereça modificações e emendas.

A nossa legislação, quer geral, quer provincial, apresenta exemplos semelhantes com freqüência.

Falo diante de juristas, a quem peço licença para mencionar estes fatos.

Se no projeto se encontrar algum artigo que mereça imediata correção, acho que muito a propósito o nobre deputado poderia com as suas luzes reformá-lo; e este é o fim, e competência nossa, da segunda discussão, o que é mais razoável do que ocupar-se o poder público com as interpretações (BARROS, 1880 apud BARRETO, 1990, p. 195)

Através desse projeto Tobias Barreto queria antecipar as reformas educacionais na sua província e estava em um campo adequado para esse fim. Um pouco antes de o Decreto de Leôncio da Carvalho ser aprovado, Tobias Barreto como era um intelectual bem informado pelas leituras de livros, revistas e jornais, escreve:

Este assunto já tinha sido debatido na mesma assembléia provincial de Pernambuco, na qual anteriormente ao decreto de 19 de abril de 1879 discutira-se a questão da atitude da mulher para os estudos universitários [...] É possível que hoje, depois que a mãe França entendeu dever, como obrigação do Estado, elevar o nível da instrução do outro sexo, estragada e abatida pelas doutoras do *sacré coeur & C.*, já se compreenda o alcance do meu projeto, mas é certo que naquela época (maio de 1879) julgaram-no objeto de deliberação por mera condescendência; e tanto assim foi, que um ano depois, quando eu não era deputado, fizeram-no cair em segunda discussão, por ser um projeto... desponderado e até imoral!... (BARRETO, 1991, p. 63-64).

Durante o período de tramitação do seu Projeto, Tobias Barreto acumulava uma sequência de debates vitoriosos, apresentando segurança nos temas relacionados às mulheres, além do respeito e da fama de intelectual perante os Deputados. Alguns destes não conseguiram “entender” o alcance do seu Projeto, pois, ao que tudo indica, pela análise das fontes, ficaram preocupados com o autor e excluíram a possibilidade de terem sido os agentes da primeira Escola de cultura literária e profissional para as mulheres do Brasil, colocando as mulheres e a Província de Pernambuco em evidência nacional.

3.2 Personagens do Projeto

Segundo Sirinelli (1998, p. 265) “o intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente.” Nesse sentido, Tobias Barreto em ocasião da defesa do seu projeto,

faz uma pequena demonstração discursiva de como colorir o ambiente educacional brasileiro através dos conteúdos mais adequados ao momento histórico, de forma particular a criação e a valorização escolar feminina.

Tobias Barreto (1990, p. 191) adverte os Deputados presentes na primeira sessão que o seu “projeto não tem em vista inaugurar na província domínio das *blue stocking* ou das *précieuses ridicules*”, mas proporcionar através da educação escolar científica, o ensinamento de verdadeiros intelectuais que contribuirão para uma educação qualitativa.

A *Blue Stocking*, ou “meia azul”, foi o nome como ficou conhecido o movimento informal de mulheres que se reuniam para discutir problemas sociais e educacionais da Inglaterra em meados do século XVIII. O movimento enfatizava a educação como cooperação mútua, em vez do individualismo. Esse movimento foi fundado no início de 1750 por Elizabeth Montagu (1718-1800) e Vesey Elizabeth (1715-1791) entre outras. Tratava-se de um grupo de mulheres envolvidas na produção literária, significando um avanço para a época tradicional resistentes às atividades intelectuais por parte das mulheres (LOGOS, 1992).

Elas convidavam várias pessoas para participar, inclusive um botânico, tradutor e editor Benjamin Stillingfleet (1702-1771). Sobre o movimento, que Benjamin Stillingfleet não era rico o suficiente para comprar uma vestimenta adequada para as reuniões que incluía meias de seda preta, dessa forma ele frequentava todos os dias de meias azuis e, por isso, o movimento se popularizou com o nome de meias azuis.

Com relação a referência *précieuses ridicules*, trata-se do nome de uma comédia francesa, representada pela primeira vez em Paris, em 18 de novembro de 1659, no Teatro de Petit Bourbon. Tratava-se de uma encenação que misturava sedução, jogos de amor mental entre casais, liberdade de traição e satirizava os absurdos da vaidade humana.

Além desse movimento, Tobias Barreto se apoia em duas revoluções históricas: a Emancipação Russa (1861) e a Emancipação Americana (1776). Discordando da ideologia propagada nessas revoluções Tobias Barreto se posiciona contrário, afirmando que:

“[...] tampouco tenho necessidade de colocar-me no ponto de vista do *emancipacionismo* russo e americano para reclamar, em favor das mulheres, o exercício de funções, que elas ainda não podem exercer; para fazer, em seu nome, exigências extravagantes, que se culminam na pretensão extrema, não só de uma igualdade de direitos como até a igualdade no traje (BARRETO, 1990, p. 191).

Segundo Tobias Barreto, essas revoluções tinham pretensões extremas de igualdade de direitos entre os homens e as mulheres, até mesmo na igualdade das vestes entre

ambos os sexos, permitindo que as mulheres usassem os mesmos trajes dos homens. Essas ideias compreende-se como uma extravagância de funções, as quais as mulheres brasileiras ainda não estavam preparadas para exercerem.

Na sequência de suas advertências sobre o seu projeto, perante os Deputados, Tobias Barreto utiliza-se de personagens históricas feministas radicais como: Marie Gouze (1748-1793), que usava o pseudônimo de Olímpia de Gournay. Foi uma feminista francesa que liderou um movimento por uma vida mais digna para a mulher durante a Revolução Francesa em 1789. Durante a infância teve acesso apenas a uma educação simples, semianalfabeta, não sabia ler corretamente, como também escrever. Vai para Paris como uma pré-revolucionária e adotou o nome de Olímpia de Gournay, que julgava soar mais atraente e aristocrático. Na capital buscou contato com círculos de pessoas mais cultas. Atuou na *Comédie Française*, o conservador teatro francês apoiado pelo rei. Participou ativamente das atividades revolucionárias (1789) e visitou as sessões de Assembleia Nacional, transformou suas ideias em sugestões para medidas sociopolíticas e se tornou foco de discussão por toda Paris.

A publicação de seu artigo *Declaração dos Direitos de Mulheres e Mulheres Cidadãs* causou debates e polêmicas na França e no estrangeiro. Seu documento *As Três Urnas ou O Bem-estar da Pátria* a conduziram a prisão, acusada de partidária dos Girondistas, partido excluído do governo. Nesta parte defendia um referendo sobre três possíveis formas de governo: republicano, federativo ou monarquista. O mais grave ainda para os radicais, era que ela tinha defendido o rei publicamente, alegando razões humanitárias e pregando uma reforma da sociedade com palavras, pela razão e não com a violência.

Como feminista publicou textos sobre os direitos da mulher e foi levada ao tribunal revolucionário, acusada de propaganda para reinstalar a monarquia. Foi julgada e condenada à morte, sendo guilhotinada em 1793. Apoiando-se nessa situação, Tobias Barreto comenta em seu discurso, no dia 2 de abril de 1879, quando defende o Projeto de Lei Nº129/1879: “[...] se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna; o que é decerto uma bonita aspiração, mas não deixa de ser também um pedido exagerado” (BARRETO, 1990, p. 191).

A outra personagem é Paulina Kellogg Wright Davis (1813-1876), esta era uma abolicionista americana e educadora, natural de Nova York. Após a morte dos pais em 1820, passou a viver como ortodoxa presbiteriana, queria se tornar uma missionária, mas foi proibida, uma vez que a igreja não permitia que as mulheres solteiras se tornassem

missionárias. Lutou contra a escravidão e serviu no comitê executivo do *New York Central Anti-Slavery Society*. Também apoiava as reformas pelos direitos das mulheres.

Paulina Kellogg estudou a saúde da mulher, e após a morte do marido Francis Wright, passou a estudar medicina. Em 1846 deu palestras sobre anatomia e fisiologia apenas para mulheres, começando a trabalhar pelos direitos destas. Em 1853, começou a editar o jornal da mulher “O Una” até 1855, quando entregou a Caroline Wells Healey Dall. Em 1870, organizou o vigésimo aniversário da reunião do movimento das mulheres, e publicou o livro *A História do Movimento da Mulher Nacional de Direitos*.

A terceira é Lucretia Coffin Mott (1793-1880), que foi professora abolicionista e religiosa feminista nascida em Massachusetts, atuante na defesa dos direitos da mulher e da abolição da escravatura nos Estados Unidos. Educada em Boston, tornou-se professora aos 15 anos e casou-se (1811) com James Mott, com quem teve quatro filhas e dois filhos. Ao completar 18 anos, ela passou a servir como ministra religiosa e depois seguiu Elias Hicks na *Great Separation* (1827), um movimento de renovação em oposição à ortodoxia evangélica.

A opção do movimento pelo apoio a abolição dos escravos levou os seus integrantes a recusarem o uso de roupas de algodão, derivados de cana de açúcar e outros produtos vindos do trabalho escravo. Esse movimento também pregava abertamente pela abolição, tanto que seus simpatizantes abrigavam escravos em sua casa. Lucretia e seu esposo ajudaram a organizar sociedades femininas abolicionistas, pois as próprias organizações existentes não admitiam a inserção da mulher.

A quarta personagem que Tobias Barreto utiliza é Elizabeth Cady Stanton (1815-1902). Também escritora feminista, conferencista e reformista dos Estados Unidos, nascida em Johnstown, New York, conhecida por seus artigos, onde pregava a igualdade da mulher para o direito à educação, ao trabalho e ao voto. Casou-se em 1840 com o abolicionista Henry Brewster Stanton e viajaram para Londres, onde seu marido foi atuar como delegado para a *World Anti-Slavery Convention*. Alia-se à colega Susan Brownell Anthony (1820-1906) e com suas habilidades em comunicação e marketing, são reconhecidas líderes do início do Movimento pelos Direitos das Mulheres nos Estados Unidos. Com Lucretia Coffin, organizaram um encontro, em Seneca *Falls*, estado de New York em 1851, marco inicial da luta pelo fim da escravidão e pelos direitos femininos.

Elizabeth Cady Stanton e Susan Brownell alcançaram seus objetivos através da emenda pelo direito da mulher ao compartilhamento de bens em Nova York. Essa emenda reconheceu os direitos das esposas em compartilhar os bens adquiridos pelo casal como: propriedades, ganhos de heranças e custódia dos filhos.

Tobias Barreto utilizou dessas quatro personagens feministas para ilustrar e demonstrar para os Deputados da Assembleia o seu ponto de vista sobre o radicalismo feminino, quando diz em plenário na ocasião da defesa do projeto: “Nem tomarei por norma o grito de alarme das mais ilustres representantes do radicalismo feminino, as Paulinas Davis, as Lucrécias Mott, Elisabeths Staton e não raras outras agitadoras do tempo. Nada disso é o que nós queremos” (BARRETO, 1990, p. 191). Seu objetivo ao argumentar contra o radicalismo feminino, era somente conscientizar os Deputados que a sua escola não formaria revolucionárias, mas pretendia prepará-las adequadamente para a sociedade moderna.

Outros personagens e autoridades envolvidos direta ou indiretamente no Projeto de Tobias Barreto estão relacionados no quadro 9:

Quadro 9: Personagens do Projeto

Nº	Nome	Atividades
1	Dr. Tobias Barreto de Meneses	Autor do Projeto/Deputado
2	Sr. Silvino Guilherme de Barros	Barão de Nazaré/2º Signatário/ Deputado
3	Dr. Tavares da Cunha e Mello	3º Signatário do Projeto/Deputado
4	Dr. Ermírio César Coutinho	Médico/Deputado
5	Dr. Malaquias Antonio Gonçalves	Médico/Deputado
6	Dr. Ayres de Albuquerque Gama	Deputado
7	Sr. Augusto de Souza Leão (Barão de Caiar)	Presidente da Assembleia (1878-1879)
8	Sr. Epaminondas Vieira da Cunha	Comendador Presidente da Assembleia (1880-1881)
9	Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda	Presidente da Província de Pernambuco Presidente do Partido Liberal
10	Dr. Adelino Antônio de Luna Freire	1º vice-presidente da Província
11	Dr. Lourenço Cavalcante de Albuquerque	Presidente da Província
12	Dr. Domingos Francisco de Sousa Leão	Barão de Tabatinga
13	Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira	Bispo da Província do Recife
14	Dom José Pereira da Silva Barros	Bispo da Província do Recife
15	Dr. Euzébio da Cunha Beltrão	Deputado
16	Sr. Francisco da Cunha Beltrão	Deputado
17	Dr. José Eutarquio Ferreira Jacobina	Deputado
18	Dr. Praxedes Gomes de Laura Pitanga	Deputado
19	Dr. José Maria ?	Deputado

Quadro elaborado pelo autor a partir das fontes: Anais da APP de 1878, 1879 e 1880; Relatórios da presidência apresentado à Assembleia Provincial, (1878, 1879 e 1880); LPA de (1878, 1879 e 1880); Barreto (1990); Barreto (1991); Barreto. L. (1994).

Segundo Chartier (1990), os leitores se apropriam das mensagens a sua maneira, os indivíduos descrevem a realidade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fossem e traduzem os seus interesses e posições sociais. Nesse sentido, não foi diferente com o Deputado Tobias Barreto ao se apropriar de intelectuais da modernidade, nas áreas da literatura, ciências e da pedagogia, como Gotthold Ephraim Lessing, Philipp Friedrich

Hermann Klencke, Karl Robert Eduard Von Hartmann, Josefina Freytag, Federico Guillermo Adolfo Diesterweg, Johann Heinrich Pestalozzi, e Friedrich Wilhelm August Froebel.

O primeiro da lista é o Gotthold Ephraim Lessing¹⁹, autor de várias peças e escritos teóricos, os quais exerceram influências no desenvolvimento da literatura alemã moderna, da qual é considerado fundador. As suas peças: *Miss Sara Sampson*, *Minna von Barnhelm*, *der Weise*, *Emilia Galloti* e “*Nathan, o sábio*” (ilustrado por Tobias Barreto), possuem um forte conteúdo moral, e refletem a sua grande capacidade crítica, poder criativo e interesse nos temas da sua própria época. Através do conflito e na condução dos diálogos, Gotthold Lessing faz com que seus personagens atinjam a condição de humanidade, após superados os preconceitos e os juízos aos quais se submeteram.

Suas bases ideológicas foram aplicadas por Tobias Barreto na sessão do dia 2 de maio de 1879, na tentativa de convencer os Deputados a superar os preconceitos (o livre pensamento), exercitar a tolerância, desenvolver o livre pensar, ou seja, de compreender o alcance do seu projeto, ele argumenta: “[...] até da parte daqueles que não se deixam somente levar por idéias preconcebidas, da parte dos poucos espíritos, que não trazem, como dizia Nathan, o sábio, o seu saquinho de verdades feitas e contadas, além das quais tudo o que passa é falsa moeda, é coisa nunca vista, paradoxal ou absurda” (BARRETO, 1990, p. 191).

Do médico e escritor alemão Hermann Klencke, Tobias Barreto apropria-se dos conceitos de povos crepusculares, lusco e fusco, e a fotofobia intelectual. Para caracterizar a situação do povo brasileiro: “[...] se não é que nós outros brasileiros pertencemos àquela classe de *povos crepusculares* de que fala H. Klencke, povos que vivem no *lusco e fusco* perpétuo de uma semicultura banal, sem saber o que são, nem o que devem ser, atacados de mais grave das psicoses, a *fotofobia intelectual*, o *medo da luz*, o *horror da claridade*. Tobias Barreto faz a defesa da educação como instrumento necessário ao progresso moral e social, capaz de retirar os cidadãos da obscuridade, da ignorância, da semicultura, sem saber o que são, nem o que devem ser.

Do filósofo alemão Eduard Von Hartmann, conhecido como o filósofo do inconsciente, em sua teoria metafísica procura conciliar duas correntes contrárias de pensamento, o racionalismo e o irracionalismo, por meio do papel central que atribui ao inconsciente. Eduard Von Hartmann foi militar, por um breve período e escreveu trabalhos psicológicos e metafísicos, entre os quais, estudos sobre os filósofos alemães Kant, Arthur

¹⁹ Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781), poeta, dramaturgo, filósofo e crítico de arte alemão, considerado um dos maiores representantes do Iluminismo, conhecido também por sua crítica ao antisemitismo e defendia o livre pensamento e a tolerância religiosa.

Schopenhauer, e Hegel, além de estudos sociais sobre religião, ética e política.

O livro *Filosofia do Inconsciente* é considerado sua obra principal e teve várias edições. O livro lhe deu uma fama de filósofo pessimista. A obra foi admirada pela diversidade de seu conteúdo, a quantidade de exemplos concretos e seu estilo lícido. O conteúdo presente no trabalho se aplica ao pensamento de Schopenhauer, cuja visão pessimista do homem e do mundo lhe deu tal título. Porém, E. Von Hartmann tem uma esperança otimista do futuro, dentro da ótica de Hegel, em que um estado da civilização, como antítese, sucede a outro e desses opostos sairá uma síntese, sempre com a perspectiva de um melhor futuro para a humanidade.

Resumidamente, E. Von Hartmann baseia-se no fenômeno do inconsciente humano, que segundo ele evolui em três estágios. No primeiro, chamado inconsciente, tanto a razão como a vontade, aquela objeto do racionalismo, e esta última, objeto do irracionalismo, estavam unidas em uma única coisa existente o “absoluto”, e não apenas a “vontade” como pensou Schopenhauer. O segundo estágio (na lógica hegeliana o que seria a antítese) da evolução do homem começa com o surgimento da vida consciente, no qual o homem começa a distinguir e lutar por ideais como a felicidade, e este é o estágio em que E. Von Hartmann via a humanidade, na qual as duas forças, da vontade irracional e do espírito racional, competiam como tese e antítese na lógica hegeliana.

Por isso, tanto a miséria como a civilização continuarão a avançar até que a miséria e a decadência humana atinjam o seu máximo. Somente então o terceiro estado será possível, o atributo hegeliano, a síntese, no qual a razão prevalecerá sobre a vontade.

Para Tobias Barreto ao se apoiar nas teorias de E. Von Hartmann critica a estrutura da educação atual para as mulheres com o objetivo de aprender: “[...] um pouco de música, algumas peças de salão para o piano, um pouco de desenho, gaguejar uma ou duas línguas estrangeiras, e ler as bagatelas literárias do dia, eis o total da maior cultura do sexo feminino em nossos tempos, cultura anômala, que E. Von Hartmann justamente qualifica de instrução sistemática da vaidade, e que, entretanto, não é preciso dizê-lo, redobra de esterilidade e de penúria entre nós”. Tanto E. Von Hartmann como Tobias Barreto defendem que a humanidade através da educação precisa se empenhar numa evolução social gradual, e não uma felicidade da vaidade sistêmica (BARRETO, 1990, p. 192).

Em relação à escritora alemã Josefina Freytag, esta defende que a educação oferecida às mulheres, “são confeitos, em vez de pão”. São limitadas a pobres migalhas caídas da vasta mesa da cultura masculina. Diz Tobias Barreto: “Por uma velha metáfora consagrada costuma-se dizer que a instrução é alimento do espírito. Dou que seja; mas

também é força confessar que esse alimento, pelo que toca às mulheres, ainda se limita a pobres migalhas caídas da parca mesa da cultura masculina”, [...] “e a relação de semelhança conserva-se até na propriedade de enfastiar e indispor o espírito para tomar o verdadeiro sustento”. Esta não favorece a mulher para conquistar sua autonomia e se sustentar pelo conhecimento educacional (BARRETO, 1990, p. 192).

No que se refere à educação recorre às obras do pedagogo alemão Frederico Diesterweg, que atuou como professor da casa-escola em Worms no ano de 1813, reitor em Frankfurt e chefe do colégio dos professores em Moers e depois em Berlim de 1832 a 1847.

Frederico Diesterweg estava empenhado na melhoria das escolas públicas e defendeu um ensino melhor para os alunos, lutando pelo reconhecimento social da categoria dos professores do ensino fundamental. Ele defendia também uma educação liberal, provocando reações de religiosos voltados para uma educação espiritual. Esse autor possuía uma concepção educacional profissional, ou seja, com supervisões escolares e uma organização uniforme das escolas, visando a profissionalização da atividade docente e vale acrescentar que durante sua trajetória de vida lutou também pela autonomia das escolas.

Sua influência sobre os professores daquela época, se deve principalmente pelo seu diário *Rheinische* deixado para a educação, que editou a partir de 1827, e seu anuário para professores e amigos da escola a partir de 1851. Segundo Wegner, (2007, p. 17) ele foi um dos teóricos que reagiram contra a pedagogia individualista e propuseram uma nova disciplina de cunho mais comunitário no final do século XIX. Esse pedagogo foi quem por primeiro utilizou o termo pedagogia social.

Outros autores foram Heinrich Pestalozzi e Friedrich Froebel, os quais na visão de Tobias Barreto:

Se eu tivesse de filiar a minha idéia nalgum princípio mais elevado, não filia-la-ia por certo neste ou naquele arroubo de sonhador, mas numa verdade prática, belamente expressa por um homem prático. Frederico Diesterweg, um notável espírito alemão, o qual, com Pestalozzi e Froebel, é o terceiro na série dos grandes pedagogos da idade moderna, se exprime deste modo: A liberdade do povo e a felicidade do povo, pela cultura do povo, não podem ser conseguidas por meio da instrução parcial, ministrada a um só sexo (BARRETO, 1990, p. 192).

Heinrich Pestalozzi²⁰ era um estudioso das obras de Rousseau e Basedow, sempre se interessou pela educação elementar, sobretudo das crianças pobres. Em 1774, fundou em

²⁰ O suíço-alemão Heinrich Pestalozzi (1746-1827), atraiu a atenção dos profissionais da educação como um “mestre”, diretor e fundador de escolas. Suas obras principais são *Leonardo e Gertrudes* (1781) e *Gertrudes ins-*

Neuhof (Alemanha) uma escola em que recolhia órfãos, mendigos e pequenos ladrões. Com avançada concepção, que aliava formação geral e profissional, tentou reeducá-los recorrendo a trabalhos de fiação e tecelagem. A experiência durou apenas cinco anos, porque o jovem educador não conseguiu mantê-la financeiramente. Heinrich Pestalozzi propagava as ideias de autopercepção e ação como princípios didáticos. Ele deu a esses princípios, uma conotação política, declarando o objetivo de uma educação para a formação de um cidadão crítico e politicamente maduro (LOGOS, 1997).

Na concepção de Durant, (1986, p. 75)

Pestalozzi é considerado um dos defensores da escola popular extensiva a todos. Reconhecia firmemente a função social do ensino, que não se acha restrito à formação do gentil-homem, Além disso, ao povo não se destina apenas a simples instrução. Mas sim a formação completa, pela qual cada um é levado à plenitude do seu ser.

Como discípulo de Rousseau, estava convencido da inocência e bondade humanas, por isso, cabia ao mestre compreender o espírito infantil, a fim de estimular o desenvolvimento espontâneo do aluno, atitude que o distancia do ensino dogmático e autoritário. Heinrich Pestalozzi foi um dos educadores que se preocupava com o desenvolvimento da criança, podendo se destacar como um dos fundadores da psicologia.

O indivíduo, para Pestalozzi, é um todo, cujas partes devem ser cultivadas, favorecendo a unidade espírito-corção-mão, o que corresponde ao importante desenvolvimento da tríplice atividade conhecer-querer-agir, por meio da qual se dá o aprimoramento da inteligência, da moral e da técnica. Daí a importância dos métodos para a organização do trabalho manual e intelectual: segundo ele, deve-se partir sempre da vivência intuitiva, para só depois introduzir os conceitos.

A família constitui a base de toda a educação por ser o lugar do afeto e do trabalho comum. Também é positiva a experiência religiosa íntima e não confessional, que diz respeito à pessoa e, portanto, não se submete a dogmas nem a seitas. Em outras palavras, despertar o sentimento religioso na criança não significa fazê-la memorizar o catecismo, mas a colocar em prática em suas ações.

Heinrich Pestalozzi exerceu profunda influência em vários países da Europa, e suas ideias chegaram até os Estados Unidos. Grandes pensadores, como Fichte, Schleiermacher, comungaram de suas ideias, imprimindo-lhe forte tendência para a discussão

trui seus filhos (1801). Embora as suas atividades tenham se iniciado no século XVIII, elas amadureceram no começo do século XIX.

filosófica da cultura geral e que foram assimiladas também por Tobias Barreto.

Segundo Incontri (1997, p. 126)

Qualquer influência de Pestalozzi no Brasil, que possamos rastrear nos séculos XIX e XX, ocorreu sempre de maneira indireta. Nenhum de seus textos foi traduzido integralmente para o português, nenhum dos seus discípulos diretos veio ao Brasil, nenhuma escola ou instituição se inspirou em suas idéias com profundo conhecimento de causa. Para delinear, assim, algumas alusões a Pestalozzi na história da pedagogia brasileira, temos de percorrer caminhos sinuosos.

O livro de Incontri, ao propor que se percorram caminhos sinuosos sobre a difusão das ideias pedagógicas de Heinrich Pestalozzi no Brasil, elenca uma lista de personagens que apenas fazem uma vaga referência nos seus textos sobre Pestalozzi, a exemplo de Joaquim Ignácio Silveira da Motta, Joaquim José Menezes Vieira, D. Carlota, esposa de Menezes Vieira e Joaquim Teixeira de Macedo (1823-1888) como a única exceção na divulgação da pedagogia alemã e de Pestalozzi no Brasil, em seus caminhos sinuosos faltou inserir Tobias Barreto na lista.

Friedrich Froebel²¹ foi outro educador que inspirou Tobias Barreto. Nascido na Turíngia, região da Alemanha, seu embasamento teórico são os filósofos idealistas e no campo da pedagogia, seguiu muitas ideias de Heinrich Pestalozzi. Foi com ele que surgiram os jardins da infância e o interesse pela educação estendidas às escolas normais, denominação genérica dada aos cursos de preparação para o magistério.

Sua principal contribuição pedagógica resulta da atenção para com as crianças na fase anterior ao ensino elementar, ou seja, a educação da primeira infância, sendo o criador dos *kindergarten* ou jardins de infância. Compara o trabalho no jardim de infância com o de um jardineiro que cuida da planta desde pequenina para que cresça bem, pressupondo que os primeiros anos são básicos para a formação humana (ABBAGNANO, 1982).

²¹Friedrich Froebel privilegiava a atividade lúdica por perceber o significado funcional do jogo e do brinquedo para o desenvolvimento sensório-motor e inventou métodos para aperfeiçoar as habilidades, pois estava convencido de que a alegria do jogo levaria a criança a aceitar o trabalho de forma mais tranquila. A fim de estimular os impulsos criadores na atividade lúdica, inventou cuidadosos equipamentos, de acordo com a fase em que se encontravam as crianças. As construções da primeira série foram por ele chamadas dons, como se fossem dádivas divinas. Os dons são materiais destinados a despertar a representação da forma, da cor, do movimento e da matéria. O primeiro e mais universal "dom" é a bola; o segundo, a bola, o cubo e o cilindro; o terceiro é formado pela divisão dos cubos desmontáveis. Segundo Arce (2002, p. 178-179) no livro "A educação do homem" Friedrich Froebel descreve a criança enquanto participante de uma educação escolar, destacando questões a respeito da necessidade de existência das escolas, sua utilidade e o que deve ser objeto de seu ensino.

Esses teóricos, apropriados por Tobias Barreto, além de defender a instituição escolar como instrumento educacional, propõe que uma nação só pode ser civilizada por meio da educação, e esta, pode transformar seus cidadãos em pessoas livres, felizes e cultas. O projeto de Escola Pública secundária específica para a formação literária e profissional das mulheres pernambucanas, seria, na visão de Tobias Barreto, um meio adequado para torná-las civilizadas para que atuassem em pé de igualdade com os homens na sociedade moderna.

A instituição escolar foi submetida ao processo de revisão e reprogramação, tendo em vista uma maior funcionalidade social, ligada às necessidades produtivas e, portanto, técnicas da sociedade e do Estado. Essas ideias “inovadoras” no Brasil para a educação já eram defendidas por Tobias Barreto, Silvio Romero, Tito Lívio de Castro (1864-1890) e tantos outros. São características que atravessam a contemporaneidade educacional e que marcam a renovação da organização escolar e suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] eu insisto em crer que a verdade está do nosso lado, do lado em que nos achamos todos os propugnadores de um melhor cultivo da inteligência feminina

Tobias Barreto (1991, p. 65)

O presente trabalho se inseriu no campo da História da Educação dentro de uma perspectiva da Nova História Cultural, corrente historiográfica que proporciona ao historiador deslocar seu olhar para as práticas culturais. Essa tendência historiográfica provocou o surgimento de novos objetos de pesquisa descortinando dimensões ainda pouco exploradas, seja fora da escola e/ou do processo de escolarização. Bem como, novos olhares diante das visões consideradas tradicionais, consistindo no esforço para estudar outros objetos de pesquisa, a exemplo de projetos de Lei sobre educação da segunda metade do século XIX, que não foram aprovados, mas que constitui uma fonte histórica de pesquisa.

Nesta dissertação tive como objetivo analisar os discursos ocorridos na Assembleia Provincial de Pernambuco, na ocasião de tramitação do Projeto de Lei Nº129/1879, de autoria do intelectual Tobias Barreto de Meneses (1839-1889), visando compreender, a partir de sua ação política e pedagógica, sua contribuição para a educação brasileira.

Para compreensão do surgimento desse projeto formulado por Tobias Barreto, deixou-se analisar o contexto brasileiro no período imperial e atuação do intelectual Tobias Barreto (1839-1889), destacando aspectos políticos e culturais que contribuiriam para a circulação de ideias e teorias para a promoção de uma sociedade próspera e moderna,

direcionada para a educação de todos os seus membros, pretensão do próprio Projeto de Tobias Barreto.

Tobias Barreto se destacou como jornalista, no magistério e como um dos líderes do movimento da Escola do Recife. Este foi um movimento marcante na segunda metade do século XIX, na Província de Pernambuco, em torno da Faculdade de Direito do Recife e que teve na sua base ideológica, o estudo, a análise e a circulação de ideias filosóficas e culturais, seja nos modelos europeus ou norte-americanos. A Escola do Recife se configura no livre pensar e na leitura de outras teorias correntes na época como o racionalismo, o materialismo e o evolucionismo.

Ao atuar como político e deputado na Assembleia Provincial de Pernambuco se envolve com temas referentes à educação, contribuindo nos debates em torno de uma educação de qualidade por meio das instituições escolares, proposta esta, defendida em seu Projeto de Lei Nº129/1879.

Na análise do Projeto de Tobias Barreto o qual foi discutido em plenário na Assembleia Provincial de Pernambuco, na sessão do dia 2 de maio de 1879, busquei identificar as razões e objetivos desse projeto, em detrimento de outras propostas. Tobias Barreto, ao interpretar a atuação política como uma atividade voltada para as discussões e soluções dos problemas mais atuais e úteis para a sociedade como um todo, defende a criação de uma Escola Pública secundária voltada especificamente para a formação literária e profissional de mulheres jovens e adultas.

As discussões em torno de uma proposta escolar feminina, ocasionou na Assembleia Provincial de Pernambuco mais um debate acerca da educação pública, dos prédios escolares, sobre a coeducação dos sexos e a orientação do ensino universitário para as mulheres, iniciado através do projeto nº 61 do Barão de Nazaré, aprovado na sessão do dia 22 de março de 1879.

No que se refere a trajetória política de Tobias Barreto, o Projeto de Lei Nº129/1879, também conhecido como *Partenogógio do Recife*, foi sem dúvida, sua ação pedagógica mais importante. De maneira que os opositores dessa ideia como Dr. Malaquias Antônio Gonçalves, Dr. Ermírio César Coutinho e Dr. Ayres de Albuquerque Gama, utilizaram de estratégias políticas para dificultar os trâmites do projeto na Assembleia, pelo receio da vitória de uma ideia original para a Província de Pernambuco e, conseqüentemente, para o país.

Tobias Barreto, como um dos líderes da Escola do Recife, atua no campo político e defende a coeducação. Sua prática de leitura se materializa em teorias progressistas e

modernistas através do movimento. Projetando-o através da imprensa para as demais províncias do país. A identificação dos personagens envolvidos direta e indiretamente no debate do Projeto de Lei de Tobias Barreto foi uma maneira de entender sua contribuição para a educação.

As circunstâncias em apresentar um Projeto de Lei de Tobias Barreto eram por um lado adequado ao campo social em que se encontrava e o capital cultural que possuía pelas leituras filosóficas, literárias e científicas em prol do envolvimento e qualificação de todos os cidadãos brasileiros, independente do sexo e do lugar, em especial a educação das mulheres da Província de Pernambuco. Em que pese o fato de o mandato político chegar ao fim e correr o risco de não ser autor de nenhum projeto, o intelectual da educação agiu mais forte que o mandato político quando opta pela criação de uma escola feminina. Consciente de que se tratava de uma ideia inovadora, sabia das dificuldades e das resistências que poderia enfrentar ao levar a cabo essa proposta. Essas ideias se confrontavam com a mentalidade tradicional de intelectuais religiosos e positivistas, criando uma resistência em aceitar uma reforma educacional voltada para as mulheres, um projeto defendido por Tobias Barreto e seus signatários.

As ações de alguns intelectuais do século XIX, como Barão de Nazaré, Cunha Melo, Leôncio de Carvalho, Tobias Barreto e tantos outros, vem contradizer a tese de Fernando de Azevedo de que somente com o Estado Republicano é que se pode falar de iniciativas e propostas educacionais.

A proliferação de pesquisas fundamentadas na tese de Fernando de Azevedo, baseadas numa concepção positivista da história, particularmente no campo da história da educação, enfatizavam os grandes feitos, os heróis e os projetos aprovados nas Assembleias do país. Estes foram alguns fatores que, de certa forma, contribuíram para o “esquecimento” sobre o Partenogógio de Tobias Barreto, salvo algumas exceções.

Nos séculos XVIII e XIX ainda têm aspectos pouco estudados que poderiam contribuir para os estudos no campo da historiografia. Em relação ao intelectual Tobias Barreto, pesquisas sobre sua atuação no campo do magistério, como professor do ensino secundário, de iniciativa particular, e no ensino superior na Faculdade de Direito do Recife, poderiam elucidar aspectos da carreira docente no norte do país, como também suas ações no campo jurídico na província de Escada, os discursos em prol da educação, sua atuação como abolicionista e os desafios que enfrentava advindos de sua origem étnica.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed., rev. e amp. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2007.
- ABBAGNANO, Nicola. **História da pedagogia**. Belo Horizonte: Nunes, 1982.
- ALVES, Gilberto Luiz. O Seminário de Olinda. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- ANAIS da Assembleia Provincial de Pernambuco. 1878.
- ANAIS da Assembleia Provincial de Pernambuco. 1879.
- ANAIS da Assembleia Provincial de Pernambuco. 1880.
- ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do Leitor Colonial**. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.
- ARAÚJO, Jose Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- ARCE, Alessandra. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- AZEVEDO, Fernando de. “As origens das instituições escolares”. In: **A Cultura Brasileira**. 6ª ed. Brasília: EdUnB, 1996.
- BARRETO, Luiz Antônio. **Tobias Barreto**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1994.
- BARRETO, Tobias. **Crítica Política e Social**. edição comemorativa; organização e notas de Luiz Antônio Barreto; introdução de Evaristo de Moraes Filho. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1990. (Obras completas / Tobias Barreto)
- BARRETO, Tobias. **Estudos Alemães**. organização e notas de Paulo Mercadante, Antônio Paim e Luiz Antônio Barreto; introdução de Paulo Mercadante. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Aracaju/SE: Secretaria de Cultura e Meio Ambiente, 1991. (Obras completas)
- BARRETO, Tobias. **Estudos de Filosofia**. Organização, introdução e notas de Paulo Mercadante e Antônio Paim. 3. ed. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1990. (Obras completas / Tobias Barreto)
- BARRETO, Tobias. **Estudos de Direito I**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1991. (Obras completas / Tobias Barreto)
- BELO, José Maria. **Inteligência do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1935.
- BELLO, Ruy de Ayres. **Subsídios para a História da Educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Estado e Cultura – Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

BEVILÁQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2. ed. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1980.

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em Educação: Conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: EdPUC; São Paulo: Loyola, 2002.

BURITY, Joanildo A. **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. 2. reimpr. São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República e Outros Ensaio**s. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CHAPOULIE, Jean-Michel e BRIAND, Jean-Pierre. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto. In: **Revista Educação e Sociedade**, ano XV, no. 47 p.11-60, abril de 1994.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COMENIUS, John. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **As margens do Beberibe e do Capibaribe: a crítica de Tobias Barreto nos meandros da geografia**. USP. São Paulo. 2001. (Tese de Doutorado. USF- Documento sergipano)

CONI, A.C. **A Escola Tropicalista Baiana**. Bahia, Progresso, 1952.

COSTA FILHO, Cícero João da. **Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX (1892-1898)**. Orientador: Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano Eugênio. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. (Dissertação de Mestrado)

DURANT, Will. **Os grandes filósofos**. São Paulo: Ediouro, 1986.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo, Perspectiva, 1983.

ECO, U. e SEBOK, T. A. (orgs.). **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ENCICLOPEDIA **Luso-Brasileira de Filosofia**. Portugal - Logos: Verbo, 1992.

ENCICLOPEDIA **Verbo da Sociedade e do Estudo**: Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política. Portugal: Verbo, 1987.

ERASMO DE ROTTERDAM. **De Pueris (Dos Meninos)**. A civilidade Pueril. São Paulo: Escala, s/d.

FARIA Filho, Luciano Mendes. “Instrução elementar no século XIX” In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREITAS, Anamaria G. B. de. A produção dos estudos biográficos em Sergipe e as principais contribuições para a história da educação. In: BERGER, Miguel André (org.). **Novos Prismas para o Debate de Questões da Educação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. Rio de Janeiro: Global, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**, Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil, 3ª edição. Editora Topbooks, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem & modas de mulher**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

GARCIA FILHO, Antonio. **Um pensamento na praça**. Fundação Augusto Franco, 1960.

GASSER-COZE, Françoise. **A Grécia do Partenon**. Rio de Janeiro: Forni, 1978.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O fio e o rastro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GONDRA, José Gonçalves. “A leveza dos bits: História da Educação e novas tecnologias.” In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a História da Educação. Campinas/SP: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

GRAÇA, Rogério Freire, **Vamos Conhecer Estância**. Aracaju: J. Andrade, 2001.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Estado de Sergipe, Empresa Gráfica Editora Paulo, Pongetti, Rio de Janeiro, 1925.

INCONTRI, Dora . **Pestalozzi**: educação e ética. São Paulo: Scipione, 1997.

KUHLMANN, Moysés Junior. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LE GOFF, Jacques. “História”. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória – História. Vol. 1. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória – História. Vol. 1. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LIMA Hermes. **O Pensamento Vivo de Tobias Barreto**. São Paulo: Martins, 1943.

LIMA Hermes. **Tobias Barreto (A Época e o Homem)**, Rio de Janeiro: INL, 1963.

LIVRO de Ponto da Assembleia Provincial de Pernambuco de 1878.

LIVRO de Ponto da Assembleia Provincial de Pernambuco de 1879.

LIVRO de Ponto da Assembleia Provincial de Pernambuco de 1880.

LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. Trad. Anuar Alex e E. Jacy Monteiro. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero, **História da educação: da antiguidade aos nossos dias / Mario Alighiero Manacorda; tradução de Gaetano Lo Monaco, 12ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.**

MAXWELL, Keneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **Baú de Memória, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armando Álvaro Alberto**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MONT'ALEGRE, Omer. **A vida admirável de Tobias Barreto**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Vecchi, 1939.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **A cultura ocultada ou a influencia alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: UEL, 1999.

NOVA **Enciclopedia Brasileira de Consultas e Pesquisas**. 3. Ed. São Paulo: Novo Brasil, 1986. (Coleção Os Titãs)

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1984.

NUNES, Maria Thetis. **Tobias Barreto e a renovação do pensamento brasileiro**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 30, IHGS. Fundação Augusto Franco, Aracaju, 1989.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Menezes de (org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações para a educação brasileira (1757-1827)**. Maceió: EUDFAL, 2010.

ORLANDO, Artur. **Tobias Barreto**, Ensaios de crítica. Recife, Diário de Pernambuco, 1904.

PAIM, Antônio. **A filosofia da Escola do Recife**. Rio de Janeiro: Saga, 1966.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PESSOA, Lilian de Abreu. **Aspectos do pensamento alemão na obra de Tobias Barreto**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

REALE, Giovanni. **História da filosofia: Do Romantismo até nossos dias**. Vol. III. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

REALE, Miguel. **A doutrina de Kant no Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1949.

Relatório da presidência apresentado à Assembléa Provincial de Pernambuco pelo Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, presidente da província. na sessão da Assembleia Legislativa em 19 de dezembro de 1878. Recife, Top. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, de 1879.

Relatório da presidência apresentado à Assembléa Provincial de Pernambuco pelo Exm. Sr. Dr. Adelino Antônio de Luna Freire, presidente da província. na sessão da Assembleia Legislativa em 12 de outubro de 1879. Recife, Top. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, de 1879.

Relatório da presidência apresentado à Assembléa Provincial de Pernambuco pelo Exm. Sr. Dr. Lourenço Cavalcante de Albuquerque, presidente da província. na sessão da Assembleia Legislativa em 1 de março de 1880. Recife, Top. de Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, de 1880.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos, **História da educação brasileira: a organização escolar**, 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **A Escola do Recife**. Caruaru: Faculdade de Direito, 1971.

SANTOS, Adailton Ferreira dos. **Escola Tropicalista Baiana: registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889)**, 2008.

SANTOS FILHO, Aloísio. **O Culturalismo de Tobias Barreto no novo código civil, orientação da prof^a. Gabriela Maia Rebouças**. UNIT, Aracaju, 2008. (TCC)

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVEIRA, Junot. “**Voltar a Tobias é progredir**”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 30, IHGS. Fundação Augusto Franco, Aracaju, 1989.

SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Estampa, 1998.

SOUZA, Cristiane Vitório de. **As Leituras Pedagógicas de Sílvia Romero**. Orientadora prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento. São Cristóvão. NPGED, UFS. 2006. (Dissertação de mestrado)

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. (orgs.). **A educação como espetáculo. Histórias e memórias da educação no Brasil**. V. II: Século XIX, 2005.

STIERLIN, Henri. **A Grécia: de Micenas ao Pártenon**. Alemanha: Taschen, 1998.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALDEMARIN, Vera Tereza. **O liberalismo demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Brasil, 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo, Edusp, 2000.

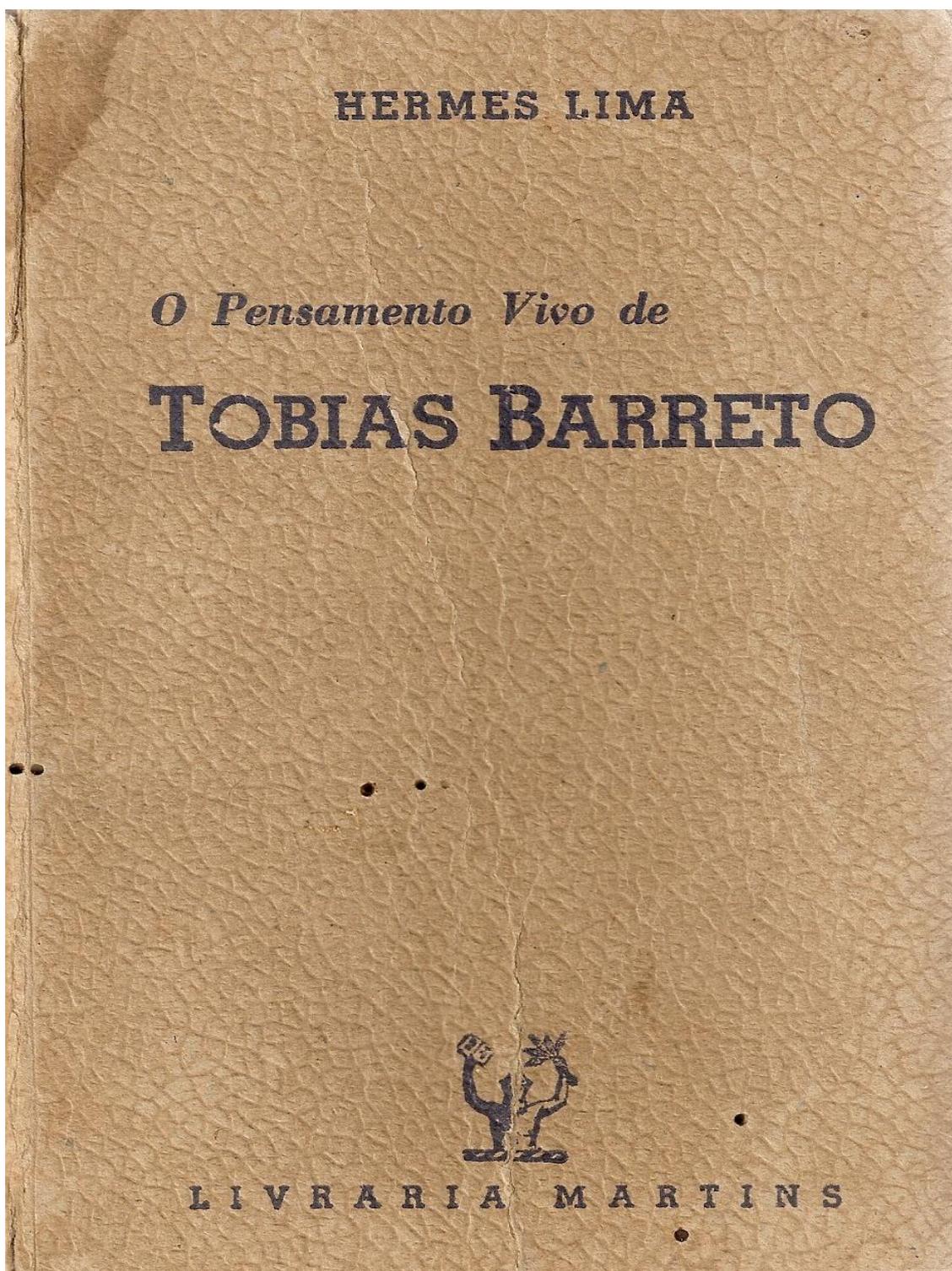
VIEIRA, Kelly Jane Dantas Cardoso. **História de Tobias Barreto**. Orientação do prof. Joaquim Francisco Soares Guimarães. UNIT. Estância, SE, 2002. (Monografia)

VILELA, Heloisa de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. In: Lopes, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, Papirus, 1990.

WEGNER, Maraike. **Pedagogia social e valores: o resgate do direito à educação**, orientadora Laude Erandi Brandenburg. São Leopoldo: EST/PPG, 2008. (Dissertação de mestrado)

ANEXO A



Fonte: Acervo pessoal do Jornalista Pedro de Freitas Filho (29-04-1898 / 02-02-1968)

ANEXO B



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO ASSISTÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO

Declaração

Declaro, para os devidos fins, que o professor JOSÉ RICARDO FREITAS NUNES, aluno do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes, que está realizando um trabalho de pesquisa sobre o intelectual Tobias Barreto e o Projeto de lei nº 129/1879, o Partenogógio do Recife, realizou pesquisas no acervo histórico desta instituição, não sendo possível, entretanto, a consulta dos Projetos da Assembleia Legislativa Provincial referentes aos anos de 1878 -1879, pois os mesmos se encontram na reserva técnica passando por um processo de higienização e restauro, devido ao alto nível de acidez do papel.

Recife, 4 de outubro de 2011


Cynthia Maria Freitas Barreto

Assistente-chefe de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo

ANEXO C

AS OBRAS COMPLETAS DE TOBIAS BARRETO, EDIÇÃO COMEMORATIVA

OBRA - CRÍTICA POLÍTICA E SOCIAL	
Sumário	
Tobias Barreto: uma Biobibliografia; por Luiz Antonio Barreto	
Introdução: Tobias Barreto, por Evaristo de Moraes Filho	
Parte Única	
Temas dos Artigos e Discursos	O Patriotismo Ao Sete de Setembro Os Homens e os Princípios Política Brasileira Política da Escada Ainda Política da Escada Fidalguias Pernambucanas Os Bispos Anistiados Apelo Ajuste de Contas Um Discurso em Mangas de Camisa.....p.122 Verificação de Poderes Manifestação ao Dr. José Mariano Oposição ao Sr. Adolfo de Barros Oposição ao Sr. Adolfo de Barros II Educação da Mulher.....p.158 Educação da Mulher II.....p.162 Ainda a Educação da Mulher.....p.183 Projeto de um Partenogógio.....p.190 Projeto nº 129.....p.193 O Grande Dia Reforma Eleitoral A Próxima Eleição Ao Corpo Eleitoral Um Ligeiro Boato Morte de Osório Revolução do Vinténs Henrique von Treitschke e o Movimento Antijudaico na Alemanha O Martelo dos Tratantes A Política Brasileira A Carlos Gomes Redenção do Município do Recife – Manifesto Palavras ao Clube Carlos Gomes A Academia Apêndice – artigos e notas de jornais
Fortuna Crítica:	
Tobias Barreto, por Brasil Brandechi	
Tobias Barreto e a Teoria Política no Brasil, por Gláucio Veiga	

Quadro elaborado pelo autor a parte da fonte: BARRETO, Tobias. *Crítica Política e Social*. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1990.

ANEXO D

OBRA - ESTUDOS ALEMÃES	
Sumário	
Tobias Barreto: uma Biobibliografia; por Luiz Antonio Barreto	
Introdução: O Germanismo de Tobias Barreto, por Paulo Mercadante	
Estudos Alemães	
Temas dos Artigos e Discursos	Prólogo Como Introdução Carta ao Redator do Deutsche Zeitung The Position of Women in Germany A Alma da Mulher.....p.55 A Organização Comunal da Rússia Apresentação do Der Deutsche Kaempfer (alemão) Apresentação do Der Deutsche Kaempfer (tradução) Pedido Is Die Metaphysik Als Tolt Zu Betrachten De quem é o Erro. Da Autora ou da Tradução? As Faculdades Juristas como Fatores do Direito Nacional Carta a Karl von Koseritz J. C. Frederico Zollner
Vários Escritos	
Temas dos Artigos e Discursos	Política Prussiana Notas a Lápis Tobias ao dito Lessing do Diário do dia 19 do Corrente A Mulher e o Amor.....p.125 Miséria do Império e sua Corte O Príncipe de Bismarck e o Visconde do Rio Branco Uma Anticrítica, ou Melhor, uma Antidescompostura Nem Filósofo nem Crítico Reforma do Regimento Privilégio dos Carros Fúnebres Há entre Nós uma Verdadeira Eloquência Parlamentar? Avis au Lector Aviso ao Leitor Um Lente de São Paulo Julgando um Colega do Recife 1879 Fundação Bluntchli O Monismo O Monismo O Industrial.....p.185 As Artes e a Indústria Artística.....p.187 As Flores Perante a Indústria Memória Acadêmica do Ano de 1883 A Fotografia como Ramo de Indústria Próprio das Mulheres Himmel-und Escadafahrt Avulsos Idéias Introdutórias ao Estudo da História
Correspondências	
Temas	A Carvalho Lima júnior Aos Estudantes Sergipanos da Faculdade de Medicina da Bahia A Sílvia Romero A Artur Orlando De Autores Alemães para Tobias De Silvio Romero a Artur Orlando, sobre Tobias
Fortuna Crítica:	
O Germanismo de Tobias Barreto, por Mário G. Losano	
O Radicalismo Crítico de Tobias Barreto (seu pensamento filosófico e político), por Vamireh Chacon.	

Quadro elaborado pelo autor a parte da fonte: BARRETO, Tobias. **Estudos Alemães**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1991.

ANEXO E

OBRA - ESTUDOS DE FILOSOFIA	
Sumário	
Tobias Barreto: uma Biobibliografia; por Luiz Antonio Barreto	
Introdução: por Antônio Paim e Paulo Mercadante	
Parte I	
Período de Formação em Escada	
Temas dos Artigos	Guizot e a Escola Espiritualista do Século XIX A Propósito de uma Teoria de São Tomás de Aquino Teologia e Teodicéia não são ciências Fatos do Espírito Humano Sobre a Motricidade Sobre a Religião Natural de Jules Sianon A Religião Perante a Psicologia A Ciência da Alma Ainda e Sempre Contestada O Atraso da Filosofia entre Nós Sobre a Filosofia do Inconsciente
Parte II	
Período Final em Escada	
Temas dos Artigos	Deve a Metafísica Ser Considerada Morta? O Partido da Reação em Nossa Literatura O Haeckelismo na Zoologia Algumas Idéias sobre o Chamado Fundamento do Direito de Punir Sobre uma Nova Intuição do Direito Uns Ligeiros Traços sobre a Vida Religiosa no Brasil
Parte III	
Última fase (Período do Recife)	
Temas dos Artigos	Dissertação de Concurso Notas a Lápis sobre a Evolução Emocional e Mental do Homem Relatividade de Todo Conhecimento Glosas Heterodoxas a um dos Motes do Dia, ou Variações Anti-sociológicas Recordação de Kant A Irreligião do Futuro Introdução ao Estudo do Direito
Fortuna Crítica.	
A Trajetória Filosófica de Tobias Barreto, por Antônio Paim;	
Nota sobre a Noção de “Monismo” em Tobias Barreto e na Escola do Recife, por Nelson Saldanha.	

Quadro elaborado pelo autor a partir da fonte: BARRETO, Tobias. **Estudos de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record; Brasília: INL, 1990.